COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO & TECNOLOGIAS

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

TIAGO SILVIO DEDONÉ & CLAUDIA TALOCHINSKI CORDEIRO (ORGS.)

Capa > Sara Restier
Diagramação > Sara Restier
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Josemara Stefaniczen
Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:
Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C741 Comunicação, Educação e Tecnologias - diálogos possíveis. / Organizado por Tiago Silvio Dedoné e Claudia Talochinski Cordeiro – Londrina : Syntagma Editores, 2020.
218 p.

ISBN: 978-65-88724-02-6

1. Comunicação. 2. Educação. 3. Tecnologias. I. Título. II. Dedoné, Tiago Silvio. III. Cordeiro, Claudia Talochinski.

CDD: 370 / 302.2
CDU - 37

SYNTAGMA

Copyright © 2020, Syntagma Editores Ltda., Londrina (PR), 05 de novembro de 2020.
www.syntagmaeditores.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8
ORGANIZADORES 211
AUTORES 214

1 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA PARA CIDADANIA E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
Alana Rodrigues Froes Dias
12

2 TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DO POLICIAL MILITAR: TECENDO REFLEXÕES
Arlindo Alisson da Silva Mourão
26

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA: INSERÇÃO DE ENSINO REMOTO NUMA COMUNIDADE DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
Claudia Talochinski Cordeiro
37

4 A NOVA ESTÉTICA DO ROMANCE: ANÁLISE DE *A CÉU ABERTO*, DE JOÃO GILBERTO NOLL
Cláudia Vanessa Bergamini
Caio Vitor Marques Miranda
55

5 O PAPEL DO SETOR DE ASSESSORIA DE IMPRENSA PARA A POLÍCIA MILITAR: TECENDO SABERES E PROSPECÇÕES
Éder Luiz Ferreira
69

6 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS A SERVIÇO DA SEGURANÇA PÚBLICA: DINAMIZANDO PROCESSO DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR
Jader Aparecido Camilo
84

7 EXPERIÊNCIAS EM EDIÇÃO DE VÍDEOS DIDÁTICOS
José de Arimathéia C. Custódio
97

8 ATIVIDADES FÍSICAS E SAÚDE EMOCIONAL: A IMPORTÂNCIA DO PREPARO FÍSICO E PSICOSSOCIAL NA ATUAÇÃO DO POLICIAL MILITAR
Kelly Paganardi Bomfim
115

9 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NO SUBMARINO AMARELO D'OS *BEATLES*
Ludmila Martins Naves
128

10 OS DISCURSOS EMERGENTES COMO AS NOVAS FONTES DO JORNALISMO TELEVISIVO
Melissa Cristina Brum
Tacia Rocha
151

11 A EDUCOMUNICAÇÃO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA AS ESCOLAS MILITARES: PERMEANDO SOBRE AS INTERFACES MÍDIA E EDUCAÇÃO
Renata Mariely dos Santos
178

12 ARTE E EDUCAÇÃO: EXPRESSÃO CORPORAL COMO FERRAMENTA PARA CONSOLIDAÇÃO DE ECOSSISTEMA COMUNICACIONAL
Tiago Silvio Dedoné
189

PREFÁCIO

Prefácio

Os desafios da pandemia: cenários para a Educação e a Comunicação

Rogério Rech[1]

O prefácio significa o dito antes do texto. Assim fui convidado pela companheira Claudia Cordeiro para dizer algumas palavras sobre um conjunto de textos colocados em um livro organizado em parceria com o mestrando Tiago Dedoné.

Nosso cenário na pandemia é desafiador, pois conheço a Claudia, das lutas, em especial das redes sociais, mas é possível dizer de sua militância nas causas dos mais simples, a partir de suas explicações e suas posições diante do que se apresenta nesse momento. Assim, a partir dos resumos dos textos faço algumas considerações para que nos estimulem à leitura.

No primeiro texto "Educação e Segurança Pública: uma perspectiva para cidadania e garantia dos direitos humanos", é abordado um dos aspectos mais importantes na função do agente de segurança pública e reflete sobre o conceito da garantia de direitos, com destaque para a função de proteção à sociedade, conceito este que os agentes carregam como bandeira norteadora de suas funções.

O segundo texto tem como título "Tecnologias e Comunicação a serviço do Policial Militar: tecendo reflexões", apresenta o papel da comunicação como ferramenta para dinamização do trabalho e,

[1] Doutor em Educação pela PUC-PR. PhD Unicamp. Professor da SEED no Colégio Léo Flach. Professor da Faculdade de Ampere-FAMPER.

também, facilitadora da operacionalização das ações estratégicas de combate ao crime organizado, às manifestações de violência e também contra outros tipos de crimes que, periodicamente, fazem-se presentes em uma sociedade.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão interessante. Sob o título "Educação do campo em tempos de pandemia: inserção de ensino remoto numa comunidade de Assentamento de Reforma Agrária". Um artigo que ilumina a importância em se pensar a Educação remota numa comunidade de difícil acesso à internet e traz para o centro do debate reflexões sobre o processo de exclusão dessa categoria de estudantes que, durante muitos anos, desde a educação rural, foi considerada como atrasada.

O quarto capítulo, "A nova estética do romance: análise de *A céu aberto*, de João Gilberto Noll", é uma reflexão a partir do romance de João Gilberto Noll, apontando o papel da Literatura na formação humana.

O quinto capítulo, intitulado "O papel do setor de Assessoria de Imprensa para a Polícia Militar: Tecendo Saberes e Prospecções" busca fomentar uma análise reflexiva e discursiva sobre o papel da comunicação democrática como caminho para harmonização de estratégias que gerem soluções nos espaços de trabalho da Polícia Militar.

Segue na ordem, o sexto texto, "O papel da Comunicação e das tecnologias a serviço da Segurança Pública: dinamizando processo de atuação da Polícia Militar". A perspectiva do debate sobre a interseção entre a comunicação e educação, partindo, ainda, de uma discussão que se faz presente: as novas tecnologias.

O sétimo texto tem como título "Experiências em edição de vídeos didáticos", um assunto relevante em tempos de pandemia. Como os professores buscam essa adaptação didática e os resultados possíveis.

O oitavo texto: "Atividades físicas e saúde emocional: a importância do preparo físico e psicossocial na atuação do Policial Militar" é altamente intrigante para entendermos os meandros dos profissionais da segurança. Mostra a importância da atividade física para todas as pessoas, mas, em especial, para os policiais.

O nono texto apresenta o lado criativo da relação entre Educação e Comunicação. Intitulado "Comunicação e Educação no submarino amarelo d'Os Beatles", aborda a cultura pop e sua importância educacional, artística e mitológica onde a narrativa, o ritual, o totem, o tempo, a magia e o arquétipo podem ser vislumbrados por educadores que queiram ter como uma ferramenta musical/fílmica para o ensino e aprendizagem.

O décimo texto tem como título "Os discursos emergentes como as novas fontes do jornalismo televisivo". É um recorte de uma monografia que mostra que os dispositivos como jornal impresso, rádio e televisão, fizeram e ainda fazem parte de muitos lares como os primeiros meios de comunicação em larga escala.

O capítulo onze com o título de "A Educomunicação como proposta pedagógica para as Escolas Militares: permeando sobre as interfaces mídia e educação", apresenta uma pesquisa do desenvolvimento de ações voltadas para o estudo e a compreensão do lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, bem como o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais.

Por fim, e não menos importante, temos "Arte e Educação: expressão corporal como ferramenta para consolidação de ecossistema comunicacional". O texto aborda a vida como uma incessante interação dos indivíduos com os elementos existenciais dos seus cenários de atuação e a comunicação como a interface desses elementos.

Estamos todos curiosos com a leitura!

1

cidadania e direitos humanos

1

Educação e Segurança Pública: uma perspectiva para cidadania e garantia dos direitos humanos

Alana Rodrigues Froes Dias[1]

Um dos aspectos mais importantes na função do agente de segurança pública e que se faz reflexão como aporte legitimador de ação é o conceito da garantia de direitos. Ou seja, destaca-se a função de proteção à sociedade, conceito este que os agentes carregam como bandeira norteadora de suas funções. O objeto da análise deste artigo é a intersecção entre esta função do agente e suas conexões com a educação formal, não formal e informal; bem como promover uma interface com os temas dos direitos fundamentais e direitos humanos. Tem-se, como perspectiva analítica, permear pela esfera da representação social, instigando pensamentos sobre o papel dos agentes de segurança pública como atores sociais ativos, dentro dos cenários onde estão inseridos e que congregam missões de defender o povo, coordenar atividades de proteção e orientação comunitária, manter ordem, intervir com suas posições e vertentes discursivas no processo de desenvolvimento de uma comunidade.

O objetivo é nortear um viés de ótica sob o papel – nem sempre acreditado, respeitado e valorizado -, destes personagens que atu-

[1] Policial Militar. Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP).

am, também, como agentes de educação não formal, mobilizando coordenadas sociais e narrativas discursivas com a missão de ajudar na manutenção do bem-estar social. Vale destacar que esta interface entre a educação e a segurança pública não é algo muito pesquisado e relatado no universo acadêmico, nos centros de pesquisas das áreas que lhes orbitam. Entender as especificidades dos aspectos como linguagem, comunicação, intervenção social, prevenção, garantia de direitos, ações mobilizadoras que aproximam os sentidos, parecem no senso comum, que não são objetos constantes da relação entre o agente de segurança e a sociedade. Por isso, faz-se urgente esta decodificação que perpassa, muito fortemente, pela compreensão das interfaces entre os agentes e as agências de socialização comunitárias.

A estrutura de imagem – às vezes negativa do agente de segurança pública na sociedade -, é também, resultado de uma ignorância informacional muito constante sobre o papel do agente e de seus respectivos órgãos no aporte dos planejamentos sociais, culturais e comunitários que se fazem pertinentes no processo de desenvolvimento social. Esta desconexão com o contexto real das funcionalidades, agravadas, por vezes, com campanhas de senso comum negativas e, até mesmo, de atuações de alguns agentes que desagradam a nobre função da segurança pública, somam-se à construção subjetiva que precisa ser revista. Por isso, é necessário entender o papel da educação, do conhecimento, das aberturas discursivas, neste dialogismo social pertinente. A proposta deste artigo é refletir sobre esta temática. Não com o objetivo de pautar um norteamento exclusivo, mas, possibilitar parâmetros norteadores que possam direcionar ou redirecionar óticas discursivas acerca. A missão é explicitar sobre as narrativas e representações sociais que se estabelecem neste contexto das intersecções entre o papel destes agentes de segurança, representantes do Estado, e os demais atores sociais, que integram as comunidades e as agências diversas de socialização.

Sabe-se que as experiências exitosas que, eventualmente, nos deparamos a respeito das intervenções discursivas e de sentidos positivos dos agentes de seguranças nos ambientes sociais, são muito relacionados às formas como os atores dialogam, apresentam re-

alidades situacionais, agem e promovem ações intervencionistas (que, neste caso, chamamos de ações emancipatórias, em razão de suas dimensões com a educação, cultura, esporte, prevenção, orientações vocacionais e outros). A abordagem da segurança pública é de profunda complexidade e sensível por reunir uma série de leituras subjetivas. São órgãos diversos, que reúnem a missão norteadora de garantir ordem, proposições, cuidados e que precisam expressar, com uma proposição discursiva cada vez mais ampliada justamente para que se façam evidenciar a importância dos agentes na configuração social comunitária.

E como isso se configura na prática? Uma agência de socialização institucional, ou, para os que preferirem, órgão institucional, se efetiva na consolidação de seu papel social. Os órgãos de Segurança Pública, objetos de reflexão deste artigo, apresentam-se como parâmetros sociais de conviviabilidade afirmativos. Isso quer dizer que, a comunicação e o diálogo, entre os entes institucionais, são necessários para que se promovam coeficientes dialógicos enriquecidos que buscam soluções, propostas, ferramentas para ampliação de ações. E, aqui, voltamos ao início da reflexão quando abordamos a importância destes atores sociais tão estratégicos não apenas para a garantia da ordem, mas, também, para a confecção de estratégias de prevenção e mobilização comunitária de uma perspectiva de educação não formal.

Não é incomum encontramos pelo país, experiências de mobilização dos agentes de segurança em conjunto com outros entes institucionais comunitários, como: órgãos municipais, igrejas, grupos sociais, escolas, grupos culturais, e outros. Há projetos de agentes de segurança pública nas escolas, por exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) – que consiste num esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família para ampliação de prevenção -; projetos culturais, envolvendo música (com bandas marciais), festival de artes, teatro; circuitos de palestras de orientação, entre outras ações. Estas interconexões comunitárias e sociais, legitimam, cada vez mais, o papel do agente de segurança pública no espaço comunitário, mo-

bilizando aspectos diversos de sentidos e pertencimentos, e minimizando aspectos às vezes negativos que no campo dos discursos de senso comum acabam atacando a estrutura de imagem destes órgãos importantes nos espaços sociais.

Na perspectiva de Marra (2009), "analisar os aspectos da Segurança Pública no Brasil é uma tarefa que requer reflexão, investigação teórica e acima de tudo elucidação sobre fatos sociais em contextos específicos" (MARRA, 2009, p. 79). O papel destes órgãos e agentes é importante para um ordenamento social, uma organização de representações, especialmente dentro dos espaços da educação. Por isso, faz-se necessário compreender o papel educador destes agentes, que muitas vezes enfrentam uma série de complexidades diante dos fenômenos das violências que se afiguram nos espaços comunitários e que exigem dos agentes, decisões de ações visando à proteção da população, que espera por constantes respostas. E elas, além das ações enérgicas e instantâneas, também podem permear por respostas pautadas em reflexões e proposições comunitárias.

Este viés das representações sociais – e que conecta com as vertentes educacionais – chama, também, uma reflexão sobre o processo de formação do agente; as linhas e áreas de formação humana e profissional que, de forma expressa, pode direcionar toda a vida de serviços públicos do agente. A formação dos profissionais de segurança pública também precisa ser ponto de análise, já que as linhas de pesquisas e conteúdos programáticos estabelecidos podem ser fundamentais para auxiliar os profissionais em intervenções diversas. Isso quer dizer que, uma boa formação humana permite a formação de bons profissionais e, nesta perspectiva, a capacitação dos policiais se configura num dos requisitos essenciais para garantir a todos uma segurança pública de qualidade, plena, reconhecendo o caráter de seu papel mobilizador e de garantia dos direitos. Segundo Souza, "a segurança dos cidadãos, é em si mesma, uma questão que inclui os direitos e garantias fundamentais e não o limite deles" (SOUZA, 2009, p. 23).

Uma vertente discursiva que se faz necessário refletir, neste viés, é até que ponto, nos levantamentos de pesquisas sociais que envol-

vem temáticas que orbitam em torno da segurança pública, as vozes, reflexões analíticas e dados informacionais advindos destas agências de socialização, são requeridas para um debate aprofundado que culmine em pesquisas científicas. Estas vozes, as dos agentes de segurança pública, são fundamentais, também, para mobilizar caminhos para um organismo político-social integrado e emancipatório.

Segurança Pública e Direitos Humanos: temas intrinsecamente relacionados

Todos os aspectos que referem-se à segurança pública, cidadania, direitos humanos, estão intrinsecamente conectados. Há um fluxo dialógico conceitual entre as áreas e, portanto, é objeto de estudo o reconhecimento das ações dos agentes de segurança como instrumentos de proteção aos cidadãos; consequentemente, a missão de garantir proteção aos direitos constituídos, ou seja: proteger os direitos contidos na Carta Magna. Na própria formação do policial militar, as bandeiras de conteúdos programáticos e debates formadores contemplam esta interface entre garantia da ordem, o exercício de autoridade e a busca implacável pelos que ferem a justiça e o direito (criminosos). Mas, também, são levados a um espírito colaborativo muito forte. São atores comunitários treinados a intervirem, também, na mobilização de ações de cidadania.

São temáticas múltiplas, que orbitam em torno do conceito norteador de segurança pública, contribuindo em várias outras esferas comunitárias, de apoio ao debate e a práxis de coletividade, de cidadania. Esta perspectiva disciplinar, discurso intrínseco que também se faz expresso nas ações e posições dos policiais na sociedade, mostram o quanto são mobilizados a uma construção de representação social afirmativa.

Antes de nos mobilizarmos a reflexão deste binômio, é importante enaltecer que, com a Constituição de 1988, o discurso de liberdade e a operacionalização para a concretização das esferas de proteção desta perspectiva, tornaram-se objeto constante nas peças jurídicas e nos ordenamentos das pautas políticas. E isso é muito

importante. A liberdade – em suas mais múltiplas manifestações – é inerente a natureza humana. Entretanto, para que se possa prevalecer e ser objeto norteador de processos dialógicos e de construção social, é necessário que se estabeleça, também, diretrizes, limitações e até restrições para a vida comum. É o caso, por exemplo, de um crime de ofensa à honra. A liberdade de expressão é uma garantia constitucional, mas, a liberdade de um, cessa quando a liberdade de outro é provocada à desconstrução, fragmentação, ocultação.

Por isso, há normativas estabelecidas – e constantes debates nos universos jurídicos e políticos – para que se entenda os parâmetros legais e os cerceamentos utilizados como recursos contra os que imperam desconstrução da ordem social. A sociedade é um organismo vivo, que precisa ter regras e norteamentos respeitosos, para que as vozes de um mesmo cenário tenham a oportunidade de ser. O Estado e o Poder que dele emana exercem exatamente este papel de manter um respeito à ordem social, que não promova ferimentos nas garantias de direitos. A Polícia Militar, órgãos que têm esta função de respeitar a Constituição e suas diretrizes de defesa à multivocalidade, também é o órgão que precisa ser ostensivo e firme diante dos que não entendem e respeitam o bem-estar social. Parece um paradoxo. Mas, ao mesmo tempo que atua no cerceamento de certas "liberdades" é a mesma que luta pela garantia da própria "liberdade".

O conceito explicativo está na análise de conjuntura da aplicabilidade de uma liberdade coerente com normativas legais. É, também, uma questão de bom senso e de respeito ao próximo – pelo menos deveria ser -. O Estado de Direito surge para esta finalidade organizacional, de colocar, em ordem, os princípios legais e as estruturas de liberdades coerentes. Faz-se necessário observar aqui, a importância dos documentos históricos que garantem os direitos humanos, que deveriam, inclusive, ser entendido por todos os polos de pensamentos e atuações, como importantes diretrizes para a consolidação deste bem-estar social a qual destaca-se como necessário em todos os ambientes sociais. São os apontamentos dos direitos humanos que estabelecem caminhos para proposições de políticas públicas afirmativas. Todas as áreas de articulação para a concretização de es-

tratégias em prol do bem- estar social, podemos caracterizar como fomento de direitos humanos. A Segurança Pública, aliás, é um dos mais poderosos meios para confirmar esta importante conjuntura de proteção ao cidadão e suas liberdades pautadas na garantia da ordem e do bem-estar. Isso porque se estabelece, em seu cumprimento institucional, a defesa do cidadão, à sua vida – voz – liberdade.

A Segurança Pública na perspectiva do Direito Fundamental

Esta vertente discursiva do papel da Segurança, enquanto braço da garantia de direitos, sempre esteve presente na história da humanidade. Filósofos defendiam a ideia de que a segurança tem um papel tão essencial na estética social que nasce para assegurar a fruição do direito à vida, à liberdade, à organização social e a propriedade. Portanto, entre os aspectos que orbitam em torno do conceito de segurança pública, a Segurança é um estado de sentidos, que afirma uma tranquilidade, pautada em uma expectativa de direitos humanos. Wolgran Junqueira Ferreira destaca a temática na perspectiva constitucional, sendo a:

> Proteção que a Constituição da República Federativa do Brasil garante como direito. Constitui-se ela como proteção conta qualquer perigo. Tranquilidade psicológica que resulta da certeza de que não há qualquer perigo a temer ou de que se está protegido contra as ameaças, pois assim lhes garante a Lei Maior. (FERREIRA, 1997, p. 30).

Portanto, de acordo com as análises dos que pensam e refletem sobre sociedade, a Segurança seja, talvez, a mais importante das garantias protetivas legais, já que garante, em consequência, a liberdade para a fruição de todas as demais garantias de direitos fundamentais, como a integridade física, a vida, a locomoção, propriedade e expressão. Não é apenas uma garantia de direitos para os cidadãos; é, também, uma perpectiva de sobrevivência do Estado Democrático de Direito.

Mas esta garantia constitucional é aportada em outros vários documentos internacionais que também se fazem base para o mes-

mo sentido de proteção, além das fronteiras do Brasil. Por exemplo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; a Convenção sobre a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, atribuída pelos países membros do Conselho da Europa em 1950; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966; e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, assegurava – e assegura – ao cidadão, o direito à proteção individual. No Brasil, todas as Constituições asseguravam de forma clara e objetiva o papel do Estado na compreensão real deste direito individual dos cidadãos, estabelecendo o fomento das organizações, estratégias, políticas, recursos e norteamentos para que fosse implementada afirmativamente.

Na Constituição vigente, por exemplo, a Segurança é prevista no caput do artigo 5º, sendo que este não está só. Integra um lista de vários outros direitos protetivos à vida, à liberdade e a igualdade de acessos à educação, à saúde, à moradia, à segurança, e vários outros apontamentos que se fazem necessários destacar em razão do fato de que são garantias fundamentais. Portanto, juntamente com o direito à vida e à liberdade, tão essenciais, o direito à segurança se faz elemento chave para a constituição do núcleo de direitos fundamentais. Com esta conjuntura grupal de direitos, consolida-se o papel estratégico da Segurança Pública no Estado Democrático. Sem ela, o Estado é virtual, no sentido de apartado das conjunturas reais da sociedade. Ela é a razão de ser da formação do Estado.

A Segurança Pública é primordialmente função do Estado, embora todos os cidadãos são participantes deste processo de ordem nos cenários sociais e nas garantias constitucionais. Ao Estado compete instrumentalizar os agentes e órgãos, não apenas com ferramentas, mas também, com a garantia do bem-estar social, os recursos necessários para o bom desenvolvimento do seu trabalho, a proteção. De nada adianta, em um Estado Democrático de Direito, em que se pese a força constitucional da missão dos agentes de segurança pública em proteger a população e garantir os direitos fundamentais, se os seus próprios direitos, como cidadãos e atores do Estado, não sejam garantidos e protegidos. Nesta reflexão, aponta-

-se a necessidade de entender os agentes de segurança Pública como fundamentalmente necessários, mas também, como atores de direitos que precisam ser respeitados e garantidos, em todos os governos que se dispõem a gerenciar o Estado Brasileiro.

A perspectiva temática da Segurança Pública é direito fundamental, como apregoa no artigo 5º da Constituição Federal; e no 6º como direito social; também encontra-se previsto no artigo 144º da Carta Constitucional. Estão relacionadas. Não há como dissociá-las. A norma constitucional da Segurança Pública permeia por dois campos importantes: o primeiro, o que já destacamos anteriormente, a Segurança como garantia de direito à proteção à vida e às liberdades, bem como a ordem social; a outra perspectiva, confere aos legisladores a função de legislar para que as garantias de direitos sejam efetivas, tanto nos aspectos dos organismos institucionais estabelecidos, quanto nos aspectos das políticas de garantias aos agentes de Segurança – ou seja, os aspectos políticos e institucionais -. A Segurança Pública é um viés de preservação e proteção da estabilização de uma convivência social, comunitária, de ordem possível.

Para que estas missões que orbitam em torno da função do agente de Segurança Pública, é preciso contar com planejamento estratégico, emprego de ações preventivas e até repressivas – em alguns casos -, com atividades diversas e específicas, garantindo, assim, os ordenamentos e preceitos instituídos na Constituição. E, nesta vertente da ação prática, estas missões para garantia da Segurança permeiam, também, por outras esferas institucionais que se fundem: a justiça criminal, o sistema penitenciário, as políticas públicas – de segurança e criminais -, os aspectos econômicos (já que também é importante que se estabeleça orçamento e instrumentais), ordem social, entre outras estradas, que consideramos aspectos que orbitam em torno do tema gerador.

E aqui, também é importante destacar que embora exista nos textos constitucionais a delimitação dos órgãos competentes para o gerenciamento, proposições estratégicas, ações práticas, também faz-se necessário compreender outro importante aspecto que também circunda pelo tema gerador da segurança pública: a participa-

ção social. A sociedade é composta por agências de socialização – agrupamentos sociais e institucionais – que se unem na condução de um bem- estar social. São eles, por exemplo, os Conselhos Comunitários, as Câmaras Legislativas, o Poder Executivo e Judiciário, a Imprensa, os movimentos populares e tantos outros espaços de integração comunitárias que figuram como instrumentos de ordem e desenvolvimento para a população.

Esta participação integrada na pauta da Segurança Pública é importante para legitimar o caráter democrático da Constituição Federal, que privilegia a forma multivocal de mobilizar as diretrizes comunitárias. Somos seres integrados, em comunidade. Com isso, o cidadão e os setores da sociedade têm a oportunidade de destacar suas visões, indagações, propostas, apontar as necessidades nesta pauta, participar na elaboração das proposições e programas de segurança pública, exercer a fiscalização dos agentes, subsidiar os órgãos com dados estatísticos e informacionais sobre a comunidade. Por isso, a participação da sociedade civil organizada se faz tão importante e é, neste campo discursivo, que também se impetra os caminhos para a consolidação dos direitos humanos.

Educação formal, não formal e informal: áreas para o debate sobre Segurança Pública

Antes de buscar uma compreensão sobre o papel da educação no debate, proposição e intervenção na Segurança Pública, é preciso decodificar os aspectos dos modelos de educação: formal, não formal ou informal e suas intersecções com o processo de ampliação dialógica e disseminação do conhecimento nas comunidades onde os projetos educativos se prospectam. A educação formal é organizada, ocorre em espaço físico específíco, segue um regramento organizacional e institucional, é sistematizado, regulada por leis e normas, e é promovido um conjunto de análise de conjuntura de resultados. A educação formal é assegurada na Constituição Federal de 1988.

> Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p.).

Já a perspectiva da Educação Não Formal se manifesta em diferentes formatos, pois ela relaciona-se com uma conexão política, as experiências que se adquire ao longo da vida, o trabalho e a identificação de potencialidades, compreensão sociopolítica da sociedade e suas organizações, construção da identidade coletiva, uma vez que "na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos" (GOHN, 2006, p. 31). Mas também é preciso entender um outro campo importante dos processos de educação: a chamada educação informal.

Segundo Gohn (2006) deve-se compreender a educação informal como aquela que se adquire nas relações sociais, no processo de socialização, por exemplo, dentro da família, com amigos, clubes, igreja, comunidade e até os meios de comunicação em massa. Neste caso, aparecem como a figura do educador os pais, os vizinhos, um líder religioso, orientador espiritual, etc. Lembra-nos Brandão (1985, p. 47) de que "[...] a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes".

Diante desta base informacional destaca-se a afirmação de que a educação ocorre em diversas formas e tempos na vida de um sujeito, na medida em que ele toma consciência de seu papel de pertencimento, ampliando assim, o exercício da cidadania. Isso enfatiza a ideia de que o processo de ensino-aprendizagem está além dos normativos estabelecidos formalmente. Aprendemos todos os dias com o processo dialógico, com as experiências, com as construções sociais.

Neste sentido, a educação formal, não formal e informal buscam, a sua maneira, possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social. Entretanto, a educação formal o faz intencionalmente buscando especialmente a aprendizagem efetiva e a certificação que vai acontecer gradativa e progressivamente. A educação não formal, por sua vez, projeta seus objetivos num processo interativo, no

qual: "A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc." (GOHN, 2006, p. 30).

Independentemente de qual modelo se projeta, a educação e a segurança pública são complementares, na medida em que ações educativas de prevenção, de dados estatísticos, de levantamentos informacionais e reflexão sobre o desenvolvimento social e comunitário, se relacionam. Não são poucas as experiências educativas que promovem esta interface entre os aspectos da educação e os temas geradores que mobilizam-se em torno da segurança pública e os direitos fundamentais.

Esta conexão dos agentes de segurança, como a Polícia Militar, por exemplo, ampliando diálogo com os movimentos populares, como os Conselhos de Segurança Pública, os grupos sociais diversos que erguem esta pauta, são importantes ações de intersecções que demonstram a importância destes ecossistemas comunicacionais democráticos, abertos e livres, propondo-se à resolução de conflitos em conjunto. Na educação Formal, também é tema caro a inserir-se nos projetos político-pedagógico das escolas, como eixos transversais; ou, ainda assim, com projetos pedagógicos diferenciados e contínuos, mobilizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar – quando envolve várias áreas de ciências -. Isso é perfeitamente possível, ocorre com frequência em muitas instituições de ensino e faz-se necessário para ampliar a discussão sobre as intervenções da temática no processo de desenvolvimento dos sujeitos.

Há vários tipos de participação comunitária nos processos de construção de uma sociedade. Conforme Gohn (2006), a participação popular está ligada a processos de democratização (podendo esse processo estar em curso ou em lutas para a obtenção), porém, deve abranger o outro conceito prático de participação, que está relacionado ao processo social, o qual é concreto nos movimentos sociais, organizações para realizar algo, sendo um meio fundamental de conquistas.

Portanto, desde os espaços formais da educação (escola), não formais ou informais (que são os múltiplos ambientes de socialização e

construção subjetiva em uma comunidade), os temas relacionados à segurança pública, garantia dos direitos fundamentais, direitos humanos, políticas públicas e o papel estrategicamente importante da Polícia Militar e dos demais agentes de segurança, são temáticas geradoras que este artigo se debruçou nas reflexões. Não apenas com o anseio de trazer à tona os campos de tensões e benefícios destas relações, mas fundamentalmente, expressar o quanto somos seres de conexão subjetiva – tanto no processo de contato com a formação, quanto no campo discursivo sobre a construção coletiva e social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Direitos e Garantias** – comentários ao art. 5 da Constituição Federal de 1988. Bauru: Edipro, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006.

LIMA, Paulo Gomes; ARANDA, Maria Alice M.; LIMA, Antonio B. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. **Ensaio,** Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 51-64, jan./abr., 2012.

MARRA, Maria Lúcia Martins Pedrosa. **Violência e transgressão na periferia de Belém:** sociabilidades e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. 2009. 195f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUZA, Robson S. R. Direitos e segurança pública. *In:* **Revista Jurídica Consulex,** ano 13, n. 288, 15 jan. 2009.

2

tecnologias e comunicação

2

Tecnologias e Comunicação a serviço do Policial Militar: tecendo reflexões

Arlindo Alisson da Silva Mourão[1]

É de conhecimento de todos a importância do papel estratégico das tecnologias ao longo da história, na atuação dos agentes de Segurança Pública, como a Polícia Militar, por exemplo. Este artigo busca permear por esta reflexão: o papel da comunicação como ferramenta para dinamização do trabalho e, também, para facilitar a operacionalização das ações estratégicas de combate ao crime organizado, às manifestações de violência e também contra outros tipos de crimes que, periodicamente, fazem-se presentes em uma sociedade. Com o desenvolvimento, as novas tecnologias, a internet cada vez mais acessível, os instrumentos de ação e proteção da sociedade aumentaram, mas, também, os crimes profissionalizaram-se. E isso só ocorreu em razão do advento das novas formas de comunicar e de transmitir dados e informações.

Ao mesmo tempo que a comunicação e as novas tecnologias são aparatos fundamentais para ampliar os processos de trabalho dos policiais, também encontram em números massivos, ações de contravenção operacionalizadas por criminosos que utilizam da co-

[1] Policial Militar. Bacharel em Direito (Faculdade Dom Bosco).

municação – e suas respectivas ferramentas – para atuar nas suas práticas. Portanto, os instrumentais comunicativos são partes atuantes na vida profissional dos agentes de Segurança Pública. Na verdade, sempre foi determinante no processo dialógico, na agilização dos trabalhos, na modernização das investigações e até mesmo nas ações de prevenção e cuidados.

O Policial Militar utiliza deste recurso estratégico e importante para dinamização de seu trabalho. E, neste viés, é considerável que ele entenda o que é comunicação, suas especificidades, o aspecto dialógico – que alguns pesquisadores chamam de ecossistema comunicacional -, as táticas possíveis para dinamização da estrutura de imagem da corporação na comunidade. Portanto, a comunicação pode agir no âmbito da prevenção, bem como, no âmbito das estratégias de configuração do estado de ordem. Faz-se necessário entender, também, que, para isso, o trabalho do Policial Militar precisa estar antenado com o que há de moderno nos conceitos comunicacionais; bem como o que há de moderno nas ferramentas e mecanismos das tecnologias da informação. Estes conhecimentos e habilidades se dão, em razão de suas relações diárias do trabalho, mas, também, são importantes sugestões para a operacionalização do processo de formação e capacitação do policial. A Polícia Militar atua na prevenção e na ação estratégia de proteção a sociedade. Ela é o recurso que uma cidade, que uma comunidade tem, para proteger os seus e garantir a proteção – direito fundamental da população -. A Polícia Militar é muito mais do que apenas um órgão do Estado. Ela também, acaba sendo um ambiente de integração de atores sociais em uma comunidade. Uma referência de cuidados. É por isso que os Conselhos Comunitários – todos eles – acabam convidando e contando com a presença, participação ativa e contribuição dos agentes de segurança nos debates sobre vários temas que, de certa forma, estão orbitando em torno das relações sociais nas agências de socialização.

Isso quer dizer que, além do ambiente da Polícia Militar, dos ambientes específicos de atuação e trabalho dos agentes de Segurança Pública, também são determinantes para auxiliar a sociedade civil organizada no fomento de estratégias sociais. Por isso, são requisi-

tados e valorosos nas diversas instâncias dos conselhos comunitários, sejam eles da Educação, da Saúde, da própria área de políticas de Segurança, na Assistência Social, da Cultura, até mesmo áreas como Agricultura e Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos. Em todas as áreas, a Segurança Pública acaba orbitando em torno, em algum momento das ações estratégias, das políticas públicas, dos aparatos de proteção, das orientações de prevenção.

Esta reflexão nos leva, então, à compreensão do papel da polícia não apenas como aquele ator social que prende criminosos. É muito mais que isso. A Polícia Militar, por exemplo, atua na proteção à vida. Aliás, eles dão a própria vida, em caso de enfrentamentos, para proteger o povo, a sociedade, a pátria. Por isso, são valorosos heróis que atuam na defesa e na prevenção. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre o aspecto da presença, do significado, destes profissionais e órgãos em uma comunidade. São atores ativos integrantes de um organismo vivo em constante evolução e transformação, que é uma sociedade. E, obviamente, entender os conceitos de pertencimento e presença no viés semiótico, dos significantes destes processos de estrutura de imagem e ação de intervenção, é também parte integrante de uma comunicação, já que ela atua na divulgação, na ampliação dialógica, no auxílio à resolução de conflitos, no estado de ordem, tão necessário para a fundamentação de planos estratégicos de ação. O Agente de Segurança Pública é um ator social integrante de um processo em transformação. Ele acompanha estas proposições e evoluções em uma comunidade. E são proposições e evoluções em esferas múltiplas, em áreas múltiplas, sob o aporte de múltiplas vozes. A necessidade de Segurança e estabilidade é uma busca diária de todo ser humano. Esta sensação de proteção, ajuda, inclusive, na melhoria da qualidade de vida da população. Aliás, esta sensação de segurança, de proteção, enquanto essência de sentidos, acaba sendo, automatizamente, internalizada pelo sensorial de um sujeito, ou seja: "eu vejo o profissional de segurança na minha rua, no meu bairro, próximo da minha casa. Logo, portanto, me sinto em estado de segurança e proteção". Este sentido, valor emocional e sensorial, é uma constante. Isso porque a estrutura de imagem

comunicacional, semiótica (de significados) atribuída ao Policial é o de que ele é um ator orientador, protetor, que precisa ser ouvido e respeitado. É como se fosse um pai ou uma mãe, um professor ou um avô, que você direciona um olhar de segurança. Sabe que ele poderá te proteger de múltiplos malefícios.

Neste viés sensorial, entendemos aqui, uma perspectiva importante que faz parte da reflexão deste artigo: a comunicação. Veja: quando falamos de comunicação em organismos vivos como as agências de socialização (escola, igreja, órgãos institucionais, etc), estamos falando de ambientes de trocas subjetivas de sentidos. Estas trocas, estas referências, ajudam-nos a construir um diálogo com a sociedade. Por isso, a importância da comunicação em todos os órgãos. Quando se limita a comunicação, limita uma estrada que possibilitaria a construção de caminhos de emancipação. O papel da Polícia Militar é o de mostrar e comprovar este sentido de proteção, que está aportado na Constituição Federal e nas diretrizes de suas ações. São profissionais estratégicos em uma comunidade.

Por isso, inclusive, é sempre importante garantir uma comunicação imagética positiva constantemente da Polícia Militar, pois é a referência de um organismo social vivo. Preservar a imagem para que a instituição siga suas atuações e estado de pertencimento em uma unidade social, sendo a referência simbólica da defesa da sociedade, como uma instituição que protege a vida, patrimônio dos cidadãos e cidadãs, a ordem social, buscando a manutenção de paz e harmonia comunitária, enfrentando os desafios dos avanços de criminalidades manifestadas em diversas formas. A imagem da Polícia Militar é mantida principalmente através do trabalho cotidiano, da atenção e processo dialógico com as comunidades, sempre voltados para o desempenho das tarefas e missões a que lhes são propostos. A crescente democratização das informações, fenômeno que cada vez mais é perceptível na sociedade contemporânea, em razão da democratização da comunicação, da internet e dos mecanismos informáticos muito acessíveis, torna importante a reflexão e a necessidade da transmissão de todos os atos que são tomados pela Polícia

Militar, mostrando seu papel fundamental na sociedade. É um dos tópicos mais visitados em pesquisas de recepção porque é um dos pilares da confiança dos cidadãos.

E este artigo vai ao encontro de uma reflexão que chama a atenção: a de que não há uma constância em produções de pesquisas que mostre este dia a dia das atuações dos policiais, do ponto de vista de suas lutas em defesa do povo. Há uma sempre constante tentativa de desconstrução de estrutura de imagem da polícia, muito embasada em referências que orbitam em torno de outros aspectos, como a política pública, por vezes, não tão plena na perspectiva de reconhecimento e apoio ao serviço empregado pelos agentes de segurança. Existem muitos aspectos do plano dos sentidos que operacionalizam ataques à figura de órgãos tão essenciais e valorosos como este.

Com o advento da internet, a democratização das ferramentas de mídia, e às vezes, a insensibilidade do senso comum que atua no imediatismo de sensacionalismos desrespeitosos, os agentes de Segurança Pública e órgãos instituídos como a Polícia Militar podem sofrer ataques em sua memória, em sua história, em sua atuação e sua missão. Estes ataques, hoje midiatizados com uma agilidade impressionante, pode descaracterizar a missão social num âmbito coletivo – uma comunidade. Desta forma, faz necessário entender que a comunicação também é uma ferramenta de transparência dos fatos reais ocorridos, as posições e leituras subjetivas.

Os órgãos de Segurança Pública não podem ficar à margem do fluxo informacional sem também, produzir os conteúdos demonstrativos do que ocorre, como ocorre, quais as vozes e discursos de proteção existentes à própria imagem dos órgãos. Muita gente atua hoje, no imediatismo do sensacionalismo. Isso não quer dizer que não exista, também, exceções de atuações criminosas ou desencontros com a valorosa missão dos agentes de segurança. Existem. Mas são – e devem ser – exemplarmente punidos pelas instâncias, como as Corregedorias. Afinal de contas, o trabalho dos agentes de segurança são articulados e praticados na defesa plena da coletividade, do sagrado exercício de proteger o cidadão e os seus direitos fundamentais atribuídos na Constituição Federal do Brasil.

Portanto, é preciso estabelecer uma compreensão do papel da comunicação em órgãos de segurança. A própria Polícia Militar tem, em sua carta de diretrizes, ordenamentos neste viés da Assessoria de Comunicação, da estrutura de imagem, da relação com a Imprensa, o conceito de imagem. Tamanha a importância de estabelecer como agência de socialização atuante e afirmativa num ambiente comunitário.

O papel da Comunicação Social: operacionalização e significados

É sempre importante lembrar que todos os órgãos sociais, empresariais, institucionais têm como fundamento estratégico, dialogar com alguém, com seu público-alvo, disseminar conceitos, vender produtos ou ideias. Obviamente que no contetxo da comunicação empresarial, estuda-se os campos de recepção de discursos analisando os múltiplos públicos- alvos. Ou seja, a comunicação não é linear, homogênea, porque as pessoas são distintas nas suas subjetividades. As empresas e instituições controem, portanto, seus informes, partindo de uma análise sobre como chegar, da melhor forma, até as subjetividades dos indivíduos. Ou seja, as estratégias para que o fluxo informacional chegue da melhor forma possível até às pessoas.

Penteado (1993, p. 120), destaca que "só é exequível planejar Relações Públicas tomando-se por base uma política da empresa. Sem política, é praticamente impossível planejar. Todo o planejamento está na dependência de certos princípios que devem ser estabelecidos a priori" . Esta afirmativa do autor nos explica que todo órgão institucional ou empresa tem suas missões, suas perspectivas de intencionalidades e isso, também, acaba sendo objeto norteador dos produtos de comunicação orquestrados. Penteado (1993, p. 24) também expressa a Comunicação Social como o "compartilhar elementos de comportamento ou modos de vida, pela existência de um conjunto de regras".

A partir desta reflexão, a Polícia Militar, por exemplo, define, afirmativamente, um conjunto de regras que norteiam as atividades desempenhada pela PM, através de Normas Gerais de Ação. Há todo um cuidado profissional em direcionar os profisisonais sobre o

que é comunicação, quais são as estratégias de assessoria de imprensa, como dialogar com os veículos de comunicação, as vozes das fontes oficiais, e etc. Trinta e Polistchuk (2002, p. 5 - 25), fornecem subsídios teóricos adequados para se delimitar o que é a Comunicação Social e chama a atenção para a necessidade de ampliação de reflexões contemporâneas de novos fenômenos da comunicação social. Aliás, a Teoria da Comunicação Social é ampla, diversa e muito instigante, já que analisa não apenas o aspecto da operacionalização e produção prática, mas, também, incita os estudos relacionados ao campo, tecendo conexões com as agências de socialização que compõem o organismo social coletivo – uma comunidade.

Os autores permeiam por uma estrada de perspectivas teóricas do pensamento da comunicação, mergulhando em uma ampla onda de conexões teóricas. Desdobrando-se, portanto, em um aprofundamento sobre a Comunicação Social, ramo da antropologia cultural para as atividades de relações públicas, num amplo esforço para angariar os aportes de caminhos reflexivos para ampliar o campo discursivo, trabalhar o aspecto da integração comunitária, modernizar os padrões de interação social, através da melhoria do processo de intercomunicação e inter-relação humanas.

A comunicação, em instituições públicas e privadas, portanto, são mecanismos que desenvolvem estratégias para garantir transparência, fomentar projetos dialógicos, instigar ações que divulguem as missões do agente de segurança pública, prospecte caminhos para contribuições em debates e fomentos de estratégias sociais. É a comunicação que operacionaliza a identidade visual de uma instituição. E, para isso, pode contar com as contribuições das áreas do jornalismo, da publicidade e propaganda, da comunicação institucional, do Marketing, das Relações Públicas, da Comunicação Digital. São várias as áreas que contribuem para esta afirmativa da comunicação integrada dentro de um plano de gestão de comunicação. Cada uma destas áreas têm suas especificidades técnicas; mas, juntas, podem acoplar um bom pavimento de sucesso.

Faz-se necessário, portanto, entender a comunicação como uma estratégia para ampliação de vozes, transparência de órgãos públicos, embates dialógicos que fomentem a construção de novos caminhos. Vários autores trabalham com este diagnóstico de realidade situacional. Um conceito que redireciona a ótica da comunicação em órgãos públicos, principalmente, saindo de um campo de apresentação e instrumentalização funcional, e permeando por um campo de comunicação social que estabeça a construção constante de identidade visual. Todos os órgãos, sejam públicos ou privados, que trabalham em parceria com estratégias de comunicação, contextualizam esta perspectiva.

A comunicação em órgãos de Segurança Pública

Os órgãos institucionais de Segurança Pública reconhecem e valorizam muito a importância da comunicação social como agente de construção de caminhos para disseminação do trabalho desenvolvido pelos valorosos profissionais que dedicam-se à proteção e segurança dos cidadãos. Além disso, constantemente, atua na modernização de seus aparatos tecnológicos e mecanismos de disseminação de sentidos, prestando um importante serviço comunitário de divulgação de informação, formação e divulgação cultural. É missão importante para a Polícia Militar respeitar o direito do cidadão à informação, inclusive contribuindo com o uso dos recursos das várias mídias que circulam na sociedade moderna, cada vez mais global, informatizada e comunicacional.

Assim sendo, tem-se que a Comunicação Social reúne objetivos que se completam com os objetivos da administração pública, de forma muito particular, e obedecendo princípios, seguindo diretrizes definidas no Art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia). Na perspectiva deste presente artigo, busca-se refletir sobre o que é comunicação e quais são os apontamentos que caracterizam sua essencialidade no universo da gestão e operacionalização dialógica da Polícia junto à comunidade onde ela está inserida e atuando.

A busca de urna integração e construção dialógica constante entre a Polícia e a população, a participação na defesa social através do apoio do povo à sua missão e às suas atividades exigem urna estruturação sempre calcada em plano de gestão. É importante, de fato, e como destacado anteriormente, unir as competências e habilidades dos profissionais da área de comunicação social, não apenas os jornalistas, mas, também, de outras áreas, no fomento de assessorias especializadas dentro da própria Polícia. A PM já conta com este setor e com diretrizes específicas de trabalho. E é sempre importante destacar o quanto é estratégico investir em modernização das ferramentas e dos meios dialógicos entre a instituição, a sociedade civil organizada e todas as demais agências de socialização que se prospectam em uma comunidade. A área da Comunicação Social da Polícia Militar, por exemplo, é referência porque é bastante comprometida com a sagrada tarefa de cumprir sua importante missão, com trabalhos de diagnósticos, fomento de assessoria de comunicação, valorização do relacionamento interpessoal e defesa da população.

Conclui-se este artigo refletindo sobre o papel da comunicação no estado de organização dos processos dialógicos, na operacionalização de caminhos pavimentados pela legislação e diretrizes estabelecidas pelos órgãos de segurança, que apontam as mudanças advindas pelo tempo e modernização das ferramentas de diálogos. Faz-se necessário, em todos os órgãos que denominamos de agências de socialização, que se pense no papel da comunicação como bem social, que transita entre os campos de diálogos dos atores representantes dos órgãos de segurança e a própria população.

Muitas são as esferas de diálogos possíveis entre os órgãos do Estado, voltados a missão sagrada de proteção à vida. Faz-se necessário, portanto, analisar os avanços das novas ferramentas de mídia que nascem a todo instante, sempre modernizando a relação discursiva entre a sociedade e os agentes de segurança. A cada dia, há mais ferramentas e mecanismos novos de interação e, como agência de socialização, o órgão de segurança pública também tem este dever de estar atento sobre quais são e como operam, até mesmo para estarem sempre preparados para as investigações contra criminosos que utilizam as ferramentas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

LOPES, Boanerges. **O Quê é Assessoria de Imprensa.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. **Relações Públicas nas Empresas Modernas.** 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

TRINTA, Aluizio Ramos;POLISTCHUK, lllana. **Teorias da Comunicação.** Editora Campus, 2002.

3

reforma agrária

3

Educação do campo em tempos de pandemia: inserção de ensino remoto numa comunidade de assentamento de Reforma Agrária

Claudia Talochinski Cordeiro[1]

Fonte: Acervo da autora, fotografia de Adriana Almeida Veiga.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da inserção de uma escola de campo, denominada Colégio Estadual do Campo Contestado, localizada na região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná, mais especificamente no Assentamento de Reforma Agrária Contestado. É importante mencionar que tal pesquisa se deu em

[1] Mestranda em estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná. Pós-graduada pela Universidade Federal do Paraná. Professora do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Paraná (SEED).

meio à pandemia da COVID-19, considerando, portanto, as aulas e atividades remotas, que estão ocorrendo desde março de 2020.

O referido trabalho se justifica pela importância em se pensar a Educação remota numa comunidade de difícil acesso à internet e devido à necessidade de refletir sobre o processo de exclusão dessa categoria de estudantes que, durante muitos anos, desde a educação rural, foi considerada como atrasada.

Vale fazer aqui, de antemão, a distinção entre as terminologias Rural e do Campo. A Escola Rural é aquela situada em uma comunidade rural, sem vínculos com movimentos sociais; a Escola do Campo é aquela que surgiu a partir das lutas sociais e tem como concepção promover a habilidade de ler o mundo, com currículos pensados a partir da realidade local, através de relações conjunturais, estruturais, no meio que está inserida. Uma Educação do Campo se dá mediante a conscientização de seus educadores, quanto à importância de uma formação continuada, na organização de recursos pedagógicos além de projetos que envolvam problemas associados à realidade da comunidade. Isso para que, a partir do conhecimento científico, os estudantes possam entender e exercer sobre ela um papel mediador, buscando alternativas junto ao conhecimento popular a fim de intervir no contexto em que estiverem situados social, histórico e culturalmente.

Segundo a dissertação de mestrado de Adriana Almeida Veiga (2019), a prática pedagógica em Escola do Campo na concepção de Educação do Campo é voltada para o desenvolvimento humano do homem trabalhador rural, de diaristas e demais produtores da região rural, para a vida na comunidade, na preservação de costumes, valores, da culinária local, do jeito de ser, do modo de falar, das festas e encontros da comunidade. Para a autora, mestre e doutoranda, moradora do meio rural,

> o campo é lugar de movimento, onde os sujeitos necessitam de formação política para conscientizarem-se quanto aos interesses que circundam o trabalho, a exploração dos produtores e trabalhadores rurais por grandes empresas do agronegócio, do empresariamento da educação a partir de projetos hegemônicos por parte das secretarias estaduais e municipais de educação. (VEIGA, 2019, p. xx)

A escola do Campo tem forte vínculo com as formas de produção do trabalho, de vida e os conhecimentos adquiridos e acumulados pelos povos locais. A prática pedagógica é voltada para emancipação dos sujeitos, dando ênfase e visibilidade a sua cultura e sua identidade, pois, segundo Arroyo (2010, p. 45), "é a matriz formadora que, na escola do Campo, deveria ter vínculo com a produção dos conhecimentos e valores, da identidade e da cultura".

O município da Lapa está situado a 72 km de Curitiba e é compreendido como um município rural, devido ao fato de que sua atividade econômica está baseada na agricultura e na criação de animais. É composto por 64 comunidades rurais, entre elas o Assentamento Contestado. O Colégio Contestado está situado no Assentamento de Reforma Agrária denominado Assentamento Contestado. Tal instituição educacional oferta Ensino Fundamental II e Ensino Médio e conta com um total de 62 alunos matriculados em 2020, nos turnos vespertino e noturno; divide o espaço físico com a Escola Municipal do Campo Contestado, que atende a Educação Infantil e o Ensino fundamental I, no turno matutino. Fundado em 2011, é formado pela comunidade local, onde são atendidos filhos de camponeses, de nível socioeconômico médio a baixo, que não possuem renda fixa.

Foi em fevereiro de 1999 que um grupo de 80 famílias sem-terra conquistou a fazenda Santa Amélia, histórico latifúndio no qual o trabalho era efetuado por meio da escravidão de pessoas trazidas da África. Localizado no município da Lapa, a 70 km de Curitiba, capital do estado, seu antigo proprietário foi o Barão dos Campos Gerais que, durante a visita que o Imperador Dom Pedro II realizou a Província do Paraná, em 1880, chegou a pernoitar na sede da fazenda.

Em 1985, a Fazenda foi adquirida por uma empresa de cerâmica, a Incepa, que utilizou a área para o reflorestamento com espécies exóticas (Pinus e Eucalipto) para produção de carvão. O MST soube que a empresa possuía uma grande dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e, sabendo da existência da área, realizou uma denúncia ao INCRA[2], solicitando sua destinação para re-

[2] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

forma agrária. Foi instaurado um processo de desapropriação, feito extremamente moroso. Somente no ano de 1999, com a ocupação da área, o processo seguiu seu trâmite de forma mais rápida. O referido decreto foi assinado em outubro do mesmo ano, sendo que a posse ocorreu no ano 2000. Por estar próxima à região onde aconteceu a Guerra do Contestado, os assentados decidiram pelo nome de Assentamento Contestado. O Assentamento Contestado é hoje um exemplo, entre tantos no Brasil, de organização coletiva e comunitária da vida no campo, segundo o assentado Nei Orzekowski (2014).

Uma das bases do movimento é a organização. As famílias se organizaram em grupos de base, com dez a quinze famílias em cada grupo; esses grupos são instâncias bases do MST sendo o modelo de ligação entre as bases do movimento que cooperam entre si. De cada grupo são escolhidos um homem e uma mulher, para coordenar nas tarefas de desenvolvimento das atividades no seu núcleo e, ainda, participar da Coordenação do Assentamento.

Dessa forma, desde o início, o Assentamento se desenvolveu na organização e coletividade dos Grupos e famílias e, portanto, todas as decisões são discutidas coletivamente. Assim, o campo passa a ser entendido como um espaço de resistência no contexto das contradições entre capital e trabalho, que condiciona todos os trabalhadores, um lugar em que os sujeitos se desenvolvem em todas as dimensões (cultural, política) e se constituem enquanto sujeitos coletivos em busca da realização de seus projetos de vida e das políticas públicas. Essas são as bases formadoras fundamentais do ser humano em sua concepção defendida pelo Movimento MST: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história.

Em sentido amplo da atividade humana criadora, construtora do mundo e do próprio ser humano, o trabalho significa a própria vida como princípio educativo. Vale ressaltar que não nos referimos aqui ao trabalho assalariado e explorado da sociedade capitalista, mas do trabalho coletivo, convertendo sujeitos em trabalhadores conscientes, buscando superar, assim, as formas de alienação em tal âmbito. Trata-se de um tipo de trabalho que produz cultura e, também, sujeitos emancipados, organizados, superando condi-

ções alienantes, considerados, portanto, sob essa perspectiva, sujeitos datados em sua historicidade. Outrossim, as pessoas se formam pela inserção em determinados meios, materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade.

Segundo artigo de Gerson Luiz Buczenko publicado no livro *Educação do Campo: perspectivas e atualidades*, pela editora Syntagma, em 2019, há vários conceitos e elementos fundantes para conceituar a Educação do Campo. Segundo o autor, esses são alguns deles: campesinato; trabalhadores e trabalhadoras do campo; processo de exclusão; coletividade; diversidade; especificidade e complexidade dos sujeitos que vive e trabalham no campo; reforma agrária; povos originários; quilombolas; nações indígenas; entre outros.

Partindo dessa concepção de Educação do Campo, pode ser mencionado que as práticas pedagógicas do Colégio Contestado são diferenciadas das demais escolas de zona rural e urbana do município. Isso porque, as atividades desenvolvidas pelos educadores do referido Colégio precisam ter ligação com a vida dos sujeitos do campo, pois, durante muito tempo, a educação era pensada para a elite e para a burguesia e, aos povos do campo, restava que seguissem orientações pré-estabelecidas, sem questionar. Tratava-se daquilo que Paulo Freire chamou de uma educação bancária, sem conexão, deslocadas da realidade e do cotidiano das pessoas. Segundo artigo de Claudia Talochinski Cordeiro (2014), orientado por Douglas Ortiz Hammermuller, do Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo UFPR, como resultado de uma pesquisa no referido colégio, há falta de formação dos professores para o trabalho na Educação do Campo. Nesse contexto, a pesquisa realizada aponta que apenas 30% dos educadores conheciam as práticas pedagógicas na formação acadêmica. Em contrapartida, 70% estavam inseridos em práticas pedagógicas e apresentavam afinidade com as metodologias adotadas pela escola, através de atividades coletivas e estudos em conjunto com todos os segmentos da instituição, através da socialização dos conhecimentos adquiridos e da prática cotidiana.

O grande anseio da comunidade, de modo geral, é que a escola seja espaço de interação, de socialização e de realização de atividade-

des socialmente necessárias, a fim de promover a emancipação de sujeitos, continuar a luta pela terra e por uma educação de qualidade para os que vierem, pois, se a base formadora do MST é a organização, na escola, portanto, não seria diferente. Há uma organização diferenciada no Colégio, com tempos de estudo, tempos de realização de trabalhos socialmente necessários (como cuidado com a ornamentação da escola, cuidados com a horta escolar, painéis, murais), tempo de formação, tempo de leitura, tempo para debates e discussões. Enfim, trata-se de uma prática pedagógica voltada para a vida na escola, visando que educadores e educandos aprendam e partilhem conhecimento, sendo o professor mediador e não detentor do conhecimento. Portanto, nessa visão de educação, o conhecimento é uma construção, não é estático, mas provisório e plural.

Em todo início de ano é feita uma reunião com educadores e educandos para organização e planejamento do ano letivo. Nessa reunião, é realizada a distribuição dos membros em grupos, fazendo com que cada grupo passe a ter uma função na escola. Citaremos dois exemplos de grupos e de função desenvolvida pelos membros, como no caso do grupo da Cultura, responsável por elaborar místicas, noites culturais, sarau literário, apresentação artística, dança, entre outras atividades. O grupo da Memória é o responsável pelo registro de atividades do tempo presente. Tudo que está sendo realizado e elaborado é registrado por cada grupo num livro-ata, com datas de reuniões, encontros, eventos, fotos, entre outros registros.

A escola e a comunidade possuem um forte vínculo com outras instituições como, por exemplo, as Universidades Públicas que desenvolvem trabalho em parceria, como no caso do curso de formação para a diversidade, com ciclo de palestras e debates. Vale destacar que a comunidade escolar é muito ligada às atividades do MST, ou seja, a participação das crianças e jovens é muito ativa, em constante diálogo com outros assentamentos e encontros do Movimento, como as conhecidas Jornadas de Agroecologia, Marchas das Mulheres para Brasília, entre outros eventos. As crianças se preparam na escola e na comunidade, com atividades para apresentar nesses eventos, como teatro, dança, mística, entre outras participações.

Mesmo com toda essa pedagogia diferenciada, a escola ainda não deu conta de formar e preparar os alunos para uma educação digital, embora saibamos que a sociedade está cada vez mais buscando, no ciberespaço, um lugar para se encontrar e interagir virtualmente. Não se pode deixar de mencionar, nesse âmbito, que a escola não possui uma boa qualidade de internet para pesquisas e acessos diários. A internet é lenta, o que dificulta o trabalho dos educadores e educandos embora haja tentativas concretas de uso das ferramentas para pesquisa, o que já se considera um avanço.

Com o distanciamento social, devido à pandemia da Covid-19, o Governo do Estado do Paraná, no mês de março, implantou as aulas em caráter EAD, com aulas via canais de TV e aplicativos, que foram sendo aperfeiçoados, tanto que, ao acessar esses *apps,* chamados de Aula Paraná, os alunos garantem presença, respondendo a um questionário.

Ocorre que a escola, assim como a comunidade, fica situada em uma região de difícil acesso à internet. Assim, mesmo com dificuldades, algumas famílias assentadas instalaram internet via rádio para que seus filhos tivessem acesso às aulas através desses aplicativos. Os que não possuem internet fazem uso de dados móveis, com pacotes de internet pré-pagos. Os pais são pequenos produtores e agricultores familiares, que fornecem sua colheita, através de programas de Governo, como o Programa de Merenda Escolar.

A luta das famílias assentadas é constante. Ser Sem-Terra não é não ter terras, posses e propriedades, mas estar junto com os outros na luta pela Reforma Agrária. As famílias vivem nesse espaço coletivo, discutem, reúnem-se, avaliam o tempo todo, as demandas da comunidade para juntos buscarem soluções para os problemas que surgem. Não foi diferente com as aulas EAD impostas pelo governo. Vale destacar, que a comunidade reuniu-se com o Conselho Escolar e decidiram pedir adiamento do calendário e suspensão do ano letivo, para que nenhum educando fosse prejudicado nesse período. A gestão escolar, em constante diálogo com a comunidade e com todos os segmentos da educação local, pode constatar que as aulas em formato remoto não cumprem a função social da escola.

As aulas são em formato de vídeos, gravados por professores

contratados pelo Governo do Estado do Paraná e distribuídas via aplicativo para acesso dos alunos por canal de tv ou app. Ocorre que as aulas são bastante teóricas, complexas, com conteúdos deslocados da realidade dos sujeitos do campo, priorizando o aluno com acesso às diferentes mídias, suportes de consulta, equipamentos e ferramentas, o que, por si só, já caracteriza a exclusão. O governo, então, como resposta aos questionamentos da Comunidade escolar, em reposta ao Conselho Escolar do referido Colégio, sugeriu que fossem impressas as atividades para os alunos que não têm acesso à internet e não possuam quaisquer equipamentos para realizar essas aulas. Impôs à gestão e funcionários que se deslocassem até as escolas para impressão dessas atividades e entregassem, de mão em mão, descumprindo o próprio decreto de distanciamento social.

Em conversa entre gestão, comunidade e equipe pedagógica, optou-se por enviar atividades impressas ou via grupo de *whatsapp* para cada aluno que não acessasse os tais aplicativos. Os educadores disponibilizaram seus equipamentos pessoais, para o trabalho, a fim de minimizar a exclusão dos educandos frente a essa modalidade de ensino. Diante dessa decisão, houve um acúmulo de trabalho para os educadores da referida comunidade, que encontraram nessa metodologia, uma maneira de minimizar as desigualdades e dar o mínimo suporte aos educandos. Ainda sob pena de ganhar falta, os educadores são obrigados a realizar postagens diárias nesses aplicativos, encaminhar avaliações, tirar dúvidas, realizar correções e dar devolutivas via livro registro de classe online, fazer postagens nos grupos de *whatsapp* de cada turma, estar disponível para tirar dúvidas de educandos e familiares, na tentativa de minimizar a angústia do momento, evitar a evasão escolar e o abandono.

Estamos num período de transformações e mudanças no mundo. São mudanças no modo de ser e de estar no mundo, mudanças estruturais associadas à emergência de um novo paradigma tecnológico. As novas tecnologias e as formas de comunicação têm alterado nossos comportamentos. Sabemos que a tecnologia não

altera uma sociedade, mas a sociedade altera as tecnologias, por conta das necessidades, ou seja,

> nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade, e sim a sociedade que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores, interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos e usos sociais da própria tecnologia (CASTELLS, 2005, p. 17).

Somos outros, os textos são outros, mas devemos pensar nas desigualdades sociais que o ensino remoto vem causando. O educando passa a ser aquele que recebe a tarefa de modo bancário, depositada, através de um aplicativo. O educador vê a perda de sentido da sua profissão, se vê como uma categoria depreciada, que poderá muito em breve ser substituída pelas máquinas. Tudo isso causa estranheza e, mediante a falta de essência do que fora construído até aqui, da sensação de vazio e da perda de valores, parece que tudo está se perdendo. Vivemos uma realidade fabricada, imposta pelo modelo capitalista e, diante dessa crise pela qual passamos, discursos emergem e depreciam a carreira do professor, como sendo substituível ou mal formado, que não correspondem as atuais expectativas (ROHLING, 2014).

Esse breve relato é uma tentativa, como diria Paulo Freire, de fazer a leitura do mundo, tomando consciência do que ocorre na sociedade e sobre aquilo que nos oprime. Como educadores buscarão educar os oprimidos, trabalhadores, desfavorecidos de forma conteudista, apenas transmitindo conhecimento sem reflexão? De que forma tudo isso irá impactar a profissão docente e a educação pública?

Para Geraldi (2010, p. 92):

> Seria absolutamente tolo imaginar que no entrecruzamento das crises a escola não estaria implicada. E a identidade da profissão de professor permaneceria intocada. [...] há crise nos processos de produção de conhecimentos, há crise nas formas de inserção social da juventude sufocada pela destruição dos lugares possíveis de trabalho e convívio. Não poderia deixar de haver crise na identidade da profissão de professor.

Enquanto o Colégio Estadual do Campo Contestado desenvolvia antes, junto aos coletivos, um trabalho pautado nos estudos freireanos e rebatia toda forma de exclusão, o Governo agora nega autonomia dessa instituição e obriga essa categoria de estudantes a se padronizarem às demais escolas. Freire propôs um método de letramento que levasse o homem a ter consciência de si mesmo e do mundo, com propostas de currículos avançadas e metodologias nas quais os educandos pudessem ter consciência, questionar e interferir no mundo. Não há mais como pensar que um ensina enquanto outro aprende. Os sujeitos através da linguagem e via língua, constroem sentidos interativamente, por meio do discurso. Essa interação só se dá entre eu e o outro, o outro e eu, numa relação dialógica. Isso porque nossa relação com o mundo é mediada, organizada por meio da linguagem. Estamos vivendo uma rearticulação do mundo. Há uma dinâmica social, posta, estabelecida, na qual surgem diversas questões emergenciais. Nossa prática e comunicação estão se alterando com a internet e transformando o modo como nos comunicamos, ou seja, estamos afetados por essa tecnologia da comunicação.

O ponto de partida é que pessoas, instituições e sociedades transformaram a tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a. Esta é uma lição fundamental que a história social nos conta sobre tecnologias, por razões históricas e culturais. *N'A galáxia da internet*, Castells (2005) considera que a internet é uma rede de comunicação global; seu uso e sua realidade são uma produção humana sob condições específicas da história. Ela é uma força propulsora para a nova economia, é a cultura do dinheiro e do consumo. Tanto que se tornou comum vermos pessoas com vidas empobrecidas sacrificadas aos anseios extraordinários da tecnologia, do dinheiro e do poder. Estamos divididos entre produtores, usuários e consumidores. Castells alerta para o individualismo na rede na qual pessoas estão sozinhas e vulneráveis, o que está se tornando um padrão social. Quanto tempo perdemos nas mídias, nas redes, a quais deuses estamos sacrificando nosso tempo? Há um deus internet? Tv? Mídia?

Diante do exposto, faz-se necessário pensar que a internet desautoriza nossos corpos a fazer certas coisas, pois acabamos esque-

cendo as possibilidades. É um peso social que deixa nosso corpo estático. Imitamos padrões para sermos aceitos, você é a partir do outro em um universo no qual o reflexo pode ser medido e quantificado pelo número de *likes*. A identidade está sendo construída pela mídia. Você é você pelo seu carro do ano, pelo seu celular, pelas curtidas nas redes sociais. Você é professor de línguas, pai, inteligente porque te disseram isso, pois nos constituímos pelo olhar do outro, pelos discursos que disseram sobre nós. Portanto, a identidade do jovem do campo também está se alterando.

O jovem do campo, segundo Maria Tereza Castelo Branco, na obra *Jovem sem Terra Identidades em Movimento,* publicada pela editora da UFPR, afirma que "a falta de efetiva participação dos jovens em projetos, ideias e práticas específicas os leva, muitas vezes, a assistirem aos embates como expectadores, ou como autores passivos" (CASTELO BRANCO, 2003, p. 168). A autora salienta que, para o jovem, torna-se necessário desenvolver habilidades de convívio pleno na sociedade em que vive, pois ele deverá ter uma educação consciente e crítica, que o prepare para o trabalho, para a luta política e para as práticas comunitárias, como bem vinha fazendo o Colégio Contestado. Ainda, segundo a autora,

[...] a escola como instituição privilegiada na formação das novas gerações das sociedades modernas, deveria ser igualmente possibilitada a todos constituir em um espaço de reflexão sobre o presente, o passado e o futuro, onde as gerações pudessem estar experimentando e concebendo inúmeros modos de significar o mundo e de significar-se, apreendendo as diferentes posições que ocupam na sociedade. (CASTELO BRANCO, 2003, p. 170).

O Colégio Estadual do Campo Contestado, em suas práticas pedagógicas, busca construir inteligibilidades acerca da função social da escola, junto aos educadores, e, por meio de práticas inclusivas, envolver os educandos em atividades coerentes com seu papel de militantes sem-terra para que os jovens vivenciem o sentimento de pertencimento, com uma identidade marcada, o que pode ser viabilizado somente através dessas práticas (efetivamente instauradas). Os jovens que frequentam o Colégio transitam em diversos espaços culturais e

estão em constante movimento, pois a escola possibilita esse engajamento, foge do que é imposto pelo Governo que limita, oprime e generaliza. Assim, os esforços da comunidade, do MST e o apoio da comunidade os habilitarão para se desenvolverem-se como seres humanos, críticos, politizados, capazes de agir e interferir no mundo.

Os educandos que participam das aulas remotas, como já dito anteriormente, são filhos de agricultores que trabalham em suas hortas e pequenas propriedades do assentamento. Portanto, a escola, com suas práticas pedagógicas, tem o papel fundamental de garantir a inclusão desses, em um espaço de debate, de garantia de direitos e evitar a exclusão dessa categoria fadada ao atraso e ao baixo índice de participação nas aulas remotas propostas pelo governo. Sabe-se o peso social da evasão e do abandono escolar, o prestígio social ou não de ser bem-sucedido ou malsucedido, de ter concluído ou não seus estudos. Por isso, a luta dessa comunidade, pais, educadores e educandos em acompanhar as aulas remotas.

Sabemos que essa metodologia de ensino remoto, utilizado pelo Governo para garantir o cumprimento das 200horas, é um projeto excludente que não garante o acesso de todos e todas ao processo de aprendizagem. Talvez respaldado pelas afirmações de que todos têm acesso a redes e tecnologias de comunicação o governo esquece-se da minoria, excluída, que fica às margens, nos entrelugares. O projeto de educação da burguesia sempre foi excluir sujeitos desfavorecidos da escola, pois o modo capitalista tenta eliminar a população, considerada supérflua, pois a educação está aberta ao mercado acionário, controlada por acionistas, garantindo a máxima lucratividade. Estamos num período de transição, que abre um longo caminho para a barbárie social, a crise é profunda e complexa, com políticas privatistas, que se dão por meio do controle da educação com mecanismos de oferta como apostilamento, oferta de material didático, tecnologias, plataformas, entre outros fatores. Percebemos claramente o avanço das políticas neoliberais e nos perguntamos enquanto comunidade escolar: Qual projeto de sociedade está em curso?

Estamos enfrentando uma crise política, moral, econômica, social e educacional com mudanças significativas nas mais variadas organizações. Na concepção de pedagogia dos estudos freireanos,

é preciso formar criticamente os educandos para viver em sociedade e lutar para diminuir as desigualdades. Nesse âmbito, vale destacar que a escola é conquista da humanidade, o Colégio Contestado é construção coletiva na luta. A educação em tempos de pandemia reforça que a escola é lugar de encontro, de sociabilidades, para além dos laços familiares, onde o jovem possa construir relações interpessoais, pois "a escola não é uma ilha cercada de gente por todos os lados", segundo Freire.

Diante do cenário de desmonte da educação, de implantação de projetos hegemônicos, é relevante, mesmo que de forma sucinta, relembrar a história, o percurso de alguns fatos para talvez entendermos o projeto que está sendo implantado. Como exemplo, vale destacar fatos históricos como a revolução da imprensa, a escola moderna, a revolução industrial, com a chegada das fábricas. A forma abrupta com que se instalou o ensino remoto tem causado estranheza, insegurança e angústias devido ao receio de que o uso dessas tecnologias de comunicação em casos de excepcionalidade, como o momento que estamos vivendo em virtude do isolamento social, se torne a janela da excepcionalidade ou a porta de entrada de um novo tempo para educação, como ocorreu na revolução industrial, quando máquinas surgiram com a promessa de melhoria e simplificação das condições de trabalho, dos operários, a fim de agilizar e facilitar o processo de trabalho. Mas, na ocasião, o que de fato ocorreu, foi a perda de empregos, operários sendo substituídos por maquinarias que dariam conta da produção em larga escala e, ao contrário das promessas, houve maior grau de exploração dos trabalhadores.

Diante disso, citaremos, como exemplo, os artefatos tecnológicos e promessas de uma melhoria da condição de trabalho, as aulas remotas e o ensino a distância. Tememos que depois da excepcionalidade, pós-pandemia, haja um esforço por parte das Secretarias de Educação, aproveitando o exemplo do ensino remoto em tempo de pandemia, para forçar a implantação de ensino a distância para algumas modalidades de ensino, forçando a redução de gastos e possibilitando a mercadorização.

Assim, como o trabalhador e a fábrica na robotização, o mesmo

está ocorrendo com o trabalho do professor, por meio da precarização do ensino e das condições de trabalho. Com aumento e sobrecarga excessiva de horas de trabalho os professores têm sido explorados, trabalhando nos três turnos, sendo interrompidos em finais de semana, feriados, e enfrentando um sentimento de impotência e perda de sentido da profissão com o adoecimento em massa da categoria, como vem sendo pesquisado e relatado pelo sindicato da categoria.

Podemos afirmar, por outro lado, que a escola está com sua pedagogia atrasada para uma tecnologia avançada, que demanda atender os anseios de inúmeros jovens em fase de escolarização. Não há uma resposta simples e pronta, pois vivemos um processo de hibridização, considerada por Canclini (2013) em *Culturas híbridas* como "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (CANCLINI, 2013, p. 19).

Diante desse conceito, podemos dizer que pouco se avançou em relação à educação. Com suas paredes, salas, carteiras, a escola permanece intacta em seu modelo doutrinador e disciplinador de corpos, ainda é vista como lugar de confinamento. Porém, ocorreram algumas mudanças na sociedade, como mudanças no modo de ser e de estar no mundo, nas formas de existir sexualmente, mudanças nas novas constituições familiares, em vários âmbitos, social, cultural, econômico, político, o que vem afetando nossos valores, nossos modos de agir e de pensar; as tecnologias fazem parte dessas mudanças.

Portanto, a tecnologia como parte dessas mudanças que alteram nossos modos de pensar, falar, hoje também em redes, com o uso cada vez mais frequente da internet, em redes sociais, como *Whatsapp, Facebook e Instagram*, por exemplo. Parece haver uma nova exigência, a de estar em redes, conectados (online) ou ainda compartilhando *likes*. Mas, para Bauman (2001), em *Modernidade líquida*, as relações estão afetadas, pois basta um não curtir, um mal-entendido, para se bloquear e não discutir, ou seja, não se debate, não se discute mais; se bloqueia e exclui o outro virtualmente. Estamos cercados de amigos nas redes e sozinhos em nossas casas, como

aponta Paula Sibília (2012), em sua obra intitulada *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*, cada vez mais isolados, com grades e câmeras de segurança, expostos na rede, mas fechados e sozinhos. Estamos enfrentando mudanças comportamentais, no modo como nos relacionamos conosco mesmo, com o outro e com o mundo.

Diante de tais implicações, é preciso entender o percurso, saber onde estivemos, onde estamos e para aonde vamos, para fazer desse momento histórico algo único e transformador. Precisamos rever nossos currículos, nossas práticas. Não se trata aqui de avanços ou retrocessos, mas de uma tomada de consciência a fim de melhor compreender a sociedade e encontrar novas formas de produzir e compartilhar saberes e conhecimentos. Como lidar com vidas sociais sem considerar essas alterações, mudanças e atravessamentos? Somos seres inacabados, necessitamos de acabamento que só o outro pode nos dar, o acabamento identitário, que também é da ordem da descontinuidade, que não cessa de se reinscrever. As velhas identidades estão em declínio e novas identidades estão surgindo, fragmentando os sujeitos.

O fato é que essas alterações e mudanças que vêm ocorrendo, mudam também o modo de produzir conhecimento; faz-se, então, necessário politizar a vida social e dar ouvido às vozes da periferia, daqueles que estão às margens, aleijados de benefícios da modernidade. Não se trata de produzir conhecimento sobre eles, mas de entender seus desejos e anseios, suas vivências e como podem apresentar alternativas para o nosso mundo e para o tempo presente no qual estamos situados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. As matrizes pedagógicas da Educação do Campo na perspectiva da luta de classes. *In:* MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima. (Orgs). **Educação do campo em movimento:** Teoria e Prática – v. I. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUCZENKO Gerson L. Educação do Campo na perspectiva da sustentabilidade; avanços e desafios. *In:* CORDEIRO, Claudia T. **Educação do Campo:** perspectivas e atualidades. Londrina: Syntagma, 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

CASTELO BRANCO, Maria Tereza. **Jovem sem Terra Identidades em Movimento**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

CORDEIRO, Claudia Talochinski. Reflexões sobre as práticas pedagógicas da Educação do campo: perspectivas e atualidades *In:* CORDEIRO, Claudia Talochinski; HAMMERMULLER, Douglas Ortiz (Orgs.). **Educação do Campo:** perspectivas e atualidades. Londrina: Syntagma, 2019.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à política. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERALDI, João W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2006.

LAPA, Prefeitura Municipal. **História.** 2018. Disponível em: http:// lapa.pr.gov.br/conteudo/233/historia. Acesso em: 03 ago. 2020.

ORZEKOVSKI, Nei. **Relações de trabalho no assentamento contestado (PR): contradições de classe e desafios analíticos.** 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

ROHLING, Nívea. A orientação axiológica sobre a atuação do professor de língua portuguesa: uma reflexão sobre o discurso da desatualização docente. **Fórum Linguístico,** v. 11, n. 2, p. 138-149, out. 2014.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VEIGA, Adriana Almeida. **Prática pedagógica na perspectiva do letramento em escola pública no/do campo.** 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

4

literatura

4

A nova estética do romance: análise de *A céu aberto*, de João Gilberto Noll[1]

Cláudia Vanessa Bergamini[2]
Caio Vitor Marques Miranda[3]

O texto em prosa, em especial o romance, ganhou, ao longo dos tempos, diferentes modos de apresentar ao leitor o trabalho artístico com a linguagem, trabalho este que é inerente ao texto literário. Desde *Lazarillo*, narrativa espanhola do século XVI, cujo autor é desconhecido e cujos capítulos são pequenos tratados por meio dos quais é possível conhecer sobre a vida de Lázaro; *Don Quijote de La Mancha*, romance do século XVII, de Miguel de Cervantes, com seus monumentais 126 capítulos, em que o leitor se depara com o sonho e a tristeza da alma humana; *Os sofrimentos do Jovem Werther*, de Goethe, com pequenos capítulos, escritos em forma de cartas que encantaram uma geração de leitores do século XVIII, assim como tantas outras obras que poderiam ser mencionadas, o romance ganhou diferentes configurações.

O gênero, que emerge com força no período romântico, momento em que se torna o gênero literário por excelência, tornou-se

1 Esse artigo é fruto das pesquisas, publicadas previamente, a partir dos estudos em um projeto sobre as narrativas da segunda metade do século XX

[2] Doutorada em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018), professora adjunta de Teoria Literária na UFAC - Universidade Federal do Acre. E-mail: claudia.berg@hotmail.com.

[3] Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor de Literatura nos Colégios de Londrina e professor colaborador no curso de Letras Espanhol da Universidade Estadual do Paraná -UNESPAR. E-mail: caiomiranda91@hotmail.com

uma fonte de inspiração para a leitura, incorporou novas e amplas camadas de interesse literário, tornando-se um instrumento fácil e flexível, capaz de interpretar a sociedade a seu modo, apto a aceitar, defender e difundir ideias e ideais (SODRÉ, 1964). Ainda que Sodré, ao proferir as palavras acima citadas, refira-se ao romance romântico e a sua capacidade de mascarar questões sociais, não se pode discordar do fato de que o Romantismo permitiu o fortalecimento do gênero como maior meio da expressão da linguagem artística.

Passado o entusiasmo romântico, a realidade foi tomada como objeto de discussão a partir de uma perspectiva ácida, crítica, irônica e sarcástica, exemplo se tem no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas,* de 1881, de Machado de Assis. Escritor este que com uma visão à frente de seu tempo inovou com técnicas narrativas cuja complexidade ainda desperta o interesse de estudiosos do assunto, somente para citar algumas das características da prosa machadiana, destacam-se a digressão, a preferência pelo narrador onisciente intruso, os capítulos curtos, o diálogo com o leitor.

Ao longo do século XX muitas foram as perspectivas a partir das quais os romancistas deram ao gênero uma nova roupagem, o que, por sua vez, tornou-se motivo de reflexões teóricas. Em 'O narrador', clássico artigo sobre as novas configurações do gênero, Benjamin (1980) já aponta a incapacidade do homem moderno em se comunicar tal qual fizeram os narradores do passado. Em outras palavras, o teórico já antevia as possibilidades de se criar novas técnicas ou formas de narrar, pois o homem moderno era diferente do narrador que experienciava e depois contava aos seus. Rosenfeld (1967) apontou algumas modificações no romance moderno relativas à estrutura, como a eliminação do espaço ou da ilusão do espaço, bem como a difusão da ordem cronológica em que se fundem passado, presente e futuro.

Assim, o romance, gênero que tem seu apogeu com o advento do Romantismo, muda, no que se convencionou chamar de pós-modernidade, e ganha novos matizes, dentre eles pode-se destacar a ausência de pontuação (os sinais são soltos, desprendidos do texto) e a presença de um sujeito descentralizado, com dificuldades para

adaptar-se à realidade que se apresenta. É importante salientar também um traço característico das obras pós-modernas apontado por Jamenson: a predominância de elementos visuais, numa: "infinita proliferação de imagens [...] que impulsionadas pelo giro frenético do capital global, todos consomem ao mesmo tempo, em todos os lugares do planeta" (*apud* PELLEGRINI, 2001, p. 57).

Cabe ressaltar que não se deseja adentrar, neste estudo, a discussão sobre o conceito de pós-moderno ou pós- modernidade. Sabe-se, pois, que é vasta a teorização sobre o tema. Em ensaio no qual aprofunda a discussão sobre tal conceito, Leyla Perrone Moisés afirma que:

> De modo geral, os traços considerados pós-modernos são os seguintes: heterogeneidade, diferença, fragmentação, indeterminação, relativismo, desconfiança dos discursos universais, dos metarrelatos totalizantes (identificados com "totalitários"), abandono das utopias artísticas e políticas. Esses traços se opõem aos da modernidade, que seriam: racionalismo, positivismo, tecnocentrismo, logocentrismo, crença no progresso linear, nas verdades absolutas, nas instituições. (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 182).

Em relação ao romance, Watt observa que ele "é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade" (WATT, 1996, p. 15). Original, no sentido de retratar uma verdade humana, com personagens passíveis de existir, ou seja, a ideia essencial do pós-modernismo consiste em ser original; não se trata de perfeição técnica, mas da valorização da criação estética a partir da desconstrução de estruturas já existentes, o que acaba por se opor ao modernismo quanto ao estilo.

Linda Hutcheon afirma que:

> o pós-moderno não instaura um novo paradigma, mas que, fundamentalmente, interioriza os questionamentos sobre conceitos que perpassam a contemporaneidade, tais como verdade, realidade, representação, referência, subjetividade. (HUTCHEON, 1988 apud PELLEGRINI, 2001, p. 57).

Observa-se que o pós-modernismo trabalha com temas relativos à sociedade moderna, temas triviais e cotidianos que acabam por se dife-

renciar no plano estético, já que são apresentados de maneira complexa, tal qual a complexidade acerca do entendimento da alma humana.

Tomando o gênero romance como ponto de discussão, interessou a este artigo a reflexão sobre *A céu aberto*, de João Gilberto Noll, romance escrito no final do século XX, em 1996. Prêmio Jabuti em 1997, a narrativa projeta o mundo sob uma nova perspectiva, bem diferente da mímesis que se observa em muitos romances. O enredo refere-se à saga de dois irmãos, que, por conta da doença do mais novo, saem em busca do pai, que está em um *front* de batalha de uma guerra em um país fictício. Encontrado o pai, os irmãos se perdem um do outro e seguem história adentro, encontrando-se, posteriormente, em situações bem distintas de quando procuravam pelo pai. O protagonista é o irmão mais velho e também o narrador. É esta personagem que vive momentos de fuga da morte e da prisão, que vive momentos de confusão quando o irmão se transforma em sua esposa. Confusões, corpos em fúria, cenas de agressão sexual, tudo se mistura ao enredo que se faz pela linguagem líquida, diluída e acelerada da qual Noll se vale para compor o romance.

Como se sabe, a literatura se faz na e para a sociedade, representando-a e aos sujeitos que a compõe, mas, já que ela não se designa enquanto uma arte estática, está em constante transformação e apresenta diferentes formas de falar dos sujeitos sociais. Nesse sentido, Noll propõe, em *A céu aberto*, uma narrativa de conflitos reais e simbólicos, nos quais um sujeito sem nome, que é o protagonista, conta suas experiências vividas em algum lugar e em algum tempo.

Depara-se o leitor com uma narrativa que se nega a seguir convenções estruturais, como por exemplo, a ausência de uma divisão em capítulos. Ademais, na linguagem fluída não há sinais de pontuação, tampouco a marcação de parágrafos. É um romance desabafo, por assim dizer, um espaço em que a narrativa se faz por meio da construção da linguagem.

Com vistas a analisar o referido romance, dividiu-se este trabalho em três partes. Na primeira é abordada a forma pela qual a

narrativa é construída, apresentando com subjetividade uma personagem em conflito e deslocada.

Na segunda parte, são tecidas considerações sobre a relação de conflito entre tempo e espaço no romance. Relação esta que permite o entendimento de que o narrador-protagonista está em busca de respostas que propiciem a compreensão acerca de si mesmo.

Por fim, na terceira parte, apresenta-se uma concepção sobre a violência e o sexo presentes no romance, pontos fortes que fazem com que a trama propicie no leitor sentimentos como repulsa e pena para com a personagem.

A estrutura narrativa e as marcas textuais - A confusa percepção da realidade

Como grande parte dos autores contemporâneos, João Gilberto Noll busca retratar o lugar real do sujeito na sociedade, ou seja, usa a literatura para ilustrar a situação social da época sem a exaustão da descrição de trechos que contextualizem o tempo do romance. Conforme apontou Treece,

> ao povoar os cenários das suas narrativas de marginais, crianças abandonadas, drogados, mendigos, prostitutas, sem-casa e sem-terra, Noll insere a experiência individual e anônima do exílio, da errância, do abandono, da mendicância e da desqualificação na nossa vivência coletiva da modernidade. (TREECE, 1997, p.10).

Por este motivo, não se pode entender as produções pós-modernas distante do contexto de produção no qual a pós-modernidade está inserida, não sendo possível conceber a ficção brasileira fora desses parâmetros da "lógica cultural pós-moderna" (PELEGRINI, 2001, p. 54).

Nesse sentido, tem-se o sujeito descentralizado diante de uma sociedade rápida. Esta é uma característica observada nas produções a partir dos anos de 1980, em que se tem uma literatura que tenta redefinir o "fato literário"; privilégio pelo texto mais denso e com um efeito extremamente inquietante, "de deixar meio sem respiração um leitor acostumado ao tom relaxado e às gracinhas cúmplices da poesia de 70" (SUSSEKIND, 1985, p. 84).

Nota-se, na estrutura narrativa e em outras marcas textuais utilizadas por Noll, representações de um sujeito descentralizado, vítima da velocidade, da dissolução de fronteiras e de uma percepção confusa da realidade. Confusa porque muitos relatos do narrador não permitem ao leitor a identificação do que vem a ser a realidade vivida pela personagem ou apenas uma descrição de sua imaginação. Assim, sonho e realidade caminham juntos no romance.

> Pois era ela, a minha mulher, comigo dessa vez no meu serviço do paiol. Me lembrei do meu irmão que eu tanto costumava pensar como estando dentro dela, submerso para que ela pudesse existir, ali, inteira se oferecendo a mim. Essa criança que viria dali a meses, quem seria afinal? Seria o meu irmão redivivo ou quem sabe o irmão do meu irmão? Em ambos os casos – se tivesse sido o meu sêmen a fertilizá-lo – esse embrião além de filho seria o meu irmão. Que confusão eu tinha na cabeça, seria isso o que chamavam de loucura? (NOLL, 1996, p. 121-122).

No fragmento, a descontinuidade da narrativa é observada na voz do narrador que oscila entre o que vive e o que imagina.

Do ponto de vista sintático, observa-se que há a predominância de períodos longos e que as vírgulas deixam de ser empregadas com frequência. O significado extraído desse feito é que essa liberdade na escrita vem revelar a liberdade do narrador para escolher o rumo que deseja tomar, sem apego a bens materiais ou a familiares, pois, embora este narrador não possa mudar sua vida, já que ele apenas a narra, ele se apresenta livre, sem nada que o impeça de seguir com suas ilusões. Seus únicos apegos são o devaneio e o calor sexual que o acompanham durante toda a narrativa.

A desorientação, a falta de apego, a vida sem direção, descritas pelo narrador, compõem o *modus vivendis* da personagem, "somos seres descontínuos, indivíduos que isoladamente morrem numa aventura ininteligível, mas que tem a nostalgia da continuidade perdida" (BATAILLE, 1987, p. 15). Essa é, pois, uma questão que tem importado a literatura contemporânea.

Esta forma de construção textual permite que se extraia uma significação referente à relação atemporal dos fatos, pois se tem um narrador-protagonista que ao narrar constrói flashes que migram

do passado ao futuro, do real ao imaginário, revelando a dificuldade do *eu* em integrar-se no tempo presente.

A relação de conflito entre espaço, tempo e narrador-protagonista

A relação entre espaço, tempo e narrador-protagonista se apresenta de maneira conflituosa, interferindo na crise de identidade e na construção deficiente de uma narrativa do *eu*. O tempo dentro do romance configura-se como indefinido. Ao iniciar a leitura, o leitor se depara com o 'vai e vem' do protagonista, recorrendo a sua memória para construir a narrativa. Na passagem abaixo, localizada ainda nas primeiras linhas do romance, tem-se tal confirmação: "lembrei que acordávamos mais uma vez com aquela bruta fome" (NOLL, 1996, p. 11).

Na relação espacial, não se encontram descrições específicas sobre lugares, estes ao serem descritos dão ao leitor apenas uma noção, como, por exemplo, ocorre quando os personagens saem à procura do pai, passam por pessoas e lugares e em nenhum momento o leitor encontra nomes para eles. As cenas narrativas se formam como se fossem flashes das imagens visualizadas ou imaginadas pelo narrador.

A construção das cenas em *A céu aberto* difere-se do conceito proposto por Friedman para quem a cena:

> emerge assim que os detalhes específicos, sucessivos e contínuos de tempo, lugar, ação, personagem e diálogo, começam a aparecer. Não apenas o diálogo mas detalhes concretos dentro de uma estrutura específica de tempo-lugar são os sine qua non da cena. (FRIEDMAN apud LEITE, 1994, p. 26).

Noll não se utilizou de detalhes específicos, tampouco construiu uma narrativa com dados que façam o leitor identificar o tempo e o espaço, no qual as personagens estão inseridas. Preferiu, porém, a ausência de indicações temporais e espaciais e, sobretudo, a ausência de um nome para designar as personagens, sugerindo a ausência de uma identidade, que no caso do narrador protagonista e do irmão está, durante toda a obra, em transformação (metamorfose).

O narrador nutre um amor pelo irmão que o deixa confuso (e aos leitores também), pois ele não sabe ao certo se tem uma mulher ou se sua mulher é o próprio irmão. Essa metamorfose vem confirmar o que se encontra no pensamento de Stuart Hall sobre a identidade, ou seja, de que ela é uma celebração móvel e cambiante, pois "se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu" (*apud* CARREIRA, 2007).

Da mesma forma como a construção do tempo é imprecisa, assim também acontece com a do espaço, pois há no texto poucas referências espaciais e as que estão presentes não permitem ao leitor a construção de um mundo geográfico, antes dão uma sensação de indefinição.

A primeira alusão em relação ao espaço é o da casa: "O meu irmão parecia pálido e pensei que no dia seguinte eu o levaria a correr por todas as campinas, para que voltasse para casa corado" (NOLL, 1996, p. 10). A ideia de um lar posta no pensamento da personagem é desfeita rapidamente quando o narrador fala: "A gente não tinha mais ninguém" (NOLL, 1996, p. 10), dando indícios ao leitor de que esse lar está desfeito e o eu que se apresenta por meio do narrador-protagonista também é um eu itinerante, que irá alterar-se a cada nova imagem que assume. Ou seja, é um sujeito que muda de espaço, uma hora busca sua casa em outra está na guerra. Essa falta de um lugar do protagonista sugere o desconcerto dele em relação ao mundo e a ele mesmo.

A relação entre tempo e espaço, os quais como se assinalou são variáveis ao longo de toda a narrativa, representa a mutação dos personagens, como nessa passagem, em que é possível envolver-se com a luta do narrador para descrever as sensações que se formavam nele frente ao irmão transformado em 'mulher':

> Eu já era um homem apaixonado, ainda mais por saber que aquele corpo percorrera um itinerário tão tortuoso para chegar até ali. Dentro daquele corpo de mulher deveria existir a lembrança do que ele fora como homem, e bolinã-lo como eu fazia naquele instante deixava em mim a agradável sensação de estar tentando seduzir a minha própria casa, onde eu encontraria o meu irmão

> quem sabe em outro momento. Não, o meu irmão não morrera naquele corpo de mulher, ele permanecia lá dentro esperando a sua vez de voltar. (NOLL, 1996, p. 76).

Essa conflituosa relação tempo-espaço no romance refletem o conflito da identidade do *eu* narrador, e a indefinição dos elementos espaciais e temporais são a confirmação de sua própria identidade indefinida.

A sexualidade e o anseio pela liberdade

Em seu estudo acerca das representações da violência na literatura, Ronaldo Lima Lins afirma:

> que a sexualidade esteja intimamente ligada a um anseio de liberdade que já ninguém pode negar em nossa era. Sintomas disso são encontráveis quer ao nível da opressão econômica (na explosão demográfica das populações miseráveis), quer ao nível da opressão política, quando a sexualidade parece constituir a única via disponível daqueles que não detêm o poder e devem aceitá-lo com docilidade. (1990, p. 59).

O romance *A Céu Aberto* possibilita a leitura de uma relação entre a sexualidade e a violência. Estes dois componentes estão representados nas cenas narrativas, que englobam o sexo dentro do romance e criam no leitor um sentimento de estranhamento, de choque, pois são representações que se sabe serem passíveis de acontecer em determinadas situações, como, por exemplo, a passagem em que o protagonista é levado até o general e o masturba, porém, o que impressiona é o fato de como ele reage aos acontecimentos.

É como se tudo fosse permitido, como se esse sujeito aceitasse o que acontece sem tentar impedir, é uma sensação de gosto e de repudia pelos acontecimentos, como fica claro nesse fragmento:

> não sabia direito o que sentir, achar daquilo tudo, eu permanecia ali com a cabeça para cima para baixo sem perceber um gosto nítido na boca, salvo uma sensação um tanto excessiva e áspera, mas nada que eu não pudesse levar por mais alguns minutos, até que a porra do general viesse a explodir na minha garganta. (NOLL, 1996, p. 53).

Nessa passagem, a violência não acontece de forma explícita, porém, há uma relação de poder entre o general e o protagonista, pois o primeiro é aquele que manda e que deve ser obedecido. Por outro lado, a sexualidade presente no romance choca o leitor por ser esta recorrente de cenas homossexuais, as quais emergem ora do presente, ora do passado do narrador.

A representação dessa sexualidade e violência expostas consiste no fato de se ter um narrador-protagonista que luta contra as transgressões do universo em que está inserido, essa luta é expressa por meio de relatos de situações aparentemente sem muita importância, pela recorrência aos elementos provocadores da catarse, tais como a descrição chula das funções fisiológicas e a interpretação marginal da pulsão sexual.

A céu aberto – A necessidade do narrador em integrar-se ao meio social

O protagonista de *A Céu Aberto* se apresenta por meio de histórias narradas por ele, as quais permitem ao leitor conhecê-lo e, com isso, o leitor depara-se com um sujeito cuja vida é complexa, com pensamentos transtornados pelo sexo e pela exclusão social em que se encontra. A família desse protagonista, formada pelo irmão e pelo pai, é ao mesmo tempo motivo de menosprezo e de um difícil amor para ele. De menosprezo porque esse é o sentimento que ele dispensa ao pai, figura ausente cuja preocupação é somente com sua própria vida, e com o irmão, a quem a princípio dispensa cuidados pela doença que o acomete e ao mesmo tempo um amor diferente do conceito de amor que se tem formulado entre dois irmãos.

Além disso, há no protagonista uma necessidade de encontrar seu lugar, seu espaço, pois como ele afirmou: "não tinha outras terras me esperando nem outros mares nada, eu não deveria mesmo sair por aí à procura de outra região que me acolhesse e me desse algum sustento" (NOLL, 1996, p. 65). Nessa passagem, o protagonista está diante de um dilema: seguir outros rumos ou ficar ali, vivendo no cenário da guerra incompreendida. Ele sabe que nada

nem ninguém o esperam, sua vida segue a céu aberto, não somente no sentido de não ter direção. Porém, no modo como ele se apresenta para o leitor, ou seja, como um sujeito sem rumo, que sofre com perturbações psicológicas, interiores que o transtornam, deixando-o a divagar pelos seus pensamentos, pelo fogo do sexo, pelo delírio ao contar sua vida e, sobretudo, a vagar a céu aberto rumo à descoberta de sua própria identidade.

Cabe um questionamento: será que a personagem busca uma identidade? Ou, na verdade, o romance traz o homem contemporâneo como um ser sem identidade e liberdade, sem rumo, a demonstrar que o conceito de sujeito está em crise.

Considerações finais

Um culto à individualidade, à exposição dos devaneios interiores, dos desejos, dos sonhos, dos sofrimentos de quem está inserido em uma sociedade que tem o individualismo e a impessoalidade como marcantes características. Afirma-se isso porque com o surgimento das grandes cidades e o desenvolvimento da sociedade durante a época moderna, houve a perda do sentimento de comunidade e, com isso, as relações coletivas, os interesses públicos, a vida em comunidade, deram lugar ao individual, ao privado e a busca cada vez mais constante pela compreensão do "eu" e não do "nós". O próprio Romance, assim como a poesia romântica são exemplos de que a literatura absorveu essa nova forma de ser da sociedade (burguesia).

Logo, a literatura como uma forma de manifestar os fatos sociais não poderia deixar de espelhar este momento, em que os conflitos do *eu* afetam constantemente a concepção de identidade.

As cenas construídas de maneira confusa convidam o leitor a uma leitura diferente e complexa, mas que grande significado permite extrair. Este significado contempla uma reflexão acerca da individualidade e do que vem a ser legal ou imoral na sociedade, permitindo que se conheça o real. Não o real social, ou seja, o que está imposto pelas normas sociais, antes, porém, tem-se o real da personagem, a sua perspectiva, a sua agonia por ser.

Ao construir uma personagem com um núcleo familiar descomposto, que mantém relações homossexuais, acredita-se que Noll primou em apresentar um retrato da sociedade, a qual é formada por valores que vão à contramão do discurso moralista que muitos buscam disseminar.

Dessa forma, acredita-se que as considerações aqui explanadas apresentam o romance em análise como sendo meio de difusão da problemática do *eu* e, sobretudo, como uma forma de promover a interpretação dos diferentes discursos sociais, os quais chamam a atenção por apresentarem identidades cambiantes e provisórias como a do protagonista.

REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. **O Erotismo**. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre, L&PM Editores, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Tradução de Modesto Carone. *In:* BENJAMIN, Walter et. alii. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. **Interpretações do eu: uma análise comparativa de A céu aberto, de João Gilberto Noll e A cidade ausente, de Ricardo Piglia**. Disponível em: http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero5/textoshirley3.html. Acesso em: 09 dez. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1994.

LINS, Ronaldo Lima. **Violência e literatura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

NOLL, João Gilberto. **A céu aberto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PELLEGRINI, Tânia. "Ficção Brasileira contemporânea: assimilação ou resistência?" *In:* **Novos rumos**. Ano 16, n. 35, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROSENFELD, Anatol. "Reflexões sobre o romance moderno". *In:* ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto**. São Paulo: Perspectiva, 1967. p. 73-95.

SODRÉ, Nelson Werneck**. História da literatura brasileira:** seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SUSSEKIND, Flora. "Retrato & Ego". *In:* SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida Literária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

TREECE, David. Prefácio. *In:* NOLL, João Gilberto. **Romances e contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 07-16.

WATT, Ian. "O realismo e a forma romance". *In*: WATT, Ian. **Ascensão do romance.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

5

assessoria de imprensa

5

O papel do setor de Assessoria de Imprensa para a Polícia Militar: Tecendo Saberes e Prospecções

Éder Luiz Ferreira[1]

Qual o papel da comunicação institucional em um setor da Segurança Pública como, por exemplo, a Polícia Militar? De que forma ela pode contribuir para a construção de uma dinâmica permanente de estrutura de imagem afirmativa, ampliação dos processos dialógicos com os públicos alvos atendidos e um posicionamento efetivo na imprensa? Como a proposta de um setor de comunicação pode dinamizar os sentidos e sucesso das missões diárias dos agentes? Estas são apenas algumas das questões que orbitam em torno de qualquer órgão de comunicação pública que atua no diálogo e na solução de conflitos. Antes de permearmos pelas especificidades do setor e suas possibilidades, precisamos entender o que é Assessoria de Imprensa – e que, para muitos órgãos institucionais ou agências de socialização, podem ter outros nomes, como: Comunicação Institucional, Departamento de Marketing, Comunicação Social, entre outros -.

Mas, a função, não altera-se. O objetivo deste artigo é fomentar uma análise reflexiva e discursiva que nos mostre o papel da comunicação democrática - funcional e eficiente - , como caminho para

[1] Policial Militar. Possui Licenciatura e Bacharelado em Educação Física (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Pós-Graduação em Direito Militar (Faculdade UNINA).

harmonização de estratégias que gerem soluções nos espaços de trabalho da Polícia Militar. A Comunicação, historicamente, é usufruida nos ambientes de socialização para levar informações, delimitar conceitos e ajustar projetos de gestão democráticos que possibilitam ferramentas e mecanismos estratégicos. Esta reflexão se apega à estas possibilidades instrumentais como alternativas para a construção de sentidos e posicionamentos de imagem institucional na comunidade onde o órgão e os seus respectivos agentes estão inseridos.

Mais do que tecer saberes através das apresentações de conceitos e autores, este artigo tem como missão prospectar estas estratégias, como uma proposta de criação de um departamento, setor, ou área interna, que organize a produção e disseminação da informação, de forma profissional, sob o aporte de aspectos da tecnicidade e os campos de atuação laboral da Polícia Militar, respeitando sua historicidade, diretrizes organizacionais, discursos e hierarquias estabelecidas, dando-lhes caminhos para disseminação de vozes e estabelecendo formatos de diálogos com a imprensa clássica (Rádio, TV, Portais de Notícias, Jornal) e não clássica (aquela que compreende os grupos sociais, mídias alternativas, entre outras).

Os órgãos institucionais, como os da Segurança Pública, estão bastante relacionados ao processo de afirmação das políticas públicas de segurança em uma comunidade. Há um entrelaçamento de sentidos, de ações, muito forte. Esta conexão com a manutenção da ordem social, a contribuição com os debates e projetos comunitários – de outras esferas da sociedade -, ampliam a estrutura de imagem do órgão junto à população, trazendo uma perspectiva de democratização dialógica e participativa. Neste contexto, é importante destacar que o papel da comunicação social se faz urgente e necessário em todos os espaços institucionais. E isso, fundamentalmente, nas áreas de atenção do poder público, que seguem os ordenamentos constitucionais.

A Comunicação é um bem social. Se feita de forma eficiente e aportada em plano de gestão, ela pode contribuir com o direcionamento de estratégias de posicionamentos de ideias, marcas, con-

ceitos, sentidos. Instigando, assim, contribuições para solução de conflitos e ampliação informacional que gere prevenção. Portanto, inicialmente, este artigo tem a pretensão de propor este plano de ação, delimitando quais são os passos práticos de uma área tão importante que pode-se acoplar, com bastante eficiência, nas ações diárias de gestão da Polícia Militar ou de qualquer outro órgão de Segurança Pública em uma sociedade.

Sabe-se que estas ações de comunicação social, em alguns Batalhões da PM e órgãos outros da Segurança, já existem, dinamizando o fluxo informacional, usufruindo estratégias diversas de disseminação de dados e utilidades públicas. Esta reflexão permeia pela proposição desta perspectiva técnica para ampliar as ferramentas para estes e outros órgãos que ainda não contam com estas ações. A intencionalidade é propiciar um debate sobre o papel de Assessoria de Imprensa e suas relações com os veículos de comunicação de massa e os demais órgãos que compõem a sociedade civil. Informação é um poder importante em todos as agências de socialização, já que ajuda a consolidar diretrizes para o bem-estar social, orientações e solução de conflitos nas comunidades e até mesmo um aspecto mais organizacional no fluxo de diálogos com os demais setores. Faz-se necessário, também, enaltecer o papel de um espaço – ou núcleo de trabalho – que fomente esta dinâmica, modernizando cada vez os processos e estratégias.

O que é uma Assessoria de Imprensa no setor de Comunicação Social ?

Entende-se por assessoria de imprensa todo o processo minucioso de planejamento e gestão de controle de imagem que propicia suporte aos trabalhos de perpetuação de um produto, uma marca, uma personalidade ou uma empresa, um serviço (público ou privado). Para que se tenha um efetivo resultado, profissionais de comunicação elaboram análises de estrutura de imagem, criam peças comunicativas, analisam públicos alvos e constroem notícias e argumentos, usam recursos estratégicos que possam garantir resultados no tocante a ampliação de comunicação para o assessorado.

Cada vez mais instituições públicas e privadas têm buscado estes profissionais no mercado e redirecionando sua ótica com relação aos formatos de comunicação com públicos alvos. As estratégias propostas pelo órgão - seja com atuação em espaços empresariais ou em governos e instituições múltiplas -, traçam um perfil dinâmico e integrado de uso dos mecanismos de comunicação em uma organização.

Alguns autores defendem que este tipo de ação profissional seja atributo específico de um jornalista, enquanto que, outros, reacendem o debate da assessoria enquanto essência e lembram que este mecanismo de ação nasceu das Relações Públicas e tomou nortes novos a partir das contribuições do jornalismo, publicidade, marketing, da comunicação digital. Fato é que a comunicação integrada é que faz da atividade da assessoria de imprensa tão rica e afirmativa.

Para que estas ações tornem-se efetivas é preciso pensar a assessoria de imprensa partindo do pressuposto da transmissão coerente dos dados e do convencimento dos públicos sobre as temáticas abordadas. Instrumentos múltiplos e peças variadas de comunicação são colocados à disposição do assessorado como estratégia para vender um produto, um conceito, uma ideia ou uma imagem. Um dos mecanismos usados que mais atrai o observador é a Internet, a chamada Comunicação Digital. Ela tem um poder atrativo, objetivo e isso a torna interessante como ferramenta disseminadora de conteúdos e mensagens de utilidade pública ou venda de um produto (seja ele físico, ou, uma ideia, uma mensagem).

> Pensando em termos mais amplos, o profissional de Assessoria de Imprensa é um intermediário entre as informações disponíveis em uma organização e os diversos públicos que ela atinge, realizando, desta forma, tarefas tão importantes e complexas quanto a dos colegas jornalistas atuantes nos veículos de comunicação. (CHINEM, 2003, p. 13).

Todo o profissional que insere-se nesta vertente da Assessoria de Imprensa precisa estabecer um norteamento de trabalho: um plano de gestão de comunicação. E como isso funciona? Está aportado

numa missão principal: ampliar a estrutura de imagem do assessorado, proporcionando mecanismos que dinamizem esta inter-relação entre o órgão institucional ou a empresa, e seus respectivos públicos-alvos. É preciso ter um domínio de como operacionalizar estas estratégias. Um profissional formado em alguma das áreas da Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Marketing, Relações Públicas, Comunicação Digital, ou outras áreas) pode ser extremamente determinante nos ordenamentos de estratégias de comunicação. Aos órgãos que não contam com estes profissionais, produzir conteúdo também pode ser feito por outros profissionais que especializam-se em comunicação, entendem a importância dos serviços e áreas, e prospectam planejamentos estratégicos.

> O papel de Assessor de Imprensa tende a ser cada vez maior , com o avanço dos setores de mídia. Portanto, a sua responsabilidade tende a crescer e a atividade só poderá ser exercida por quem tiver uma visão precisa da sociedade, dos seus mecanismos e de como será o futuro que de descortinará e por quem for também bastante consciente da responsabilidade ética e social de seu papel. (CHINEM, 2003, p. 29).

Este profissional é um intermediário entre as informações, os fatos reais, as utilidades públicas, os dados disponíveis, produzidos pelo órgão para disseminação entre a imprensa e demais instituições comunitárias. O trabalho do assessor é transformar a informação em notícia. Isso porque é necessário a compreensão de que a informação tem uma função social e intervém nos espaços comunitários onde estão sendo disseminadas. Este trabalho, de Assessoria de Imprensa, deve ser contínuo para que a instituição possa criar um vínculo de confiança com os diversos tipos de veículos de imprensa, bem como com os diversos públicos que estarão consumindo aquela informação produzida e disseminada.

A Comunicação Social é um setor amplo em qualquer órgão. Esta amplitude está na sua missão e agregar várias contribuições das áreas da comunicação, como "ferramentas norteadoras" para pos-

sibilitar a ampliação dos coeficientes comunicacionais. Ou seja, o setor é responsável por criar um plano de gestão de comunicação que potencialize a estrutura de imagem do assessorado (empresa ou instituição pública) no cenário social onde ela está inserida e, com isso, dialogue melhor com a comunidade. Estas contribuições as quais me refiro, podem ser diversas. Por exemplo: da área da Publicidade, pode-se buscar as estratégicas comunicacionais como as peças publicitárias, as campanhas informativas e de prevenção, as mobilizações de eventos; da área do Marketing, pode-se buscar as contribuições das análises de recepctividade dos públicos-alvos, estudos de consumo informacional; do Jornalismo, pode-se buscar as técnicas de produção de conteúdo textual, fotográfico e audiovisual, além da criação de produtos de informação como jornal, blog, grupos interativos; das Relações Públicas, a ampliação do network e os contatos diretos com grupos de imprensa e demais órgãos sociais, estabelecendo um atendimento continuado de produção e disseminação informacional; da Comunicação Digital, a produção de Podcast, Redes Sociais, Blogs e outros mecanismos de interação.

Nota-se, então, a enorme dimensão estratégica possível para gerenciar uma ampliação de ecossistemas comunicacionais. Entre as ações deste profissional, estão: a criação de Planos de ação em estrutura de imagem/ coordenação e ação estratégica de campanhas institucionais/ material jornalístico para encaminhamento aos veículos de comunicação/confecção, alimentação e monitoramento diário de redes sociais/ identificação das mídias diversas e os potenciais ganhos de espaços/assessoria de imprensa – contato com os veículos de comunicação/suporte na organização e promoção de eventos/pesquisa constante de receptividade de públicos/ formação - orientação em comunicação, entre outras atividades.

Síntese da estratégia de execução do plano de ação em comunicação

Comprometimento – A assessoria de Comunicação para um órgão de Segurança Pública (Polícia Militar, por exemplo), poderá atuar como principal fonte de pesquisa (monitoramento), no que tange aos aspectos de inovações e técnicas de comunicação, formulando táticas para ampliação de inter-relações com as Redes Sociais e/ou com a imprensa, por meio de constantes matérias, notas informativas e Utilidades Públicas, sobre os passos institucionais e missões do órgão, bem como a formulação de produtos e ações comunicativas. Estas inserções de diálogo informacional com os públicos-alvos podem ser diárias, com frequência acentuada, para ampliar o sentido de aproximação e transparência;

Antecipação e agilidade – Ser fonte de informações para seu público-alvo (comunidade e instâncias superiores), sobre assuntos que dizem respeito à comunicação do órgão de Segurança Pública, suas agendas, suas leituras sobre temas que envolvem a sociedade e as políticas públicas. Para isso, estratégias e produtos como o Newsletter On Line, as matérias diárias e conteúdo para atualização das redes sociais, a relação ampliada com as mídias locais e outras estratégias diretas podem ser projetos de aplicação no plano de gestão;

Comunicação em crises e emergências – Em caso de problemáticas de estrutura de imagem e/ou situações de crise, o setor de Comunicação Social e o respectivo trabalho de Assessoria de Imprensa reúne o aporte para formular ações rápidas e eficazes que posicionem os atores correlacionados e explicite, de forma objetiva e clara, os acontecimentos articulando estratégias de administração de crises. Em casos de áreas sensíveis, por exemplo, a Segurança Pública e outros órgãos do poder público, estas ações de gerenciamento de respostas costumam ser constantes.

A importância da área da Comunicação Social cresce na medida em que se descobrem as possibilidades, potencialidades e oportunidades dela advindas. Cada vez mais é sentida a necessidade dos órgãos institucionais dinamizarem e potencializarem os coeficientes comunicacionais com a população atendida, de forma que contribua com o estreitamento de canais. Este é um desafio contínuo. Por isso, a visão contemporânea de gestão de comunicação exige cada vez

mais aportes comunicacionais para que os órgãos do poder público decodifiquem os interesses do público-alvo, construam caminhos para se chegar a novos públicos e trabalhe sua marca e imagem de forma a tornar-se a alternativa segura e eficiente.

Para ter esta ótica, é preciso contar com os mecanismos, produtos, técnicas e ousadia da comunicação integrada como estratégia para alcançar metas. Este artigo reflete sobre os interesses de propor uma assessoria de comunicação social contínua nos órgãos de Segurança Pública (como a Polícia Militar, nas comunidades), que cumpra as metas de comunicação organizacional e reproduza, em efeitos de estrutura de imagem afirmativos, tanto no âmbito das inter-relações com os movimentos comunitários e imprensa, quanto na perspectiva da afirmação dos discursos de bandeiras levantadas.

Entende-se que a comunicação social é um mecanismo que ultrapassa o discurso do senso comum de só divulgar ações. É muito mais que isso. É pensado um processo de produção e disseminação de conteúdo, estreitando os atores sociais e os espaços. Este setor de comunicação trabalha na identificação de públicos-alvos múltiplos; na estratégia dialógica; na construção de realidades de imagem e rápida disseminação dos interesses de sentidos e conceitos; na afirmação da marca ou linha de discurso do órgão assessorado; na elaboração de produtos e mecanismos que ampliem o papel social, cultural e político da instituição no cenário onde está inserida - ou pretende inserir-se. Com um plano de gestão, espera-se que exista uma ampliação do gerenciamento de planejamentos de comunicação que otimizem resultados por meio de estratégias integradas, visando posicionar a imagem institucional e estreitar as comunicações. Por meio das ferramentas de comunicação adequadas, consegue-se:

- Manter a lembrança constante do órgão e seus discursos;
- Mobilizar a sociedade civil organizada;
- Despertar o desejo e interesse pelos debates oferecidos pelo órgão de Segurança Pública;
- Preservar e gerar imagem positiva ou administrar crises de imagem;
- Potencializar os mecanismos de comunicação, com a criação de ferramentas.

- Disseminar as principais atividades por meios de produtos atrativos e eficazes;
- Humanizar as relações informacionais, com ações sociais e institucionais que mostrem o papel importante da Segurança Pública – Polícia Militar, no cenário social onde está inserido.
- Estabelecer redes de relacionamento com pessoas de instituições sociais, mídias e demais agências de socialização, as quais podem aperfeiçoar possibilidades de parcerias e projetos.

A Comunicação e a Polícia Militar: ações práticas para a Assessoria de Imprensa

A operacionalização estratégica do setor de Assessoria de Imprensa, como ferramenta dinâmica de intersecções entre o órgão de Segurança Pública (Polícia Militar) e a comunidade, já é prevista num documento oficial e norteador de diretrizes na PM: o Vade Mecum de Comunicação Social e Cerimonial da PM-PR. No que tange, especificamente a esta disseminação informações e serviço, o documento enfatiza:

Art.44 - São objetivos da assessoria de imprensa:

I. Manter a opinião pública permanentemente informada sobre as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar;

II. Manter os respectivos comandos informados sobre os reflexos e repercussões internos e externos, em decorrência de notícias veiculadas sobre a Polícia Militar;

III. Acompanhar operações de grande vulto, apoiando os trabalhos da imprensa local;

IV. Colaborar com a agilização do fluxo de informações para a imprensa;

V. Promover integração entre a Polícia Militar e a imprensa;

VI. Monitorar as atividades de imprensa nas frações dos diversos segmentos de prestação de serviços da PMPR;

VII. Acompanhar a produção de reportagens sobre a Polícia Militar;

VIII. Preparar o Policial Militar para se relacionar de maneira profissional com toda a mídia.

Já no artigo 45, do mesmo documento, destaca que

> A prestação de informações à imprensa deverá ocorrer através do oficial de comunicação social (OCS), dos oficiais porta-vozes ou militares que se encontrarem no comando de ações/operações ou ocorrências policiais militares, estes devendo se restringir ao fato objeto da informação, sem quaisquer comentários adicionais, principalmente aqueles de caráter pessoal (VADE MECUM 4 DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO, 2006).

Por ser um órgão de extrema importância para a sociedade, alvo de confiança da população, os agentes de Segurança Pública – principalmente os da Polícia Militar -, estão próximos do povo, diariamente, nas ações de prevenção, nas rotas de verificação, nos diálogos e atividades sociais e comunitárias, nos eventos e comunicações com outras esferas do poder público, e em muitas outras participações e atendimentos. A consequência disso é uma ampliação informacional acentuada na imprensa e nas redes sociais.

Frequentemente a imprensa está nos batalhões da Polícia Militar, ou em outros órgãos da Segurança Pública, buscando informações, entrevistas, dados, soluções, questionando. E é dever do servidor público informar a imprensa e aos demais construtores de notícias sobre as atuações de trabalho permanente. Faz-se aí, a urgência de uma reflexão que é objeto deste artigo: a necessidade de um departamento, órgão, ou assessoria, qualificada para decodificar os aspectos que orbitam em torno dos questionamentos para melhor poder atender com respostas afirmativas, sintetizar os dados e até criar canais que facilitem os trabalhos da imprensa.

> O profissional de Assessoria de Imprensa tem de ser uma espécie de interface, um tradutor de sentimentos e anseios da opinião pública com relação aos serviços de uma empresa ou órgão público. Deve estar disponível o tempo todo para atender o colega que não escolhe a hora de a notícia acontecer. Em poucas palavras, podemos explicar que o assessor de imprensa é como um profissional que mantém contato regular com as redações, conhecendo os jornalistas (repórteres, pauteiros, chefes de reportagem e editores), seus in-

> teresses e a rotina de seus trabalhos . Sabe como funciona os fluxos de produção e os horários de fechamento. (CHINEM, 2003, p. 39).

O agente de Segurança Pública que atua nas comunidades participa de muitas ações e atividades de integração e socialização comunitária, justamente ampliando esta relação entre a população e a Polícia, além de proteger a população dos criminosos e garantir uma ordem de respeito ao direitos de todos. Esta ação, do Policial Militar, por exemplo, é extremamente importante pois é ele quem faz a ampliação dialógica direta com a população. Os agentes, então, podem ser treinados, também, para esta comunicação eficiente. Além de propor a criação de ferramentas de mídia e atender a imprensa, os agentes também recebem informações, orientações, treinamentos sobre comunicação organizacional e pessoal, dentro de uma perspectiva de um diálogo afirmativo e dentro de uma perspectiva de atendimento às normativas estabelecidas no trabalho institucional.

No que tange à esta operacionalização prática no trabalho da Comunicação Social (ou, se preferir chamar, Assessoria de Imprensa), é possível enfatizar algumas estratégias importantes que compõem um Plano de Gestão de Comunicação:

- **Press Release –** O setor de Comunicação Social atua na elaboração diária de notícias factuais, artes, notas informativas, opinativas, para encaminhamento à imprensa como sugestão de pautas gratuitas para as mídias de massa abertas ou conteúdo para redes sociais e portais de notícias;

- **Mailing List –** Organização minuciosa da lista de contatos de jornalistas, blogueiros, radialistas e outros veículos midiáticos, com o intuito de ampliar relacionamento para encaminhamento das sugestões de pautas;

- **Newsletter –** Caracteriza-se como um Boletim Informativo periódico da instituição encaminhado a um banco de e-mails e contatos, com as últimas informações, ações, projetos;

- **Site/Redes –** Muitas instituições possuem sites, blogs, podcasts e Redes Sociais para dinamização dos processos de inter-relações com seus públicos alvos;

- **Jornal –** Muitas instituições – empresas, agências de socialização comunitárias e órgãos do poder público - possuem boletins informativos impressos com o objetivo de ampliar a disseminação dos seus conteúdos. Em qualquer órgão que tenha a possibilidade de publicação, caracteriza-se como uma importante alternativa pelo viés democrático da disseminação;

- **Assessoria de Imprensa –** Contato contínuo com os múltiplos veículos de comunicação existentes, facilitando o encurtamento de espaço entre a instituição e os editores e proprietários dos veículos; dinamizando, assim, o fluxo das informações. A Assessoria de Imprensa é o elo do órgão assessorado com a imprensa clássica;

- **Clipping –** Organização e arquivo de todos os conteúdos (reportagens e demais materiais) disseminados nas mídias - propondo um relatório periódico, com análise constante de enquadramentos, espaçamentos, abrangências, gratuidade ou com subsídio-, para ter um viés estatístico do monitoramento e receptividade de imagem institucional;

- **Audiovisual** – As empresas e demais instituições públicas ou privadas, através deste setor de comunicação, podem atuar nas produções de vídeos institucionais, pairando por duas vertentes: uma, de produção profissional; outras, espontâneo. Este mecanismo é extremamente importante para turbinar a ampliação dialógica e a disseminação de conteúdos, principalmente em redes sociais;

- **Eventos e Campanhas Comunitárias –** Inserir-se dentro do contexto sócio/politico/cultural local é uma ação constante e importante para consolidar o papel social dos órgãos de Segurança Pública em uma comunidade. Estas ações ocorrem nas relações dos agentes com os movimentos populares, com as igrejas, com as escolas, os conselhos comunitários e demais órgãos e instituições.

Estas são apenas algumas das ferramentas de produção de conteúdo e informações acerca das instituições que inserem – ou delegam - setores ou profissionais para o gerenciamento de comunicação institucional. Independente da forma institucional prática em que a comunicação é inserida nos trabalhos da Segurança Pública, este artigo tem como objetivo, instigar uma reflexão um pouco mais apurada – do ponto de vista da gestão estratégica – acerca do papel da comunicação como bem social e instrumento de dinamização dos fluxos informacionais.

Conclusão

Na busca sobre a importância de um renorteamento de ótica acerca do papel da comunicação social nos órgãos institucionais, principalmente nos de Segurança Pública, este artigo propôs instigar uma reflexão acerca da operacionalização dos fluxos informacionais em uma comunidade e o gerenciamento estratégico sobre a relação entre as agências de socialização e os órgãos de Segurança. Faz-se necessário compreender que a comunicação é um bem social e, portanto, um bem comum; além, claro, de que há necessidade de compreensão sobre a importância da constante ampliação de espaços e ferramentas que democratizem os acessos da população a dados, informes, e soluções de conflitos.

Propiciar um planejamento cuidadoso que identifique os potenciais múltiplos da estrutura de imagem das unidades e agentes de Segurança Pública, no que diz respeito à comunicação com a imprensa, com os públicos-alvos (setoriais da comunidade), e os trans-

formem em multiplicadores de imagem. A ação de gestão coloca num patamar midiático expressivo nas ações diárias das instituições, facilitando o processo de coeficiente comunicacional e ampliando o processo de estrutura de imagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Defesa.Exército Brasileiro. Secretaria-Geral Do Exército. Vade-Mécum De Cerimonial Militar Do Exército.**Vade-Mécum 04 – Guarda-Bandeira**. Portaria do Comando do Exército nº 962, de 21 de dezembro de 2006.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de Imprensa:** Como fazer ? São Paulo: Summus, 2003.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa:** como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WEY, Hebe. **O processo de Relações Públicas.** São Paulo: Sumus, 1983.

6

segurança pública

6

O papel da Comunicação e Tecnologias a serviço da Segurança Pública: dinamizando processo de atuação da Polícia Militar

Jader Aparecido Camilo[1]

Há tempos a sociedade do conhecimento - tanto a acadêmica, quanto os pensadores e atores das agências práticas de socialização – buscam discutir a importância de se estabelecer uma relação teórico-prática entre a educação, comunicação, as instituições organizadas da sociedade civil – entre as quais a Segurança Pública - e as novas ferramentas de tecnologias, campos de saberes que dialogam, mas que, historicamente também reúnem tensões e singularidades. O objetivo deste artigo é buscar uma compreensão que dê conta de fornecer conceitos e paradigmas de análise – e ações práticas - para as experiências que se realizam em todo o mundo e que buscam minimizar o distanciamento entre as agências de socialização existentes e a realidade cada vez mais marcada pela forte presença dos meios de comunicação e de informação de massa na sociedade. É preciso buscar uma compreensão acentuada sobre o papel das novas formas de comunicação (tecnologias). Porém, o foco desta reflexão permeia por uma tríade: Tecnologias da Comunicação, Educação e Segurança Pública.

[1] Policial Militar. Superior Tecnólogo em Processos Gerenciais (Sociedade Educacional de Santa Catarina – UNISOCIESC). Pós – Graduação em Segurança Pública (Faculdade São Braz).

Esta reflexão de interfaces busca expressar a máxima de que o homem é um ser complexo, construído sob base de relações interpessoais e que precisa ter um direcionamento norteador que ajuda a apaziguar os sentidos nos conflitos e tensões característicos dos embates subjetivos que ocorrem naturalmente. Por isso, a importância de estabelecer uma comunicação eficiente, através de projetos e estratégias de ampliação dos ecossistemas comunicacionais nas comunidades de atuação.

E, partindo desta perspectiva de que a informação é um bem social importante e estratégico para ampliar a democratização informacional e, ao mesmo tempo, dinamizar a atuação das agências de socialização que buscam trabalhar a formação, a segurança, as inter-relações dos organismos sociais e a defesa da população, que este artigo ancora-se. Especificamente, no âmbito do papel da comunicação - e suas respectivas ferramentas, como as novas tecnologias – neste processo de implementação de campos dialógicos. Mas precisamos entender primeiro, a contribuição destas ferramentas da tecnologia no trabalho de Segurança Pública.

Esta perspectiva do desenvolvimento das novas tecnologias e a emergência deste novo campo que denominamos sociedade da informação e do conhecimento, esperam que os organismos e estruturas governamentais passem a se adequar às novas formas de gestão e de administração, de forma a propiciar ações dinamizadoras para a administração pública e para o administrado. Para isso, o advento da internet e o uso destas novas ferramentas de comunicação e de tecnologias podem assegurar uma ampliação de coeficientes dialógicos importantes.

Sabemos que os problemas que orbitam em torno da Segurança Pública são de ordem estrutural, como a necessidade de mais investimentos, a necessidade de um olhar cada vez mais apurado por parte do poder público no que tange a infraestrutura e equipamentos, à capacitação continuada e a valorização do profissional que atua nesta agência de atenção pública à sociedade. Os desafios da segurança – ou insegurança - vêm causando preocupação recorrente dos governos, exigindo políticas públicas afirmativas,

para que se operem o enfrentamento do aumento de violência e da criminalidade, exigindo que os poderes constituídos e órgãos de segurança pública ajustem seus planejamentos estratégicos e se preparem para uma multiplicidade de desafios e enfrentamentos dos mais variados conflitos e formas que podem ser levantes de comprometimento da ordem pública e da paz social. Nesta vertente discursiva, faz-se urgente a discussão sobre a instrumentalização, na perspectiva de recursos de produção de conteúdo e de tecnologias da informação que ajudem a dinamizar o fluxo informacional e modernizar, cada vez mais, os trabalhos dos agentes de Segurança Pública, como os Policiais Militares, por exemplo.

As estruturas de segurança pública são complexas e fazem parte de um sistema social complexo, por isso a importância da implementação de tecnologias da informação e da comunicação (TIC), visando o oferecimento de uma série de recursos dinamizadores para acoplarem-se à missão de cuidados com a comunidade. Ou seja, a articulação das políticas públicas e as ações, sejam elas de aspectos de prevenção ou repressão, podem ser facilitadas e voltadas para um modelo de gestão pública mais participativa, eficiente, efetiva e transparente, melhorando e aperfeiçoando o relacionamento com o cidadão e a qualidade dos serviços de segurança prestados pelo suporte e apoio decorrentes do emprego das TIC.

A missão deste artigo, portanto, é destacar o papel da implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em várias ações de proteção comunitária, com a finalidade de auxiliar os agentes nos trabalhos diários, nas atividades de inteligência e no reconhecimento de sua complexidade sob novas bases e fundamentos como suporte para as estratégias e ações no âmbito da segurança pública. Isso se embasa no fato de que, com a modernização constante do sistema, pode-se culminar em dinamização, agilizar e tornarem ainda mais afirmativas as intervenções nos conflitos as quais os agentes dispõem-se a mobilizar soluções e atendimentos. Fato este que se insere na missão de manutenção da ordem pública, prevenção da violência e da criminalidade.

Diante disso, permeia-se a necessidade de verificação e acompanhamento das inovações tecnológicas constantemente. O campo das interfaces comunicação e novas tecnologias é dinâmico e o tempo todo está fomentando novos programas de software, novas ferramentas de comunicação e novos formatos comunicacionais, processos e técnicas, na obtenção de informação e conhecimento para a segurança pública. Observe: o objeto de reflexão deste artigo é a verificação sobre a importância da comunicação, para a ampliação da atividade de inteligência de segurança pública, sob o foco, também, da ampliação do fluxo informacional, tanto no âmbito das relações da agência de Segurança Pública com os cidadãos atendidos, como, também, a relação comunicacional da agência com o uso das novas tecnologias de gestão da informação e do conhecimento, incorporada e utilizada, na perspectiva da prevenção e ao enfrentamento à violência e à criminalidade, ou seja, como aos processos de defesa e promoção da cidadania, considerando que as suas estruturas atuam como sistemas complexos.

As contribuições teóricas pretendidas com essa pesquisa dizem respeito às possibilidades que as atividades de inteligência e o uso das TICs podem trazer no campo da segurança pública e defesa do cidadão, permeando no aspecto da prevenção à repressão criminal qualificada, visando apontar, sobretudo, medidas que, pela via da democratização de suas atividades em prol dos direitos de cidadania e emancipação humana, possam prevenir e minimizar os efeitos dos conflitos.

Tecnologias como recursos para a atividade de inteligência

Desde os primórdios, o homem já precisava criar alternativas de comunicação visando à expressão de seus desejos, rituais, sonhos, enfrentamentos. A história da humanidade é marcada por estas ações comunicacionais e tem se firmado no anseio pelo conhecimento no sentido de desvendar os fatos e fenômenos da vida, visando proporcionar a satisfação das necessidades dos povos e das pessoas, notadamente a segurança e a sobrevivência. A busca inicialmente pela sobrevivência e posteriormente pelo poder tornou a informa-

ção e o conhecimento indispensáveis como instrumentos de acesso à satisfação das necessidades humanas – entre as quais a de proteção -.

O papel do estado tem se configurado, sob o aporte da Constituição Federal, como uma ferramenta protetora dos direitos fundamentais. No que tange à Segurança Pública, este papel mobilizador se firma, significativamente, pois revela qual o papel da configuração institucional nesta vertente. A Carta ampliou o rol de direitos e garantias individuais e coletivas dos cidadãos, impondo ao Estado prestações positivas para concretizar e viabilizar a todos os cidadãos da forma mais equitativa possível as condições mínimas para viver com dignidade. Destaca-se, assim, que o Estado Democrático de Direito tem o dever de tutelar e preservar a ordem pública e social. Desta forma, atuar, positivamente, na efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados aos cidadãos, sobretudo os direitos sociais, onde se encontra o direito à segurança pública. Dentre as várias atribuições da expressão segurança pública, enfatiza-se ela como:

> [...] conjunto das ações preventivas e reativas, de natureza pública, que, em resposta ao fenômeno da criminalidade, volta-se ao alcance ou à manutenção da ordem pública e tem como fim último proporcionar aos indivíduos, na convivência social, a fruição de relações pautadas no direito básico de liberdade, garantidas a segurança jurídica – proteção contra repressão autoritária do Estado – e a segurança material – proteção contra agressões de todo o tipo. (FILOCRE, 2010, p. 13).

Portanto, esta atividade de inteligência, desde a sua origem, se figura como recurso para atender os interesses da coletividade, resguardar estes seus interesses, a manutenção e a ampliação de suas relações de poder e controle. Cabe destacar que a importância das atividades de inteligência recai na necessidade de proteção e desenvolvimento das sociedades.

A concepção da atividade de inteligência, ao longo das transformações históricas de suas estruturas, também sofreu um processo de evolução, sendo que na atualidade se aponta para uma perspectiva em que:

> A Inteligência não tem poder de polícia, usa-se o cérebro para avaliar a informação. Esta pode ser classificada de diversas maneiras, tais como: informação militar, tática, geral, diplomática, política, econômica, social, biográfica, científica, tecnológica e informação sobre comunicações e transportes. O seu processo envolve as seguintes fases: necessidade de conhecimento; coleta de dados na imprensa ou outros similares, incluindo coleta de dados não disponíveis; processamento dos dados; disseminação do conhecimento ao usuário, para a tomada de decisão. A atividade deve ser centralizada e seu quadro de profissionais deve ser preenchido por pessoas íntegras e com bons propósitos. (FARIAS, 2005, p. 85-86).

Neste viés discursivo, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tornam-se, então, mecanismos e ferramentas que contribuem, afirmativamente, com estes processos de gestão, organização, tratamento e disseminação da informação e de construção de conhecimentos para as organizações, especialmente em razão de sua complexidade – a qual a informação não se encontra concentrada, mas sim invariavelmente difusa -, e surge diante de interesses e competências específicos de atores, os quais devem continuar a ser o foco dessa produção de conhecimento, mas que devem interagir entre si, de forma a ampliar os fluxos informacionais.

As inovações tecnológicas, seja na atuação da prevenção como na repressão, possibilitam e orientam as polícias para uma forma de atuação pautada na resolução de problemas com melhor precisão e eficácia, razão pela qual não se pode escusar de sua necessidade no planejamento e nas ações de segurança pública. Segundo Adriana Beal:

> Administrar adequadamente os recursos informacionais e seus fluxos na organização representa, hoje, uma necessidade cada vez mais premente em qualquer tipo de negócio. As organizações do século XXI existem num ambiente repleto de inter-relações que permanecem em constante estado de mutação, e, nesse contexto, informação e conhecimento representam patrimônios cada vez mais valiosos, necessários para que se possa prever, compreender e responder às mudanças ambientais e alcançar ou manter uma posição favorável no mercado. Para serem eficazes, as organizações precisam ter seus processos decisórios e operacionais alimentados com informações de qualidade [...]. (BEAL, 2008, p. 7).

Faz-se urgente, então, entender que a dinâmica das interfaces comunicação e educação, no viés das novas tecnologias, perpassam, substancialmente, pela forma como o trabalho é operacionalizado. Isso se dá, principalmente, porque há uma compreensão sobre o papel da comunicação e das suas ferramentas nesta dinâmica de recurso para dinamização dos fluxos informacionais, pois são mecanismos e ferramentas de grande importância na atuação.

Sabe-se que, em todos os ambientes, a modernização dos sistemas de informação pauta novas formas de operacionalizar estratégias. Isso em todos os lugares: na escola, na gestão administrativa pública, nos organismos sociais, na saúde, na indústria, etc. E não seria diferente na área da Segurança Pública. Aliás, é uma área que recebeu muitos investimentos e olhares do poder público, mas, os desafios ainda são muitos. O investimento das autoridades na área de Segurança Pública faz-se necessário constantemente. Talvez seja a área que mais precisa destes investimentos em modernização, já que com as novas tecnologias, a globalização nos fluxos informacionais, os crimes também têm encontrado respaldo nos seus anseios usando as tecnologias. Faz-se necessário, então, estar à frente neste processo, usufruindo recursos e dinamizando ações de combate.

Esta perspectiva nos leva à compreensão de que toda a sociedade civil tem uma participação na mobilização do pensamento sobre a construção de políticas públicas e trajetos de proteção à população. Podemos citar, como exemplo, o escritor brasileiro Celso Furtado que, em sua manifestação reflexiva, lembra: "o desenvolvimento é uma construção coletiva. Não basta anunciar um novo paradigma de segurança pública no Brasil, é preciso mobilizar a sociedade em torno dele" (BRASIL, 2009, p. 14). Esta premissa afirma de que é necessária uma mobilização comunitária e coletiva para garantir, principalmente, a prevenção. Sem prevenção não se faz Segurança Pública.

E esta mobilização comunitária em torno da prevenção, pode-se utilizar vários mecanismos de integração, debates, socialização da temática, articulação de políticas públicas, atuação nos espaços escolares (com projetos pedagógicos que tratam do tema). Isso, fundamentalmente, paira por uma esfera de análise: a da diminuição de

custos. Se promovemos uma prevenção educativa, aberta, dialógica, e com ações de combate, o próprio Estado sente os resultados dentro da esfera econômica. Por isso, a necessidade desta integração.

É possível afirmar, então, que o conceito de participação social da Constituição Federal de 1988 não é em vão, ele alerta sobre este caminho de condução social, pois implica no que se refere às políticas públicas, o envolvimento de muitos atores sociais, nas suas distintas etapas: elaboração de planejamento, debates, implementação, execução, monitoramento e avaliação dos processos e políticas selecionadas nas áreas mais diversas dos serviços públicos e que podem contribuir para melhorias na segurança pública.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem contribuir com as instituições que desenvolvem ações voltadas à Segurança Pública, principalmente na gestão administrativa e operacional desses órgãos, já que a inovação tecnológica propicia a implementação de diversas ferramentas de comunicações, haja vista que se tem em mente que essas tecnologias, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, trazem motivação aos servidores (aos agentes), resultando em aumento da produtividade nas áreas administrativas e operacionais das empresas públicas encarregadas da prestação de serviços de segurança.

Podemos citar, por exemplo, algumas destas ferramentas que estão dentro do universo dos mecanismos tecnológicos, e que podem ser usufruídos, com sucesso na operacionalização da dinâmica de prevenção e autuação, bem como, na ampliação do diálogo, as teleconferências/ videoconferências, que dinamizam tempo e espaço nos encontros e ações. Isso, pois, facilitam as articulações, debates e solução de questões problemáticas, principalmente no âmbito da gestão administrativa e operacionais dos organismos de Segurança Pública, já que são possíveis de serem utilizadas para a promoção de reuniões à distância entre os mais diversos órgãos que compõem a estrutura de trabalho e gestão dos agentes. Possibilita, então, a redução de despesas do Estado com viagem, gastos com combustível e desgaste dos veículos policiais, aumentando consideravelmente sua vida útil; minimiza o risco de acidentes durante viagens, no qual,

muitas vezes, os envolvidos ficam impossibilitados de trabalhar por algum tempo ou até mesmo definitivamente, em razão de sequelas. Portanto, vários são os benefícios destes recursos de mediação tecnológica. Não é só isso, estas tecnologias possibilitam, também, a realização de oitivas, interrogatórios, reconhecimentos de pessoas, coisas e criminosos à distância, dinamizando, assim, o aspecto comunicacional, no trabalho dos órgãos operacionais das instituições encarregadas da prestação de serviços de segurança pública.

A ampliação de ofertas de capacitação dos profissionais de Segurança Pública, como a proposição de cursos, pode também ser feita via sistema de ensino a distância, o que facilitaria muito este processo de uso dos recursos tecnológicos, diminuindo, também, deslocamentos, despesas, entre outras questões. Outra questão importante é a implementação de um sistema de terminais de internet eficiente, o que melhora muito a qualificação dos atendimentos e serviços de segurança. Outro aspecto importante nesta perspectiva são as ações voltadas à Inteligência. Aliás, quando refere à gestão operacional dos organismos atuantes na vertente da segurança pública, com a utilização de TICs, é preciso contemplar a reflexão sobre as atividades de Inteligência, já que refere-se à produção de conhecimento e é a que mais necessita de inovação tecnológica.

Por isso, a importância que direciona-se a essa ferramenta, até mesmo porque se entende que: sem tecnologia da informação e comunicação não se tem inteligência. O investimento neste setor – no âmbito das novas ferramentas tecnológicas e na capacitação dos agentes para o uso correto e eficiente, são tópicos de constante necessidade de reflexão -. Os profissionais que atuam na Segurança Pública não podem ficar às margens das contribuições afirmativas das novas tecnologias, por isso, cada vez mais, observamos representações políticas do poder público trabalhar em prol da articulação de projetos, aquisições, viabilização instrumental. E isso é extremamente importante.

E ainda nesta vertente das ferramentas possíveis para dinamização operacional dos trabalhos dos policiais, também se pode usufruir de sistemas de monitoramento de incidentes criminais a partir de mapas. Isso porque, estes recursos das tecnologias, podem dispo-

nibilizar uma diversidade de dados que incluem, mas não se limitam, à localização, à distância e à direção, bem como ao padrão de apresentação de dados pontuais ou de área. Para a Segurança Pública, estes mapas são de fundamental importância, principalmente na formação de bancos de dados, com a utilização de mapas digitais georreferenciados, visando ao armazenamento de diversas informações sobre criminosos, grupos de criminosos (quadrilhas) e o crime organizado como um todo. A localização é, na perspectiva do analista criminal, a informação mais importante a ser disponibilizada.

Para explicar o que seria este geoprocessamento no âmbito dos recursos das tecnologias, destaca-se a seguinte consideração: "é um conjunto de técnicas de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações que estão situadas dentro de um determinado espaço geográfico" (FURTADO, 2005, p. 49-50). E existem várias formas de geoprocessamento, entre as quais: cartografia automatizada, processamento de imagens de satélite, digitalização de mapas e sistemas de informações (GIS – Geographic Information System) (GONÇALVES, 2001 *apud* FURTADO, 2005). A informação é o principal objeto do geoprocessamento, esta ferramenta tecnológica – cada vez mais moderna – também acentua-se como um mecanismo importante para o universo da Segurança Pública.

Mas ainda existem outras contribuições que se fazem instigantes no âmbito das proposições de ferramentas: a radiocomunicação, ou seja, a utilização de sistemas de rádio é um exemplo. Embora pareça até antigo, modernizou-se, muito, e, hoje, auxilia ainda mais esta dinâmica de atuação do agente de Segurança Pública. Com o advento das redes sociais, internet, também modernizou-se, muito a área da comunicação social. Tanto, que a Polícia Militar conta com diretrizes e normativas de orientações aos profissionais de Segurança Pública, sobre como operar o fluxo informacional. Ou seja, é importante também analisar como a relação das mídias – clássicas e digitais -, na disseminação das informações e serviços públicos, se operacionalizam na comunidade.

Conclusão

Neste viés, o presente artigo buscou mostrar as especificidades das relações entre as agências de segurança pública, como a Polícia Militar, as demais agências de socialização nas comunidades – entre as quais, o poder público local e conselhos comunitários – que atuam no debate sobre a importância do investimento em Segurança Pública, principalmente, na vertente das novas tecnologias e seus benefícios na produção de estratégias dinamizadoras de atendimento, prevenção. Com isso, observamos o quanto é estrategicamente importante o direcionamento de olhar para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dentro do universo de atuação da segurança pública. Principalmente, porque entende-se a informação como a principal ferramenta de utilização nas operações práticas de diagnósticos situacionais, investigações, perpetradas pelos órgãos policiais.

Um dos principais desafios, hoje, é a ampliação dos investimentos neste setor. É sempre importante o poder público reconhecer e valorizar a Polícia Militar e todos os demais órgãos que atuam, efetivamente, nas mobilizações de Segurança Pública. Para Santin (1999), a Segurança Pública é considerada pela população como um dos serviços mais importantes e essenciais, provavelmente pela sensação de insegurança que decorre da crescente criminalidade nas grandes cidades, o que influencia diretamente no sentimento de liberdade dos cidadãos.

Entre estes aspectos que figuram pela mobilização - que espera-se resultar em articulação e ações afirmativas de investimento em Segurança Pública -, há um aspecto destacado na reflexão do artigo que é, de fato, primordial: o reconhecimento por parte da sociedade civil organizada e suas respectivas agências de socialização, a respeito do papel da modernização dos instrumentais de trabalho, justamente para melhor proteger a população e dinamizar os trabalhos. Faz-se, aqui, uma reflexão sobre a importância da sociedade civil, na defesa dos órgãos de segurança, um dos principais direitos fundamentais da população.

REFERÊNCIAS

BEAL, Adriana. **Gestão Estratégica da Informação.** São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça**. Texto-Base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública 2009**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009, 40p.

FARIAS, Regina Marques Braga. **Revista Brasileira de Inteligência.** Brasília: Abin, v. 1, n. 1, dez. 2005. p. 85-86.

FILOCRE, Lincon D' Aquino**. Direito de Segurança Pública – Limites Jurídicos para Políticas de Segurança Pública**. SP: Editora Almedina, 2010.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTIN, Valter Foleto. **A participação do ministério público e do cidadão na política de segurança pública**. 13º Congresso Nacional do Ministério Público. Curitiba, 26-29 out. 1999. Disponível em: https://www.conamp.org.br/images/congressos_nacionais/13_CONGRESSO_NACIONAL_DO_MINISTERIO_PUBLICO-ANAIS.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

7

vídeos didáticos

7

Experiências em edição de vídeos didáticos

José de Arimathéia C. Custódio[1]

Primeiras considerações

Em 1980, um duo britânico pop chamado The Buggles lançou uma música intitulada "Video killed the radio star" [https://www.youtube.com/watch?v=W8r-tXRLazs]. Na letra, os versos "Pictures came and broke your heart / Put all the blame on VTR" ("Imagens chegaram e partiram seu coração / Coloque a culpa no videocassete") sugerem o impacto emocional da nova tecnologia sobre os sentimentos e relacionamentos.

Quando a televisão surgiu, de fato muitos afirmaram que ela enterraria o rádio, o que não aconteceu, assim como não enterrou o cinema – mas esta é uma outra história. Décadas mais tarde, a cantilena se repetiu, mas seria a Internet a enterrar a TV. Contudo, as mídias apresentaram uma peculiar capacidade não só de coexistir, mas também de convergir, de forma que o vídeo não só se aprimorou na TV, como passou a ocupar redes sociais e canais só para eles. Pode-se ouvir rádio na Internet e navegar por ela no aparelho de TV. E, parafraseando um antigo dito, todas as mídias levam ao smartphone.

[1] Comunicador social/jornalista e professor universitário. É Doutor em Estudos de Linguagem, Especialista em Metodologia da Ação Docente, e em História Social e Ensino de História, entre outras. Atuou no Laboratório de Tecnologia Educacional da Universidade Estadual de Londrina por seis anos (2006-2012), tendo inclusive sido diretor, de outubro de 2009 a abril de 2011. E-mail: jotacustodio@uol.com.br.

Ricco e Vannucci (2017, p. 433), descrevem assim os acontecimentos:

> Desde que a internet chegou ao Brasil no início dos anos 90, primeiro no meio acadêmico e depois, a partir de 1995, para o grande público, os especialistas em comunicação e os executivos das grandes redes de TV acompanhavam uma profunda e constante transformação no comportamento do telespectador e, como consequência, no mercado televisivo. (...) Não precisou de muito tempo para os primeiros apocalípticos anunciarem o fim da televisão, do rádio e dos jornais diante de uma internet capaz de repercutir os fatos no exato momento em que aconteciam e com um poder de envolvimento e sedução jamais visto em outra plataforma de comunicação, graças à interatividade. As não foi o que aconteceu.

Os autores reconhecem que a TV, até então o veículo mais popular do país, presente em quase todos os lares brasileiros, teve que promover um olhar para si mesmo e se modificar para fazer à frente às novas mídias. "Modificar" abrange tanto o plano técnico quanto de linguagem, conteúdo, e até econômico/financeiro. E mais: competir com milhões de pessoas que podem usar softwares e tutoriais e produzir vídeos que podem ser muito mais visualizados do que uma notícia de telejornal.

Já há alguns anos, pessoas e instituições produzem e compartilham conteúdos de toda natureza diariamente. Um lúdico exemplo ilustrativo desta realidade é o rap que o You Tube produziu, há cinco anos, para celebrar sua primeira década de existência. É o "The A-Z of You Tube" [https://www.youtube.com/watch?v=WwoKkq685Hk&t=19s].

É claro a Educação não poderia passar ao largo desta realidade, sob pena de cair na parábola de Papert (1994), na qual um professor que avança dois séculos no tempo estranha tudo, exceto o ambiente escolar.

Os avanços tecnológicos têm balizado as referências de progresso e desenvolvimento social, embora não signifique que sejam democratizados. Particularmente, as tecnologias de informação e comunicação têm conhecido avanços rápidos, o que lhes permite fazer mais promessas do que podem cumprir. Ou entregam simplesmente maneiras diferentes, e às vezes mais rápidas ou mais luminosas, de fazer a mesma coisa.

A Educação, como dito, não passou ao largo. No Brasil, foi na segunda metade da década de 90 que as circunstâncias sociopolíticas permitiram uma explosão de faculdades novas, muitas das quais começaram a adotar a famosa educação a distância. No início, tudo era tateado. Começou a partir do que se tinha e conhecia: videoaulas. Estas eram conhecidas desde os anos 70. Quem se lembra das aulas de Química com Mário Lago e Silvia Bandeira, e de gramática com Bruna Lombardi, sentada no chão, cercada de sintagmas verbais e nominais? Por alguma razão isso ficou na memória.

Aos poucos, e com o avanço das mídias, a Educação foi bem além das videoaulas. Ainda se pode usar o vídeo, mas também é possível lançar mão de outras ferramentas para variar estímulos, incentivar a pesquisa, despertar o interesse por diferentes temáticas, provocar debates, e assim enriquecer as aulas e promover uma aprendizagem com mais qualidade.

Existem incontáveis vídeos disponíveis, nos sites e nas redes sociais, além dos arquivos físicos espalhados por aí e ainda não digitalizados. Um dos acervos digitais mais conhecidos é o Domínio Público [www.dominiopublico.gov.br], com material multimídia, de acesso livre e gratuito.

Contudo, é igualmente possível que cada educador crie ou edite seus próprios vídeos, adequados a cada conteúdo e momento, e conforme os recursos tecnológicos de que dispõe, assim como pode pedir aos educandos que também produzam os seus, como trabalhos a serem avaliados. Muitos professores se surpreendem com a capacidade de seus alunos no domínio da tecnologia. Cabe ao professor, assim, agregar valor aos trabalhos, extrapolando a competência técnica e recheando-a com conhecimento.

Produzir um vídeo do zero, com gravações de imagens e tudo mais, é uma alternativa mais trabalhosa. Por outro lado, editar um vídeo pode ser bem mais fácil, exigir menos domínio tecnológico e ganhar tempo. Ainda que, no meio de produção, diga-se que para cada minuto editado, há uma hora de trabalho por trás. Este dito se confirmou nas atividades relatadas aqui.

A maneira mais simples é simplesmente encontrar o vídeo na Internet, localizar o trecho desejado, anotar o tempo e, na hora da atividade, apertar "play". Mas mesmo este aparentemente pouco trabalho demanda horas de leitura, pesquisa, preparo. Sem falar nas ações durante e depois da aula. Não há atalhos. Mas é recomendável, até do ponto de vista didático-pedagógico, que o vídeo seja editado minimamente. Ele funcionará melhor.

Neste relato, são apresentadas experiências de edição de vídeos didáticos, realizadas dentro da disciplina de Laboratório de Recursos Audiovisuais, no curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente, na Universidade Estadual de Londrina, e desenvolvida no Laboratório de Tecnologia Educacional (LABTED) daquela instituição. São informados os processos de execução das edições e links para o produto final – seis vídeos. A disciplina foi descrita uma vez (CUSTÓDIO, 2011) numa obra que tratava do CEMAD.

Relato

A edição de vídeos para uso didático era apenas uma das atividades proposta pela disciplina de Laboratório de Elaboração e Utilização de Recursos Audiovisuais (apelidada de RAV) dentro do Curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente da UEL. Ofertada no primeiro semestre letivo do curso, as turmas eram pequenas, na maioria das vezes com 12 a 16 alunos. É bom lembrar que os alunos vêm das mais diferentes áreas e níveis de ensino.

Aos pós-graduandos são oferecidas várias disciplinas de Laboratório, das quais eles devem frequentar duas. E duas eram ministradas por servidores técnicos do Laboratório de Tecnologia Educacional da UEL (LABTED), nas dependências do setor: RAV e Laboratório de Microensino. Sobre o Microensino, curso também ofertado pelo LABTED em outros períodos, há um artigo publicado e referenciado ao final deste relato. Cada laboratório ocupava uma noite por semana.

Cabe assinalar que, nos anos de 2010 e 2011, o Laboratório de RAV foi cominstrado pelo servidor do LABTED Douglas dos Santos Chanan, que havia retornado à UEL após a conclusão do Mestrado em Engenharia de Mídias para Educação, realizado na Europa. Ele relata, em entrevista aberta:

> Em 2010, recebi o convite para atuar como docente no Programa de Pós-Graduação Metodologia da Ação Docente (CEMAD), e fui responsável pela disciplina de Recursos Audiovisuais, ou RAV como carinhosamente a chamávamos. Esta disciplina estava a cargo de servidores do LABTED, por entenderem que dominávamos estes recursos e que poderíamos contribuir para a ampliação dos conhecimentos dos discentes e futuros docentes.
>
> Durante os anos de 2010 e 2011 ministrei a disciplina, com foco na utilização das tecnologias acessíveis aos professores em sala de aula, como por exemplo, leitores de MP3, câmeras digitais e celulares, sendo todos eles tecnologias novas e em expansão de uso a baixo custo. Os computadores de mesa e notebooks, juntamente com os projetores multimídia e televisores em sala de aula, também ampliavam as possibilidades, pois as escolas já estavam se preparando para este novo cenário educacional com uso de tecnologias.
>
> Dentre os conteúdos tratados em sala de aula estava o uso de podcasts, pequenos arquivos de áudio com conteúdo curricular, gravados pelos professores em celulares ou computadores e distribuídos aos alunos por meio digital através de e-mail ou cópia do arquivo em pendrive ou cartão de memória, dando a este aluno a possibilidade de ouvir em qualquer ambiente e/ou espaço de tempo, seja em trânsito ou mesmo em casa, ampliando assim o espaço de ensino da sala de aula.
>
> Outros conteúdos tratados eram as potencialidades das apresentações multimídia, PowerPoint, por exemplo, o uso de recursos como mapas mentais, imagens e vídeos, incluindo desde o seu planejamento, construção e uso em sala de aula.

Especificamente sobre a utilização e edição de vídeos como recurso, Douglas expõe:

> O uso de vídeos em ambiente escolar já era realidade, por meio dos canais da TV Escola ou cópias levadas pelos professores, com conteúdos produzidos para outros fins que, no remanejamento do docente, se encaixavam em suas narrativas educativas. Inclusive o LABTED, através da Videoteca, ofertava conteúdos de vídeos

à comunidade universitária, desde os antigos VHS que posteriormente foram convertidos digitalmente em arquivos de DVD.

Mas o foco da disciplina foi capacitar o professor a editar estes vídeos de acordo com seus planejamentos de ensino, e quando necessário e possível, que ele produzisse seus próprios conteúdos de vídeo de acordo com a demanda das suas turmas. Necessário foi instrumentalizá-lo de conhecimento de captura de imagens, de enquadramentos, cortes, planos, edição de vídeos, uso de legendas, escolha dos formatos de saída destes vídeos e posteriormente a guarda e uso adequado deles.

A experiência com as duas turmas foi satisfatória, pois o retorno das avaliações demostrou plenamente a absorção dos conhecimentos como, por exemplo, o uso destes no espaço escolar onde alguns discentes atuavam. Posteriormente alguns destes alunos, no decorrer de suas caminhadas acadêmicas, aprofundaram estes conhecimentos no momento da escrita de suas monografias de conclusão de curso, os quais tive o privilégio de orientar. E, mais atual que o uso destes recursos tecnológicos em plena pandemia que vivemos, alegramo-nos enquanto equipe do LABTED, fazer parte do pioneirismo em propagar conhecimentos nesta área.

O Laboratório de RAV propunha a seguinte dinâmica: a turma era dividida em quatro grupos e, a cada noite, cada um dos grupos trabalhava em um recurso diferente. Os recursos abordados foram mudando conforme o avanço tecnológico, de modo que o manuseio de slides fotográficos, por exemplo, há muitos anos foi extinto. As transparências sobreviveram mais tempo, e o uso do livro didático também acabou saindo. O único recurso com que todos os grupos trabalhavam na disciplina era o Powerpoint, dada à demanda, mas cada um com seu próprio tema. Além dele, a exploração de vídeos, o quadro de giz, a Internet (redes sociais) e o objeto deste relato: a edição de vídeos.

Os grupos recebiam folhas com instruções para suas atividades a cada dia de aula. O material de instrução incluía, entre outros itens, textos de apoio (fundamentação técnico-teórica – um artigo, capítulo de livro, etc.), a mídia necessária (um CD, por exemplo) e fontes para pesquisa (sites) e folhas de rascunho.

O prazo para execução era de aproximadamente 3 horas e meia, pois na semana seguinte outra tarefa era apresentada. Excepcional-

mente, os grupos não conseguiam concluir o trabalho e o faziam durante a semana seguinte. No caso da edição de vídeos, necessariamente tinham que retornar ao LABTED para usar a ilha de edição do setor.

Ao final da disciplina, os grupos apresentavam todos os recursos produzidos, explorando seu potencial pedagógico e trocando as experiências de trabalhar com diferentes mídias e recursos. Os vídeos editados sempre foram elogiados.

Custódio (2011, p. 180) descreve o cenário:

> A apresentação dos trabalhos, acompanhada de uma avaliação, é um dos momentos mais importantes do curso. Depois de passar semanas produzindo materiais, em salas separadas, com conteúdos distintos, às vezes até sob a pressão do tempo, é a hora de juntar tudo, ter a visão do todo, e finalmente descobrir o que os colegas andaram fazendo nesse tempo. É hora de explicar o processo e apresentar o produto, abordando os pontos positivos e negativos de cada recurso, e a maneira e momento mais adequados de utilizá-los. O resultado tem sido bastante satisfatório. De aplausos a lágrimas, passando por silêncios de admiração, as mais diversas reações já foram registradas. Surgem perguntas como: "Vocês fizeram isso numa noite?" É comum colegas pedirem o material para usar em sala de aula, ou pelo menos fazerem aquela manifestação: "Coloquem no You Tube".

Claro que também era o momento em que os problemas e dificuldades eram expostas, a fim de buscar soluções tanto para os alunos, quanto para aprimorar a disciplina para a turma seguinte. Geralmente, os problemas citados eram de natureza técnica (áudio, imagem, etc.) e as dificuldades eram, às vezes, com a administração do tempo, em razão da falta de experiência. Mas era um laboratório, ou seja, era o lugar ideal para errar.

Antes de detalhar mais a atividade de edição de vídeos, é válido assinalar uma outra atividade ligada aos recursos audiovisuais prevista na disciplina e implícita na edição: a exploração de vídeos. Se havia um grupo que editaria um vídeo em determinado dia de aula, poderia haver outro, ao mesmo tempo ou não, ao qual cabia de explorar um vídeo – no caso, já pronto. Exemplo pode ser encontrado

num estudo sobre o potencial pedagógico do *anime* Cavaleiros do Zodíaco (Saga de Hades) a partir de suas referências mitológicas, também publicado pela Syntagma (CUSTÓDIO *et al.,* 2017).

A atividade de exploração de vídeo poderia partir de um vídeo editado por uma turma do ano anterior, ou uma reportagem jornalística, um trecho de filme ou um videoclipe musical. Aliás, um que certa vez comoveu a turma foi "Imagine", interpretado em linguagens de sinais, em "Glee" [https://www.youtube.com/watch?v=EjmHBCNRInw].

Assim, toda atividade de edição de vídeo pressupõe a exploração do vídeo num momento posterior, conforme o momento do processo de ensino aprendizagem a que ele se destina – tema gerador? Parte da avaliação somativa? Aí é prerrogativa do professor, balizado em conhecimentos didático-pedagógicos.

Além das folhas com instruções, o grupo que trabalharia com edição de vídeos encontrava outros materiais à disposição. O professor já deixava cerca de 30 minutos de imagens selecionadas e pré-editadas, das quais os estudantes deveriam escolher e inserir na edição. O tema também era dado pelo professor e a música de fundo também. O tempo do vídeo era o tempo da música. Assim, foram criados, por exemplo, vídeos sobre as quatro estações do ano, sobre obras de Shakespeare, sobre os quatro elementos naturais e sobre as classes sociais da Idade Média.

A figura 1 a seguir ilustra parte do trabalho de preparação para a oficina de edição de vídeo. Trata-se de uma folha com a marcação dos trechos a serem capturados pelo técnico de multimídia do LABTED e que foram armazenadas para edição. As marcações indicam a fonte das imagens (filmes), trechos pré-selecionados e parte do vídeo em que devem entrar (Antiguidade, Idade Média, etc.).

Figura 1 – Imagens pré-selecionadas para captura e posterior edição

CEMAD 2010 Captura de imagens para edição	
Pré-História	**Idade Média**
2001 – Uma odisseia no espaço 04:55 a 05:20 06:20 a 07:29 08:34 a 09:40 18:19 a 19:29	**O Senhor da Guerra** 12:20 a 13:31 14:04 a 14:47 1:39:36 a 1:43:03
A Guerra do Fogo 07:53 a 08:24 10:40 a 11:43 31:10 a 32:52 33:21 a 33:51	**Joana D'arc** 1:40:37 a 1:41:29 1:46:35 a 1:48:54
Antiguidade	**Idade Moderna**
Os 10 Mandamentos 43:42 a 49:13	**O outro lado da nobreza** 09:38 a 11:25 18:19 a 19:19 44:02 a 44:40
Sócrates 1:09:25 a 1:12:44	**Alatriste** 15:04 a 16:02 17:23 a 19:20 38:56 a 40:18
Jesus de Nazaré 2:20:06 a 2:22:13	**Idade Contemporânea**
	Paixão Proibida 18:24 a 20:24 37:24 a 40:45
Átila 48:56 a 49:32 50:10 a 52:46 56:38 a 58:05	**Amen** 02:51 a 03:10 05:40 a 07:17 27:29 a 28:14
	A Rainha 02:22 a 02:35 04:02 a 05:10 1:21:48 a 1:22:40 1:25:21 a 1:27:25 1:28:28 a 1:30:48

Fonte: Autor (2020).

O grupo se reunia com o técnico de edição do LABTED no estúdio, onde fica a ilha de edição, preparados para receber os alunos, e o trabalho começava. Ao professor cabia passar a noite de grupo em grupo, tirando dúvidas, trocando ideias e passando alguma dica. Mas cabe registrar que a experiência do técnico de multimídia ajuda muito. Ele opera a ilha, mas os alunos decidem quais imagens farão parte e em que ordem.

Vários vídeos se destacaram pela edição primorosa, considerando o pouco tempo e a falta de experiência, com ajustes entre cortes e trilha sonora que chegaram a provocar aplausos dos colegas de Especialização. Também cabe ressaltar que as discussões sobre como utilizar o vídeo sempre foram qualificadas. E houve até os grupos que lamentaram não terem feito a edição de vídeo.

Custódio (2011, p. 176) anota que o Laboratório de RAV:

> obriga seu ministrante a se atualizar. Necessariamente, deve abandonar recursos superados e experimentar (afinal, não é um laboratório?) novos, porque os alunos chegam com tais expectativas. No Laboratório do CEMAD, as expectativas se transformam em atividades práticas, que resultam em materiais de qualidade, prontos para serem usados em sala de aula, não apenas pela qualidade técnica do produto, mas também pela discussão que envolve sua produção e avaliação feita por toda a turma, ao final de cada edição da disciplina.

Tal o interesse pelo Laboratório que o LABTED, por algum tempo, passou a oferecer um curso de extensão nos moldes da disciplina do CEMAD. Infelizmente, a iniciativa teve vida curta. A maior diferença era que, enquanto a disciplina da Especialização era totalmente prática, no curso de extensão era incluída uma palestra (com demonstração) sobre um recurso não incluído no programa. O uso de quadrinhos, por exemplo, foi abordado pelo próprio professor. Já a fotografia e o flip chart foram apresentados por técnicos do LABTED.

A proposta do curso pode ser vista no quadro abaixo, elaborado pelo ministrante principal:

Figura 2 - Proposta do curso

CURSO DE EXTENSÃO - RECURSOS AUDIOVISUAIS – RAV

Objetivos:

- Conhecer a aplicação pedagógica mais adequada dos recursos audiovisuais.
- Produzir diferentes materiais de apoio pedagógico.
- Avaliar a adequação de um recurso audiovisual em um dado contexto didático.

Ementa: Produção e utilização de materiais de apoio pedagógico audiovisuais.

Programa:

1. Apresentação da disciplina. Demonstração de RAV.
2. Oficinas de produção.
3. Apresentação e avaliação dos materiais produzidos.

Cronograma:

Aula 1: Apresentação da disciplina. Demonstração de RAV.

Aula 2-5: Oficina de produção de RAV.

Aula 6: Palestra – Outros RAV (Quadrinhos, Fotografia, Flip Chart, etc.).

Aula 7: Apresentação e avaliação dos materiais produzidos.

Aula 8: Apresentação e avaliação dos materiais produzidos.

Metodologia:

- Exposição dialogada (primeira aula).
- Oficinas de produção em grupo com acompanhamento dos ministrantes e técnicos.
- Apresentação e avaliação dos materiais produzidos com presença de um professor extra do LABTED.
- Recursos a serem trabalhados: Quadro de Giz, Transparências (Retroprojetor), Powerpoint (Slides – Datashow) e Uso do Vídeo.

Carga Horária: 32 horas (8 encontros)

Local: Laboratório de Tecnologia Educacional (LABTED)

Vagas: 16

Público-alvo: Todos os interessados, especialmente alunos de pós-graduação e professores.

Ministrante:

- José de Arimathéia C. Custódio (LABTED)

Fonte: o autor (2020).

Voltando aos vídeos editados, objeto essencial deste relato, seis podem ser vistos no canal do You Tube [https://www.youtube.com/channel/UCbnq6d8NXzqvOvsOzW2GaJA]. Foi uma boa forma de disponibilizá-los a todos os interessados. Além deles há alguns outros vídeos, baixados de emissoras públicas. Os filmes editados no Laboratório de RAV são os seguintes:

"**Obras de Shakespeare**" (5'03") foi editado por três alunos e apresenta uma sequência de imagens de cenas de filmes baseados em obras do bardo inglês: "O mercador de Veneza", "Sonho de uma noite de Verão" "Hamlet" e "Macbeth". A pré-seleção de imagens foi feita pelo professor, a partir de seu acervo pessoal de filmes. Mas poderiam ser capturadas de outra fonte, como a Internet. A trilha de fundo é de Bach.

"**As quatro estações**" (3'59") foi editado também por três estudantes, que editaram imagens retiradas da série "Planeta Terra", produzida pelo Discovery Channel. A sequência das estações foi definida pela trilha de fundo: "Only Time", de Enya. No videoclipe da música, a sequência tem início com a primavera.

"**Os quatro elementos naturais**" (3'30"), igualmente, utilizou imagens da série "Planeta Terra" e foi editado por quatro alunos. A música de fundo é "Adiemus". A sequência foi escolha dos editores, mas cabe apontar que os cortes e transições foram bem produzidos.

"**As fases da História**" (3'41") foi editado por apenas dois alunos. A música de fundo é emprestada da trilha sonora de "1492", composta por Vangelis. O vídeo mostra imagens ilustrativas da Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea, com cenas de filmes como "2001", "Sócrates" e "A Rainha". As imagens vieram de filmes do acervo do professor.

"**Homo militens**" (3'41") foi uma experiência diferente: produzir um vídeo que conte a História da Humanidade através de seu caráter bélico. A trilha é "The Mass" (Era) e mostra uma sequência de confrontos, por meio de cenas de filmes como "Guerra do Fogo" e "Mestre dos Mares", e da série "Galactica". Três alunos editaram o material, pré-editado a partir da cinemateca do professor.

"**Classes sociais da Idade Média**" (3'12"), editado por três estudan-

tes, apresentou as classes representadas nos naipes do baralho comum: plebe (paus), copas (clero), ouros (nobreza) e espadas (cavalaria). Utilizou cenas de filmes como "Joana D'Arc" e séries como "Merlin". A trilha ficou por conta de "Monastery of la Rabida", do filme "1492".

Considerações finais

Muito antes de ministrar a disciplina de RAV, lá em 1995, participei dela como aluno do CEMAD. Na época, os alunos produziam apenas um recurso durante todo o semestre letivo. Acabei produzindo dois: um vídeo sobre a Química envolvida nos fogos de artifício (junto com um professor de Química) e um áudio (um avô do podcast) sobre as fases da lua. O LABTED era o NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional). Já o Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre o potencial pedagógico das histórias em quadrinhos (CUSTÓDIO, 1999), e que rende frutos até hoje.

É tranquilo afirmar que as possibilidades de utilização do vídeo em sala de aula e a extensão de seu potencial pedagógico jamais foram (ou serão) completamente mapeadas. Pois há um vídeo com múltiplos usos, assim como pode haver milhares de vídeos para um mesmo conteúdo. Cabe ao educador selecionar aqueles mais adequados ao momento do processo de ensino e aprendizagem.

É como diz Custódio (2011, p. 176):

> Do Quadro de giz ao You Tube, cada recurso tem sua especificidade, vantagens e desvantagens, e momento mais adequado para ser utilizado: ora como pontapé inicial de uma discussão, ora para ampliar o número de informações sobre um tema, às vezes para ajudar a visualizar um conteúdo mais abstrato, e até mesmo como parte de uma atividade de avaliação.

É também ponto pacífico a legitimidade do vídeo como meio. Siqueira (1999, p. 20) anota que "a sociedade contemporânea demanda e aceita a circulação de informação por intermédio dos meios de comunicação de massa" que, nas palavras dela, "assumem um papel relevante na esfera pública". Particularmente, a autora fala em "importância e influência" da televisão como meio, ou seja,

como mídia e ferramenta de legitimação de mensagens, informação e conhecimentos. No fundo, é a linguagem do vídeo (imagética) que legitima o conteúdo da mensagem e serve de prova para o que apresenta. O educador, é claro, deve ter lentes críticas para indagar mesmo o que parece óbvio. Assim, até um vídeo aparentemente "errado", com equívocos, ou cheio de ideologias (difícil não sê-lo) pode vir a ser um objeto de discussão em aula.

Brinca-se que o professor é o único profissional que nunca está completamente de férias, porque vai ao cinema, vê uma cena e imediatamente pensa: "Olha, poderia usar estre trecho numa aula". Ou mesmo vendo TV, uma novela, desenho animado, ou um reality show, elocubra: "Isso tem tudo a ver com a teoria tal". O professor não desliga. Em compensação, seu acervo cultural e de referências tem tudo para crescer exponencialmente, para depois aplicá-lo em sala de aula, em suas disciplinas. O vídeo é só um dos muitos recursos, e a edição de vídeo é uma entre tantas ferramentas do recurso.

Por fim, à guisa de incentivar o leitor a conhecer mais as possibilidades de uso do vídeo, existem algumas leituras que tanto apresentam o potencial pedagógico, quanto fornecem informações práticas e aplicadas para produzir um vídeo.

Uma destas leituras é a coleção "Como usar", da editora Contexto. Cada volume aborda um recurso diferente – música, artes visuais, internet, cinema, rádio, teatro, jornal, história em quadrinhos – e um deles, de autoria do professor Marcos Napolitano, é dedicado ao uso da televisão em sala de aula.

Outra coleção é a Laboratório, da Paulinas. Semelhantemente à anterior, traz pequenos e bastante práticos livros que apresentam as várias mídias, sua linguagem, e formas de fazer – rádio, oratória, jornal impresso, publicidade, mídias digitais são algumas delas. Neste caso, a sugestão é "Vídeo: da emoção à razão" (2007). A linguagem é bastante acessível, pois é produzido pela Pastoral da Comunicação e destinado a leigos que pretendem utilizar a ferramenta da comunicação em comunidades.

Como reflexão final, fica um texto de Torres (1996, p. 109-110),

no qual a autora compara a TV e o sistema escolar. Vale também para lembrar que o vídeo é um recurso, ou seja, algo a que se recorre, e nunca o centro do processo de ensino e aprendizagem.

> A TV emite, opera em via de mão-única. Aqueles que estão atrás da tela falam, movem-se, perguntam e respondem, afirmam, sugerem; os telespectadores olham e ouvem, sentados passivamente diante da tela. O mesmo ocorre com o sistema escolar.
>
> A TV transmite sem cessar. As imagens circulam rapidamente, assim como as legendas dos filmes estrangeiros. A TV supõe que o telespectador entende, que pode acompanhar o ritmo das imagens, que consegue ler as legendas. Ninguém verifica se isto é ou não assim. O telespectador, entretanto, está numa armadilha. Não há tempo para pensar e arrazoar. O mesmo acontece com o sistema escolar.
>
> A TV apresenta notícias isoladas, fragmentadas. Tudo parece ter o mesmo valor: o assalto a um supermercado, a fome em um país africano, a festa cor-de-rosa da filha do ministro, o crime de um presidiário, um encontro de presidentes. Da imprensa marrom salta-se para a notícia internacional, ao boletim meteorológico, à reportagem científica, aos esportes. Da série de desenhos animados passa-se a uma aula de culinária, à telenovela, ao noticiário, ao filme de terror, ao musical, ao programa para adultos. Tudo se mistura, tudo se confunde. Do mesmo modo como acontece no sistema escolar.
>
> A TV é um grande maquinário informativo: acumula e dissemina dados, fatos, conteúdos, mensagens, notícias, slogans. Os repórteres cercam o personagem; o entrevistador, o entrevistado, em busca de palavras: opiniões, pronunciamentos, discursos, denúncias, seja o que for. Da perspectiva da TV, o telespectador é um saco sem fundo, sempre pronto a receber quantidades abismais de informação. Do mesmo modo como acontece no sistema escolar.
> A TV vende-nos subliminarmente, entre um programa e outro, os produtos mais variados: detergentes, apólices de seguro, panelas de pressão, cosméticos, cursos de idioma, imagens, gostos importados, valores estrangeiros, mulheres decorativas, crianças consumidoras, necessidades fictícias, papéis femininos, homens fortes, empresários de êxito, mães abnegadas, poderes intocáveis, ascensão social a qualquer preço, frivolidade, individualismo, competitividade. Do mesmo modo como acontece no sistema escolar.

Desenvolvido o raciocínio, Torres conclui:

> É claro que tudo isto ocorre com a má televisão e com o mau sistema escolar. Porque um e outro podem ser interativos, dar um tratamento diferente à notícia e à matéria, entender de outra maneira a relação entre o telespectador e o aluno. Talvez, em todo caso, a maior diferença entre a TV e o sistema escolar resida em que, no caso da TV, se não gostarmos do programa, podemos mudar de canal ou, em último caso, desligar o aparelho.

REFERÊNCIAS

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. A atualidade e necessidade do Microensino. **Diálogo e Interação**, v. 3, p. 1-7, 2010. Cornélio Procópio, FACCREI. Disponível em https://www.academia.edu/40612366/A_atualidade_e_necessidade_do_MIcroensino. Acesso em: 01 set. 2020.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro; MATTOS, Celso; CAMARGO, Hertz Wendel de. Do Olimpo ao Fujiyama: o valor pedagógico dos "Cavaleiros do Zodíaco". Em **Mitos, Artes e Linguagens**. 1ed. Londrina: Syntagma, 2017. Disponível em: http://www.syntagmaeditores.com.br/Livraria/Book?id=1041. Acesso em: 01 set. 2020.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. Do Quadro de Giz ao You Tube. *In:* OLIVEIRA, Diene Eire de M. B.; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; REZENDE, Lucinea A. (Org.). **Formação de professores e ensino:** aspectos teórico-metodológicos. 1ed.Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011, v. 1, p. 175-184.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. **Educação? Este é um trabalho para o Super Homem**. Londrina: EDUEL, 1999.

PAPERT, Samuel. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médica, 1994.

RICCO, Flávio e VANNUCCI, José Armando. **Biografia da televisão brasileira**. Volume 2. São Paulo, Matrix, 2017.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **A ciência na televisão**: mito, ritual e espetáculo. São Paulo: Annablume, 1999.

TORRES, Rosa Maria. **Educação e imprensa**: o educativo como desafio jornalístico. São Paulo, Cortez, 1996 (Coleção Questões da nossa época).

8

literatura

8

Atividades físicas e saúde emocional: a importância do preparo físico e psicossocial na atuação do Policial Militar

Kelly Paganardi Bomfim[1]

Esta interface entre a prática do exercício físico e a ampliação da saúde mental, são extremamente importantes para qualquer cidadão. É justamente este domínio que nos possibilita uma condição de vida com qualidade, disposição, minimizando problemas de saúde e mais amor à vida. É um conjunto amplo de benefícios que se faz presente na vida daqueles sujeitos que aderem uma filosofia de cuidados e respeito ao corpo e a mente. Todos devem traçar metas que ajudem a ampliar qualidade de vida. O objeto de estudo desta reflexão paira sobre este viés, mas, com foco em um público alvo extremamente importante para a toda a sociedade, e que atua, também na proteção à vida e aos direitos fundamentais dos cidadãos: o Policial Militar. Este profissional é importante em uma comunidade porque dedica sua vida e saúde, a defender o povo contra malefícios de criminosos e violências. Portanto, a qualidade no domínio desta harmonia entre o físico e o mental.

[1] Policial Militar. Possui Licenciatura em Educação Física (Universidade Federal do Paraná – UFPR). Pós- Graduação em Direito Militar (Faculdade São Braz).

O Policial Militar depende muito da aptidão física para enfrentar os desafios da profissão. Às vezes, a sua capacidade é testada muito fortemente, além da sociedade comum. Ele precisa, em algumas situações, entre outras, ter preparo para correr, para imobilizar algum indivíduo ou para ficar horas em pé em alguma operação. Enfim, ele precisa suportar várias circunstâncias complexas que exigem disposição física e mental.

Por isso, faz-se necessário a implementação de programas de treinamentos constantes - e outros benefícios que orbitam em torno do cuidado ao agente de segurança - sob o viés da prática do exercício físico. Não é incomum encontrar resultados insatisfatórios de condicionamento físico de policiais militares, que descuidam da saúde física e, acabam prejudicando, substancialmente, a prática do trabalho eficiente. Um projeto continuado de acompanhamento da manutenção das valências físicas fundamentais para a carreira segura e eficaz do policial acaba sendo uma estratégia importante, inclusive, para a qualidade do próprio serviço.

A ausência de prática do exercício físico com ou sem acompanhamento de um profissional da área, pode ocasionar em uma tropa com problemas de saúde, como diabetes, pressão arterial alta, problemas de coluna, obesidade, ansiedade, levando a uma atuação de defesa da sociedade sem adequadas condições físicas e psicológicas. Uma alternativa seria um programa de cursos com profissionais habilitados em Educação Física para promover atividades físicas, tendo em vista que o policial militar dedica sua vida à atividade constitucional de prevenir e combater o crime na sociedade.

Entre as várias patologias ocasionadas pela inatividade da prática do exercício físico, o sedentarismo e a obesidade, tem sido referências de problemas de saúde fisica aos profissionais de Segurança Pública. Nos últimos anos esta inatividade física tem sido fato de contribuição para a elevação do sedentarismo e seus malefícios associados à saúde e ao bem-estar do indivíduo. Tudo isso, é consequência de um novo padrão de vida da sociedade moderna, que desconsidera um ritmo de proteção mais acentuado (SAMULSKI, 2000). A correria do dia a dia, a falta de disposição, às vezes a carga horária de

trabalho, acaba redirecionando hábitos. E essas mudanças de hábitos, nos últimos anos, resultaram em um ambiente inadequado para a inatividade física e, juntamente com alimentação excessiva e errônea para um estilo de vida incorreto, têm gerado problemáticas sérias. Isso é sentido no âmbito da atividade do Policial Militar, exigindo uma reflexão mais acentuada sobre a importância de traçar metas para um hábito mais saudável. Mas não é um processo fácil. Requer dedicação, e ações – programas de atenção a estes profissionais que são essenciais em uma comunidade -. A proposição de ações afirmativas, ou programas, se justificam porque a prática de atividade física regular e seus benefícios para a saúde é vista como importante aliada contra as consequências que parecem ser bastante clara, e sendo um dos fatores para terem maiores probabilidades de desenvolverem doenças crônicas degenerativas. Esses resultados são debatidos frequentemente entre os profissionais na área da saúde e amplamente documentados na literatura atual.

Nesta vertente, muitos estudos científicos sobre a temática são realizados no anseio de conhecer e informar para a sociedade moderna sobre o mal da inatividade física. E, dentre estes estudos, há vários que recortam a reflexão direcionando-a para este público alvo – o agente de Segurança Pública - que enfrenta de forma duplificada a carga de peso da inatividade. Primeiro, por ser um ser humano que precisa de cuidados constantes para qualificar sua saúde e aspectos emocionais; segundo, porque é um sujeito de atuação constante em uma comunidade, portanto, necessita de condicionamento como ferramenta para efetivação do trabalho com qualidade.

> A atividade física apresenta diversos efeitos benéficos ao organismo, sendo recomendada como uma estratégia de promoção da saúde para a população. Entretanto, vários estudos mundiais, incluindo o Brasil, apontam para um elevado índice de sedentarismo em todos os grupos etários, variando de 50% a mais de 80% na população mundial. (MENDES *et al.,* 2006 p. 53).

Sabemos que a prática da atividade física apresenta múltiplos efeitos benéficos em relação à saúde física e psicológica, além de retardar o envelhecimento e prevenir o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, as quais são derivadas do sedentarismo, sendo um dos maiores problemas e gasto com a saúde pública nas sociedades modernas nos últimos anos, bem como um dos principais fatores de problemáticas de efeito na saúde do agente de segurança. Desse modo, a afirmação de que isso tem sido justificado, principalmente, pela inatividade física e consequentemente influenciada pelas inovações tecnológicas e maus hábitos alimentares (GUEDES, 2012).

Os resultados do sedentarismo são bastante claros. As pessoas obesas têm maiores probabilidades de vivenciar mais doenças crônicas, desde uma simples "falta de ar" a veias varicosas a outro extremo, como a osteoporose ou condições mais sérias tais como doenças coronarianas, hipertensão e diabetes assim como certas formas de câncer (GUARDA, 2010). Por isso, a urgência de se estabelecer um plano de metas que potencialize o cuidado do Estado com os agentes de segurança.

Outro aspecto importante que acomete a todos, nesta perspectiva de análise sobre a qualidade de vida é a importância da atividade física, neste período contemporâneo de mediações tecnológicas, que prende a atenção e redireciona os sentidos e ações para uma falsa sensação de prazer. E isso tem sido observado nas pesquisas. Tem ocorrido um agravamento nesse sentido, uma vez que as inovações tecnológicas têm favorecido a comodidade das pessoas e consequentemente aumentado o número de pessoas consideradas sedentárias. Desta forma, há uma clara necessidade de hábitos saudáveis de vida, como forma de combater os danos causados à saúde (SAMULSKI, 2000).

Desta forma, a falta de atividades físicas como cultura de bem-estar destaca-se como uma das principais causas de mortalidades causadas por doenças do sistema circulatório no Brasil. Na relação de doenças pertencentes ao grupo do sistema circulatório, as doenças predominantes destacam-se: doenças cerebrovasculares e doenças isquêmicas do coração, que estão aumentando o gasto com a saúde pública nos últimos anos, trazendo sofrimento às

famílias e complexidades no espaço do trabalho. Portanto, a inatividade física tem sido o foco do aumento do sedentarismo nas últimas décadas. Esse é um dos principais fatores com gasto em saúde pública e risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e cardiorrespiratórias na idade adulta.

Nesta linha de reflexão, entendemos então, que a cultura de atividades físicas regular resulta em benefícios, fortalecendo o indivíduo contra doenças degenerativas tais como, doença coronária, a hipertensão e diabetes. As atividades físicas também são recomendadas no tratamento de doença do estado emocional, entre as quais, a depressão e ansiedade. Desta forma, o aumento do nível de atividade física regular traz resultados positivos na diminuição da mortalidade da população. Os estudos enfatizam a importância da atividade física regular para que se tenha uma boa qualidade de vida relacionada à saúde. Deste modo, entende que com a prática de atividade física regular engloba um processo de comportamento preventivo e abranja um maior número de indivíduo na sociedade moderna.

Com o aumento da criminalidade, nos grandes centros urbanos e até mesmo nas pequenas comunidades, faz-se necessário a atuação afirmativa dos órgãos competentes de Segurança Pública, no âmbito do combate ao crime, com foco na proteção à população e seus direitos fundamentais. Um dos órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e sua restauração, quando necessário, é a Polícia Militar. Nesta reflexão, torna-se imprescindível que os policiais militares além de estarem bem preparados nos aspecto técnico e tático, estejam bem na sua saúde física e psicológica. As Polícias Militares são órgãos essenciais para as comunidades e a efetivação das políticas públicas de Segurança Pública. Em todo o Brasil são organizações estatais de direito público, com objetivos definidos em lei, sendo que esses objetivos são as suas finalidades e competências, transcritos na legislação específica e na legislação peculiar. Diante da importância de seu papel institucional, se faz necessário, também, refletir sobre como estamos cuidando do policial militar na sociedade.

Em razão deste papel funcional importante e estratégico desem-

penhado na comunidade, o agente de segurança pública está exposto a todo tipo de perigo e atua, muitas vezes, sob intensa situação de tensão, atendendo vários tipos de ocorrências, como: vias de fato, violência doméstica, ameaça, furtos, acidente de trânsito com vítima, roubos, tráfico de entorpecentes, entre outras que exigem controle emocional, rapidez na compreensão situacional e rapidez na observação dos níveis de perigo à sua própria vida. São ações de atendimento de alto grau ou mais corriqueira. Isso justifica o porquê do policial, no seu cotidiano, estar exposto a todo tipo de violência, perigo e até mesmo morte.

E também justifica o porquê de haver tantas pesquisas que apontam as complexidades emocionais advindas deste fluxo contínuo de ataques intrinsecos à saúde emocional. O agente de segurança deve estar sempre motivado e com ampla estrutura de condições de trabalho para desempenhar suas funções operacionais e administrativas, pois, assim, atenderá as expectativas do trabalho. A comunidade exige e necessita de policiais competentes e honestos, comprometidos com os ideários da organização a que pertencem. E esses profissionais precisam, também, ser acompanhados e melhor avaliados no que tange às suas condições de saúde, principalmente as questões emocionais, onde o estresse tem um enorme poder de destruição da capacidade de trabalho dos indivíduos.

Somos preparados para conviver constantemente com situações de estresse, mas suas doses excessivas, intensas ou prolongadas podem gerar problemas físicos e psicológicos, e se não controlado podem interferir nas atividades diárias gerando problemas como a perda de produtividade, relacionamentos, dores e acarretando algumas doenças (NAHAS, 2010).

Dentro deste universo militar, a saúde e a aptidão física são fatores de suma importância para o desenvolvimento pleno do trabalho. O treinamento físico precisa acoplar-se às várias vertentes da busca pela qualificação plena. Esta reflexão se dá porque às vezes a visão do treino está focada em um foco operacional mais evidente, o que dificulta a aplicação de princípios dos treinamentos físicos com foco na individualidade biológica. Esta intersecção de visões e operaciona-

lizações na qualidade dos treinamentos possíveis, são importantes, porque estreita-se numa relação que busca uma completude necessária para proteger os agentes e ampliar qualidade de vida.

Contudo, como sua influência sobre a saúde atende, de melhor forma, aos interesses do militar, relacionando-se com o seu bem-estar e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida de seus praticantes, tais benefícios tornam-se mais relevantes e duradouros (ROCHA, 2008). As ações estratégicas com foco na prática dos exercícios físicos tem acentuado ações na diminuição de vários fatores de risco, instigando, por exemplo, melhora no metabolismo das gorduras e carboidratos, controle de peso corporal e, muitas vezes, controle da hipertensão.

Estas ações colaboram, também, para a manutenção de ossos, músculos e articulações mais saudáveis; diminui os sintomas de depressão e ansiedade, estando ainda associada à prevenção de várias outras enfermidades como diabetes, doenças cardiovasculares, osteoporose e alguns tipos de câncer (BARETTA *et al.*, 2007).

Importante destacar, ainda, que pesquisas indicam que indivíduos ativos fisicamente têm uma expectativa ampliada de anos de vida produtiva e independente, e que custos relativos à saúde pública podem ser sensivelmente menores em populações mais ativas fisicamente (NAHAS, 2006). A prática regular de atividade física possibilita evitar as doenças crônicas degenerativas, em razão de uma série de alterações fisiológicas e psicológicas e por diminuir as despesas com tratamentos e os índices de afastamento do trabalho.

Já para Palma (2000) a atividade física regular tem sido destacada pelos efeitos saudáveis nos sujeitos. Além disso, é uma excelente alternativa para o combate ou prevenção de doenças crônico-degenerativas. Nesta perspectiva de benefícios, podemos citar os aspectos antropométricos, neuromusculares, metabólicos e psicológicos. Portanto, a ampliação da qualidade de vida está associada a ampliação da prática dos exercícios físicos, de uma nova cultura de cuidados, principalmente para os que atuam diretamente em ações que exigem ótimas condições físicas e psicológicas.

Atenção psicossocial: o estresse como elemento de construção emocional

Este é, sem dúvida, um dos pontos mais importantes para a ampliação de reflexões. O estresse, considerado o mal do século pela sua dimensão de atuação na saúde do indivíduo, é cada vez mais constante, fazendo parte da vida cotidiana de muita gente. Em alguns casos em maior ou menos grau. A doença do século, como é considerada, é na verdade uma consequência de uma somatória de fatores intrínsecos e extrínsecos do indivíduo, de suas experiências de cuidados. Caso esses fatores não sejam controlados desde seu início, poderão causar uma série de complicações à saúde.

Esta relação de sensível vulnerabilidade diante do estresse está associada com a capacidade do indivíduo de lidar com os eventos estressores. A forma como o indivíduo lida com eles é fundamental para que se desenvolva um quadro de estresse (PAFARO; MARTINO, 2004). As percepções destes sintomas do estresse acontecem, de maneira mais acentuada no nível físico do sujeito, como: aumento da sudorese, nó no estômago, tensão muscular, taquicardia, hipertensão, aperto da mandíbula e ranger de dentes, hiperatividade, mãos e pés frios, náuseas, entre vários outros.

No âmbito da vertente psicológica, várias percepções podem ser apontadas: ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, dúvidas quanto a si próprio, preocupação excessiva, inabilidade de concentrar-se em outros assuntos que não o relacionado ao estressor, dificuldades de relaxar, tédio, ira, depressão, hipersensibilidade emotiva. Mas também é importante destacar que há fases no estresse. As pesquisas indicam, por exemplo, o modelo trifásico: alerta, resistência e exaustão. Esse modelo é o mais conhecido, nas construções epistêmicas deste processo. Lipp (2002) denomina outra fase, que fica entre a resistência e exaustão, a quase-exaustão.

O espaço ambiental do trabalho e o clima organizacional muitas vezes acaba tendo influência sobre o estresse do policial militar, sintetizando aspectos elevados em relação aos relacionamentos. Vários fatores podem contribuir com a elevação do estresse: condições de trabalho, pressão, problemas familiares, doenças, proble-

máticas financeiras, e outros aspectos que podem contribuir para a desconstrução de um equilíbrio construtivo.

A atuação de trabalho do policial militar, por vezes coloca os policiais em contato com situações de eventos críticos, podendo resultar em mortes, acidentes e até mesmo desastres envolvendo vítimas, e isso, naturalmente, pode culminar em problemas psicológicos. Muitos profissionais, depois de passarem por situações traumáticas, se recuperam desse tipo de experiência; entretanto, há os que poderão ser seriamente afetados, vindo a desenvolver uma condição mais severa chamada Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), que é o mais grave e incapacitante dos transtornos relacionadas ao estresse.

E isso, claro, pode ser um grande problema para a saúde do profissional, também, para a condução do trabalho com excelência. Portanto, o profissional de Segurança Pública – seja o policial militar ou de outros órgãos de Segurança – pode ser acometido, em algum momento de sua vida profissional, ao desafio do enfrentamento contra os malefícios causados pela depressão, e outros problemas emocionais, muito caracterizados por esta junção de situações provocadas pelo cotidiano do trabalho, mas, também, pela falta de cuidados, de uma cultura de práticas de exercícios contínuos, que poderiam melhorar não apenas a questão do condicionamento físico, mas, também, contribuir muito com o advento de estratégias para o cuidado emocional. Faz-se necessário, então, que se estabeleça programas de atenção psicossocial continuamente, já que trata de um público-alvo do universo profissional, que requer atenção.

Outra questão importante neste viés da qualidade de vida e da ampla observação sobre os potenciais problemas psicossociais e físicos decorrentes da falta de práticas continuadas de uma cultura de atividades físicas, é a importância da sociedade civil organizada, que espera, continuamente, a atenção e proteção do agente de Segurança Pública. Uma comunidade é composta por vários organismos de organização pública e privada, vários conselhos, agrupamentos sociais, imprensa e várias outras alternativas que compõem a chamada sociedade civil organizada.

Esta integração de forças e de reconhecimento ao trabalho do poli-

cial militar e dos demais agentes de segurança pública, se fazem urgente e necessária. São agentes públicos que dedicam a vida na proteção dos cidadãos, dos seus direitos fundamentais. Por isso, chama a atenção a reflexão de importância que estes profissionais têm na comunidade.

Conclusão

Percebe-se que a atividade física vem ao encontro da qualidade de vida. Inúmeras pesquisas comprovam isso. Praticar exercícios físicos contribuem, amplamente, para o bem- estar social, para a melhora no condicionamento físico, mas, também, é determinante no aspecto da qualidade emocional. Várias patologias são combatidas quando o sujeito tem uma cultura de prática continuada dos exercícios. Faz bem ao corpo e a mente.

Mas também faz-se urgente um comprometimento. A qualidade de vida requer atitudes comprometedoras com a escolha de hábitos saudáveis, principalmente atividades físicas regulares e a busca por alternativas que tragam tranquilidade emocional, equilibrando o estado de espírito do sujeito. Entende-se que os hábitos de vida adquiridos pela sociedade moderna, foram sem dúvida a praticidade advinda dos avanços tecnológicos que proporcionaram comodidade com a utilização de recursos até então inexistentes. Estamos muito reféns das tecnologias como norteadoras de sentidos e prazer. Precisamos mudar isso. Nesta seara, está um dos profissionais mais importantes da sociedade: a polícia militar – agentes de Segurança Pública. São profissionais atuantes, que defendem com dedicação os cidadãos e a garantia dos direitos fundamentais. São os profissionais que estão na linha de frente contra os malefícios da criminalidade, às vezes, colocando sua vida em risco, para defender a população. Portanto, vivenciam experiências de conflitos psicossociais, como o estresse.

O investimento às políticas de segurança pública precisam, também, contemplar o estado de saúde física e emocional destes valorosos profissionais, com programas voltados ao reconhecimento da importância das atividades físicas no dia a dia dos profissionais, atuando não apenas no condicionamento físico, quanto, também,

no condicionamento emocial. Este artigo buscou trazer um pouco de reflexão acerca deste binômio, tão importante, que orbita em torno do profissional de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BARETTA, Elisabeth; BARETTA, Marli; PERES, Karen Glazer. Nível de atividade física e fatores associados em adultos no município de Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. **Caderno Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1595-1602, jul, 2007.

GUARDA, Flávio Renato Barros. Frequência de Pratica e Percepção da Intensidade das Atividade Físicas mais Frequentes em Adultos. Fundação de Educação Superior de Olinda. Pernambuco, Brasil. **Rev. Pam-Amoz Saúde,** Ananindeua , v. 1, n. 3, p. 61-67, set. 2010 .

GUEDES, Dartagnan Pinto; NETO, Jaime Tolentino Miranda; GERMANO, Jeibson Moura; LOPES, Victor; SILVA, António José Rocha Martins e. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa fitnessgram. **Rev. Bras. Med. Esporte.** v. 18, n. 2, Mar/Abr, 2012.

LIPP, Marilda E. Novaes; TANGANELLI, Maria do Sacramento Loureiro. Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: Diferenças entre homens e mulheres. Psicologia: **Reflexão e Crítica,** v.15, n. 3, p. 537-548, Campinas, 2002.

MENDES, Marcelo José Fernandes de Lima; ALVES, João Guilherme Bezerra; ALVES, Ane Victor; SIQUEIRA, Pollyanna Patriota; FREIRE, Emilses Fernandes de Carvalho. Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. **Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil.** v. 6, Supl. 1, p. 49-54, Recife, maio, 2006.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida:** conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 4. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

NAHAS, Markus Vinícius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida:** conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010. 318p.

PAFARO, Roberta Cova; DE MARTINO, Milva Maria Figueiredo. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Revista Escola de Enfermagem.** v. 38, n. 2, p. 152-160. 2004.

PALMA, Alexandre. Atividade Física, processo Saúde-Doença e Condições SócioEconômicas: uma revisão de literatura. **Revista Paulista de Educação Física,** São Paulo, v.14, n.1, p. 97-106, jan./ jun.2000.

ROCHA, Carlos Ricardo Gomes de Souza; FREITAS, Cíntia de La Rocha; COMELARTO, Miguel. Relação entre nível de atividade física e desempenho no teste de avaliação física de militares. **Revista de Educação Física,** Rio de Janeiro n. 142, p.19-27, set. 2008.

SAMULSKI, Dietmar Martin; NOCE, Franco. A impontância da atividade física para à saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários ufmg. **Rev. Bras. Atividade Física e Saúde.** V. 5, n.1, 2000.

9

cultura pop e educação

9

Comunicação e Educação no Submarino Amarelo d'Os *Beatles*

Ludmila Martins Naves[1]

O texto faz um convite-leitura ao trajeto antropológico do Submarino Amarelo d'Os *Beatles* em uma análise comparativa ao mito de Atlântida Perdida de Platão, com o objetivo trazer à centralidade a sedução persistente no imaginário coletivo a partir da beatlemania e da completude da obra artística *Yellow Submarine* da referida banda de rock. Quarteto que merece notória atenção, desde o seu surgimento na década de 1960, do século XX, imbricando-se historicamente às origens do *rock and roll* e à evolução deste estilo. Bem como, revolucionando a indústria cultural e o imaginário social de uma geração, instigando-a a reflexão, e manifestando-se também como utopia, em forma de resiliência, a qual perdura na contemporaneidade.

Sendo este estudo de importância educacional, artística e mitológica onde a narrativa, o ritual, o totem, o tempo, a magia e o arquétipo podem ser vislumbrados por educadores que queiram ter como arcabouço mítico uma ferramenta musical/fílmica para o ensino e aprendizagem, eis, então, para este manuseio educacional o uso das poéticas de transcriação do universo mítico. Para tanto, por meio de olhares para as poéticas presentes no recorte escolhido d'Os Garotos

[1] Mestra em Letras MLET/PUC-GOIÁS. No momento, em transição para o Doutoramento na área de Comunicação e construindo o Coolab *Beatles* junto ao Fã Clube Revolution - Brasil. E-mail: okidokimartins@gmail.com.

de Liverpool, os *Beatles*, a relação entre as condições de produção da década de 1960 como poéticas transcriativas, iniciam-se no âmago do poder do mito, ou seja, considera-se para este estudo que o Submarino Amarelo em sua magnitude, traz à superfície do saber bolhas de um universo mítico, manifestando-se no imaginário social.

Considera-se, que os *The Beatles* não criaram nenhuma obra artística por acaso, especialmente o Submarino Amarelo, que no primeiro momento foi pensado como uma animação infantil; este, não foi assinado por Lennon/McCartney apenas para ser mais um produto para a Beatlemania como a imprensa especulava na época, mas com o propósito de se apresentar também como utopia. Sendo esta, a ser representada culturalmente através das gerações e assim, para que a história do Submarino Amarelo emergisse culturalmente meio ao seu mito de origem, ancorando-se, como uma possível *solucionástica,* para temas no universo da Educação; John, Paul, George, Ringo e a autora lhe convidam para ser o quinto Beatle e embarcar com o seu conhecimento no Submarino Amarelo de modo que esse mergulho mítico seja o fio condutor de um novo horizonte de ideias na volta à superfície do saber.

Submarino Amarelo rumo à Pepperland

"Era uma vez, ou duas talvez, havia um paraíso
fora da Terra chamado Pepperland."
The Beatles

A viagem rumo à Pepperland, rumo ao paraíso imaginado/criado pelos *The Beatles*, apresenta a maior parte do acerco artístico com a assinatura comercial Lennon/McCartney, mas o quarteto fez quase todas as suas produções artísticas em conjunto, demonstrando assim que o coletivo tem um poder muito maior do que apenas um sujeito singular.

Pepperland para a Beatlemania, para fãs esses que consagram uma mania e amor pela banda, não é uma tradução como *Terra das Pimentas*, porém, tenciona-se sim, o sentido humano do *colérico e sátiro,* na tentativa de trazer um ânimo aprendiz para jornadas humanas na Terra.

Percorrendo oitenta mil léguas submarinas, Morisson (2018) relata que no HQ Yellow Submarine d'Os *Beatles* (Submarino Amarelo) em muitos momentos é possível se encontrar ou se perder, pois, a imaginada Pepperland, o mito desse lugar presente em contextos vários do imaginário como a cidade imaginada e tão desejada de se encontrar, pode por vez, ser/estar em todos os lugares ou não.

Eis, o lugar tão buscado onde as pessoas são todas felizes de acordo com a história cantada e ilustrada do Yellow Submarine desde (1968) a qual, é descrita primeiramente como uma criação para o público infantil, porém, se tornou uma animação muito querida e ilustrada em cenas cotidianas por milhares de fãs, bem como o símbolo submarino amarelo.

Martín-Barbero (2006) ao desenvolver a sua ideia a respeito do povo e a massa na cultura, o autor propôs um debate sobre *conceitos básicos* relacionados aos duplos, às binaridades apresentadas. Quiçá, uma transversalidade que ocorre a partir de uma narrativa permeando concepções e ao mesmo tempo, capaz de conceber uma posição mítica do indivíduo e o seu meio-ambiente.

Observando este entender através das bolhas, das janelas do Submarino Amarelo, é possível atentar-se à questão do *povo-mito*, de acordo com Martín-Barbero (2006), pois, esta genealogia segundo o autor, se manifesta viva entre movimentos os quais ilustram e afirmam questões políticas e culturais contrapondo-se aos olhares: anarquistas x marxistas.

Portanto, no mesmo mar de ideias, o mergulho do ser humano há de ser unívoco, ainda que seja dentro do Submarino Amarelo, mediado por este dispositivo de navegação que propõe ser um mergulho de observação. Sendo para a Educação como o mito do povo em campos da política, paralelamente à cultura, por existir uma reação romântica que se manifesta culturalmente, conectando-se paralelamente com a sociedade capitalista.

Nas paredes internas do Submarino, é possível que o olhar dos Educadores a bordo, sejam olhares tencionados para um sentido entre o sonho e a razão por não se dispersarem da ideia de onde estão, como se a ideia fosse coordenadas geográficas da imaginação,

mesmo que os Educadores estejam dentro de uma máquina no fundo do oceano do saber em busca de um conhecimento considerado perdido ou não perdido, no entanto, imaginado.

Nas paredes Amarelas do submarino, pode existir um quadro pendurado, instigando uma informação sobre; caso uma função, qualquer se cumpra, ou seja, uma função em modo automático, observa-se, tal função para o sujeito como exclusiva.

Às vezes, durante a viagem no Submarino, as correntes marítimas deslocam todos que estão a bordo, fazendo-os saírem do lugar por instantes e quando esta aventura se acalma novamente, se faz possível o ato de *desler* o quadro, a informação pendurada: "é o sonho de um mundo dominado, de uma tecnicidade formalmente executada a serviço de uma humanidade inerte e sonhadora." (BAUDRILLARD, 2004, p. 119).

Pode parecer um sonho, mas do outro lado do submarino, na outra parede de ferro, a Comunicação e a Educação se encontram em uma só tela onde há ideias de Martín-Barbero (2014, p. 79) que transcendem de acordo com a leitura que cada viajante faz, e no quadro-objeto outra informação: "o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para expressar-se, adensar-se e converter-se em estrutural".

A informação se relaciona aos novos modos de *percepção e linguagem* aderindo-se ao sentir-se sensível, e também aos novos atos que podem ser considerados como o balanço do submarino se comparados à sociedade, um deslocar-se à experiência que; se atualiza de tempos em tempos na modernidade. Ou seja, para cada um dos Educadores, esta é uma viagem na qual é possível despertar-se, consigo mesmo e para o ambiente ao seu redor, tanto quanto para o ambiente externo desde as profundezas de um oceano do saber até as superfícies do próprio conhecimento.

No fundo de um oceano, o submarino amarelo na tentativa de ser cor e luz nas entranhas mais escuras, nos reprofundos sentidos, traz em coordenadas ao leme do Capitão Martín-Barbero (2006; 2014) sugestões a serem pensadas, e através das janelas do Amarelo Submarino, sem nenhum Educador contando no relógio o tempo, se fez

observação nesta jornada marítima, enaltecendo a importância de um mito e outras ferramentas que possibilitem talhar novos pensamentos.

Para tanto, seria uma solucionástica usar como ferramenta de manuseio dos pensamentos a poética de ascensão; como na surpreendente história sobre o desdouro dos Menoicos, e a perdida Civilização da lenda de Atlântida de Platão.

A partir das bolhas do saber que flutuantes dos lados externos do submarino, e rentes às janelas de ferro, estas, transcorriam-se da voz de Menzies (2015), voz que ecoava da Universidade de Salamanca na Espanha, lugar onde este esteve para uma comunicação e iniciando assim, um rito de passagem pelo curso do Rio Guadiana, sentido este que é conhecido como um caminho para Évora. Neste rito, em travessia espanhola pela lendária cidade, seria um sinônimo ao mergulho do submarino d'Os *Beatles* rumo à *Pepperland*.

Considera-se, Pepperland como uma leitura mítica do mito de Atlântida Perdida de Platão, que por meio do olhar crítico de Vidal-Naquet (2008, p. 51) és uma história sobre o domínio do espaço de forma íntegra e fecunda no íntimo da imaginação, nas entranhas do pensamento humano. O autor se apresenta em uma jornada em busca de um tempo sagrado, um tempo de Atlântida onde tudo e todos estivessem inertes e atentos ao seu percurso, mas a verdade sobre o mito platônico é que existiam Atlântidas várias, de modo que as antigas Atlântidas tenham sido motivo de risos, ora, ora, sendo um mito marcado por uma narrativa em que "chefes militares, dirigentes políticos e filósofos" foram tidos como personas dentro da história desse mito da cidade perdida, mas os viajantes em busca dessa utopia (Atlântida Perdida de Platão) se atribuíam de ânimo após os dilúvios encontrados em suas viagens.

Todavia, para o viajante do setor marítimo, Menzies (2015, p. 233) "a meta, o sítio astronômico da Idade do Bronze do Cromeleque dos Almendres", pode ser considerado uma binaridade arqueológica, junto ao sítio irmão de Stonehenge, na Inglaterra, mas o primeiro tinha um fascínio muito mais evidenciado por causa dos detalhes.

Detalhes os quais, trazem sincronicidade entre a máxima altitude meridiana da Lua e a latitude do local que se define em 38 graus e 33 minutos norte, o que significa que quando a lua está no seu ápice, a sua órbita está diretamente acima do observador no solo, (MENZIES, 2015, p. 233). Por isso, as demais latitudes onde o fenômeno ocorre estão em Stonehenge, na Inglaterra, e Almendres na Espanha, sendo assim, marcos do equinócio.

Considerando, o equinócio como um átimo em que o Sol, em sua órbita visível, cruza o Equador celeste, constata-se, um possível ponto de equilíbrio entre o *schéme* diurno e noturno, na pedagogia do Imaginário de Durand (2014) as quais também podem ser tidas como o mergulho profundo, o *schéme* de descida até o solo mais poroso deste oceano do saber, e o *schéme* de subida às superfícies do conhecimento quando este submarino retornar a terra firme.

Pondera-se, neste estudo que o *schéme* significa mais do que um esquema, mas um sentido, ora de descida, ora de subida como no caso do Submarino Amarelo retornando à superfície do conhecimento/saber pós Pandemia do COVID-19 no Brasil, relata-se aqui o referido país como território, manifestando-se, como lugar de fala deste estudo. Por esse prisma, entende-se ainda que há como poética do Yellow Submarine d'Os *Beatles* o que a marca LEGO propôs no seguinte produto:

Figura 1 - LEGO Yellow Submarine

Fonte: *Followthecolours.*
Disponível em: https://www.followthecolours.com.br/cooltura/yellow-submarine-lego-beatles/. Acesso em: 10 jul. 2020 às 09h02min.

O símbolo *Submarino* transmutou-se para um bem de consumo da marca LEGO em meio ao prisma dessa poética do consumo, reverbera-se nos ecos da Beatlemania, condensando nesta ideia que, a ideia artística de Yellow Submarine se realiza de certa forma, em uma síntese da chamada Pop Art e sendo uma mistura dos vários estilos que se encontram em uma mesma encruzilhada poética no início do século XX: Cubismo, Construtivismo, Modernismo, Art Nouveau, Futurismo, Bauhaus. Nota-se, que para a recepção estética d'Os *Beatles*, Morisson (2018) trouxe a releitura dessa ideia ao transcriar, ou seja, como diz Martín-Barbero (2014, p. 18) "Freire chamará de *palavra geradora* aquela que, ao mesmo tempo que ativa/desdobra a espessura de significações sedimentadas nela pela comunidade dos falantes, torna-se possível à geração de novos sentidos que possam reinventar o presente e construir o futuro".

Neste prisma poético no âmago da Educação, o estilo psicodélico é tido como tátil na condição de produção artística da década de 1960 de acordo com professor Timothy Leary (1999) da Harvard Universidade, considerado *Pai da Contracultura* que dialogava de forma transversal sobre a utopia d'época. Reluzente em sua teoria, Leary pontuou a persistência dessa utopia, apropriando-se da poética das cores: transcriando, gerando palavras, por meio do colorido; eis, o tom amarelo como luz em tempos tão tenebrosos das guerras várias, por exemplo, em tempos presentes, o Covid-19, dentre tantas outras depreciações do humano. Assim, recorrendo a essa luz nas profundezas do mar que evocam as trevas das angústias humanas.

Freire (1967) *apud* Martín-Barbero (2014) toca nas angústias humanas por meio da comunicação por um viés do educar-se para saber o quanto é importante o silêncio, e por esse sopro sem vozes, é possível sentir dentro do Submarino Amarelo o ato de Comunicar e Educar através das entranhas fundamentais do próprio pensamento e das conexões futuras com os pensamentos dos outros.

É possível ouvir, no profundo oceano dentro do submarino de ferro: "[...] realmente comprometido com o comunicar e não apenas com o fazer comunicados, ouvir a dúvida, a indagação, a criação daquele que escuta" (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 19). Nave-

gantes pensamentos ainda que presos em mentes viajantes; mentes presas em submarinos de ferro; aconteciam sinapses no fundo do oceano do conhecimento nessa incessante busca por um saber, e uma forma de saber, não o que ninguém sabia, mas o que não de costume se fazia costumeiro em meados do ensino e da aprendizagem quando todos estavam em terra firme.

Vidal-Naquet (2008) significou terra firme no mito platônico de Atlântida como uma ilha a ser encontrada, sendo esta ilha distante das coordenadas da imaginação e sim, um lugar próximo da utopia capaz de se manifestar resiliente dentro de cada tripulante-mundo, ou seja, cada tripulante dessa viagem no Submarino como posto nesta leitura e interpretação.

Por outro viés, Harari (2020, p. 17) tenciona sobre o *Custo do Pensar,* e neste desler do humano é verificado que apesar de suas muitas diferenças, as espécies humanas possuem características capazes de as definirem como comuns umas as outras, por isso, a paixão que é atribuída a uma inteligência superior há de ser bem manuseada, se todos pensarem que; há mais de dois milhões de anos as redes neurais continuam se expandindo. Compreendendo esta não terra-firme do humano, o autor dialoga com o sentido do custo do pensar, salientando que; "hoje o cérebro é uma grande vantagem porque podemos produzir carros e armas que permitem que nos locomovermos mais rápido que os chimpanzés e atirar neles de uma distância segura em vez de enfrentá-los [...]".

Eis, um lado poético para com este mito de Platão que propôs a busca de um não-lugar, uma utopia entre os campos do conhecer-se a si mesmo e ao mundo, bem como encontrar na própria jornada um terreno fértil, ou seja, a terra firme, e para os *Beatles* na composição da obra artística Yellow Submarine, este encontro entre o mítico e o humano se deu nas lentes da arte com a criação do Submarino Amarelo capaz de se manifestar não somente como um símbolo da cultura Pop para milhares de fãs ao redor do mundo, mas também como um totem a ser utilizado em experiências várias como este convite-leitura a uma viagem até a Pepperland de todos e por que não à Pepperland de cada Educador que souber tornar mais tátil e sensível à jornada do educar e do ser educador.

Mais do que um desenho animado que arrebata fãs desde a infância, Yellow Submarine d'Os *Beatles* é uma obra imagética indissociável da canção multimidiática, estimula jovens na amplitude do olhar crítico.

Eis, então, a persistência de uma imagem da utopia na Contracultura, integrando-se nas manifestações pacíficas que contestam tradicionais valores, rótulos sociais e esta persistência se une às vigílias contra as guerras pela díade da paz e amor.

Assim, Martín-Barbero (2014) tramou o tecido da comunicação e o da educação, se pensadas a partir da cultura no mesmo sentido dessa viagem dentro do submarino, pois, o universo da Comunicação e o da Educação na voz do autor acenam um mesmo cosmo. Este, capaz de articular as estruturas com as quais a linguagem e as produções do conhecimento, assim como o consumo deste saber são articulados no sentido das ações, nas teceduras realizadas por entes educacionais para tramarem não só o homem, também o homem profundo e o homem em sua jornada antropológica, em sua superfície, ou seja, o Educador a bordo do submarino, há de ser uma reinvenção de si ao estar de volta em Terra firme em sua jornada do aprender e ensinar.

Submarino Amarelo d'Os Humanos

E o Universo sempre ensina, ora, pois, nas profundezas de um dos mais trágicos adventos da Terra, o da Guerra do Vietnã estas relações de autorreconhecimento, se tornaram o próprio manifesto de Paz e Amor no mundo, e isso não ocorreu exclusivamente pela criação do emblemático *slogan:* Paz e Amor para o festival de música e artes em Bethel nos EUA em 1969, o Woodstock ou para outros festivais desde então, mas por um ideal originado da mesma utopia que o Submarino Amarelo d'Os *Beatles* coloriu-se, o movimento de Contracultura. Sendo assim, nas vozes de Ken Goffman e Dan Joy (2007, p. 17) a Contracultura se manifesta em sua natureza discursiva; e esta, tem sido atualizada através dos tempos e das sociedades, não apenas na lembrança dos movimentos hippies e humanitários, mas na representação do ser e estar humano também em questões do cotidiano e em ambientes vários.

E se tratando de ambientes vários, Vidal-Naquet (2008) narra à ideia de que Platão teve um conhecimento imaginado a respeito de uma grande ilha localizada na saída do mar Mediterrâneo rumo à imensidão do Oceano Atlântico, como o resto de um continente que ainda seria descoberto. Este, tornou-se conhecido no mundo Antigo como Atlântida e a esta ideia, foram relacionadas fábulas, embora tencionassem a ideia do mito de Atlântida como a história verdadeira de Platão.

Recorre-se ainda, nas interpretações de Vidal-Naquet (2008, p. 174) que o referido mito, se tornou um lugar populoso e numeroso, onde pela primeira vez o homem teria saído do seu estado primitivo de barbárie tornando-se civilizado. E ao longo do tempo, essa ideia mítica se coordenou geograficamente inferindo-se; a ser como tais territórios: "as praias do Golfo no México, as margens do Mississipi, o Amazonas, a Costa do Pacífico, a América do Sul, as margens do Mediterrâneo, o lado Oeste da Europa e da África, o Mar Báltico, o Mar Negro e o Mar Cáspio, regiões povoadas por nações civilizadas".

The Beatles (2001) contempla a ideia dos jardins atlânticos na escuridão oceânica como os jardins do Éden, enquanto para Vidal-Naquet (2008) essa ideia não vigora apenas em jardins de territórios míticos, mas também nos jardins oriundos do ser humano, uma vez que o autor tendencia a explanar sobre a questão escatológica de Atlântida Perdida de Platão que por rumores da natureza afundou com todos os seus habitantes vivos, configurando-se assim em um sentido trágico semelhante às manchetes e ao notório cotidiano iniciado no Brasil no mês de março do presente ano, 2020, sendo este, um advento da Covid-19.

Em tríade de observação, se forem postos os mitos escatológicos, a viagem no Submarino Amarelo e o Custo do Pensar em analogia por Harari (2020) se torna factível a averiguação de que; a natureza humana possui terríveis convulsões, derramando-se em solo geográfico, imaginário ou oculto. Intentando-se em mais um ponto crítico de Harari (2020, p. 18) "é necessária uma tribo para criar um ser humano. A evolução assim, favoreceu aqueles capazes de formarem fortes laços sociais", eis, nesta colocação do autor uma chave mágica para questões da Educação, as quais podem ser refle-

tidas no macro espaço escolar em vez de serem tateáveis somente pelas mãos dos Educadores, pois, o aluno é este humano descrito e por sua vez, se faz necessária à completude do eixo escola-família para que muitos dos enfrentamentos existentes no campo da Educação não sucumbam como a ilha de Platão por serem postos somente como esferas da Comunicação, ou seja, a integração é a grande mágica para que as ferramentas utilizadas pelos professores sejam eficazes, principalmente se estas forem tidas como ferramentas em tempos coléricos, tempos sátiros.

Retratando essa questão dos tempos coléricos, os tempos sátiros e a binaridade utópico/distópico, o autor de História de uma Utopia, Gregory Claeys (2013) traduz esse tempo sagrado através do sentido da utopia na distopia, o qual é transmitido em um *mundus-vivendi,* no âmago da contemporaneidade.

Portanto, considerando a cor amarela como uma utopia em escuridões oceânicas, o Yellow Submarine na perfeição artística desta obra d'Os *Beatles*, é considerado o tom científico do significado de cor amarela por Jean Chevalier e Alain Cheerbrant (1982) que muito contribuíram com pesquisas sobre o significado de símbolos, os quais transcriam a essência de mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números. Lê-se:

> Amarelo é a cor da terra fértil, o que fazia com que se recomendasse, na China, a fim de assegurar a fertilidade do casal, que se pusessem em completa harmonia o Yin e o Yang, que as vestes, as cobertas e os travesseiros do quarto nupcial fossem todos de gaze ou de seda amarela (VANC, 342). Mas essa cor das espigas maduras do verão já anuncia a do outono, quando a terra se desnuda, perdendo seu manto de verdura. (CHEVALIER; CHEERBRANT, 1982, p. 41).

Jean Chevalier e Alain Cheerbrant (1982) ainda enaltecem este estudo referenciando que, o fragmento acima, é utilizado em um talhar na transcriação poética da utopia. E o sentido que esta utopia refere-se, é tencionado ao (ser) humano em transcendência, bem como a cor amarela que também traduz a fertilidade, a vida, o nascer em solo, no mundo, ressaltando assim, uma relação do ser humano que transcende em seu rito de passagem pela vida.

Para Harari (2020) esta passagem pela vida seria uma breve história da humanidade onde o olfato da ganância, as leis religiosas, as sobrecargas da memória, o homem também como animal insignificante meio a força da natureza, as visões imperiais, as reatualizações míticas como magias ativas aos segredos do Universo, as alianças existentes entre a Ciência e o Império/Governos, as atualizações do mundo como a tecnologia, a indústria/escola, pois, o autor postula muito sobre a antropologia e o consumo na jornada humana de modo que; estas postulações podem ser chaves mágicas para momentos porosos vários, os quais têm sido germinados no cosmo da Educação, não somente no da Comunicação e a partir de todos os postulados que o autor imbrica no tempo da antropologia, no universo do homem é possível para cada situação cotidiana traduzir, desler e tramar novas percepções e soluções.

Retomando ao significado da cor amarela do submarino ainda como símbolo da utopia, revisa-se à ideia de utopia em Thomas More (2017, p. 133) onde, na pauta, o autor aponta os *utopienses*, pessoas que vivem na ilha da Utopia, a pensarem sem sanções realizadas em consentimento comum em uma sociedade destacando: "não só os pactos entre particulares, mas também as leis públicas promulgadas de forma justa por um bom príncipe e que o povo, não oprimido pela tirania, nem ludibriado por tolos, sancionou com consentimento comum [...]".

Em resiliência, a utopia na distopia no *rito de passagem* do ser humano é por vez, despertada em prol da humanidade. Observe uma utopia como frames sociais; na distopia:

Figura 2 - *The Beatles – HQ Yellow Submarine*

Fonte: Darksidebookss.com.br.
Disponível em: https://www.darksidebooks.com.br/the-beatles--yellow-submarine/p.
Acesso em: 10 jul. 2020 às 22h.

Durante a década de 1960 na latente enunciação de novos movimentos e reagrupamentos sociais se manifestaram magicamente como a ideia de um Novo Mundo. Desde então, atenta-se ao ponto de vista da dupla Goffman e Joy (2007) sobre um tom de voz para a Contracultura, que passou a ser movida por um impulso muito mais profundo do que apenas o desejo de inovar ou derrubar convenções sociais.

Desejo este, que pode ser talhado em diferentes recortes a partir de *The Beatles* (2001) por serem manejos coexistentes na Formação Imaginária, eis, o motivo desta leitura embarcar a Comunicação e a Educação no desvelo da obra artística Yellow Submarine d'Os *Beatles* e apresentar o símbolo Submarino Amarelo como um totem onde é possível se ater a busca mais profunda dos pensamentos, por meio de um discurso de contracultura que utilizando de diferentes condições de produção do tempo que se manifesta tempo-presente para o sujeito, caso fosse na década de 1960 seriam condições várias como a Guerra do Vietnã, mas em um tempo físico, atual, pode-se dizer que uma das condições de produção capazes de movimentar a organização dos pensamentos, é a pandemia do COVID-19, a qual também possui essa capacidade de se mover como uma poética de guerra tanto quanto ser talhada como uma mensagem contra a cultura da guerra/pandemia, a cultura do egoísmo humano.

Conforme o legado d'Os *Beatles*, o que a crítica aponta como movimento; carregado de elementos dessa utopia de Contracultura, se tece como um enriquecimento dessa consciência estética da *linguagem/discurso* imagético do movimento *Hippie* e de suas contribuições multissensoriais que ainda fazem da beatlemania um *locus* de prevalência da imagem de utopias várias em tempos de dissolução dos valores humanos pela distopia, que se manifesta persistente no inconsciente sociocultural, na questão do imaginário coletivo. Sendo este, imaginário coletivo, um campo amplo para análises por meio do viés de Durand (2014) em que acredita-se, cientificamente, ser possível sim, fazer este retorno, esta viagem do Submarino Amarelo ao mais profundo eu, mergulhando, navegando nas profundezas de um oceano de (auto) conhecimento e com o *Help* d'Os *Beatles*, para que estas observações possam desler o unívoco ou ao menos, proporcionar uma análise do ambiente e das superfícies do saber como se estas, fizessem de cada Educador um transeunte em uma praia lotada, colecionando angústias, mas frente a novos horizontes.

Para tanto, a formação imaginária a partir da obra artística Yellow Submarine d'Os *Beatles*, traz a psicodelia apresentada por Timothy Leary (1999) em meados de 1960. E esta obra artística também fora

lançada por esses garotos de Liverpool; como alegoria musical ao ser composta por um submarino amarelo, símbolo, o qual até os dias de hoje remete-se às questões sobre liberdade, profundidade, o ato de navegar entre ideias e o enunciar do discurso que se encontra presente na natureza humana.

Analisando ainda mais profundamente a composição da ideia do Yellow Submarine, há como ressalva a abordagem da dialética materialista de Karl Marx que coaduna com essa busca do humano em suas profundezas, como se fosse este, também o humano que navega dentro do Yellow Submarine, sendo este submerso nas próprias angústias, ora emergindo-se com o submarino às próprias superfícies, ora nas do mundo, é o que relata Bob Spitz (2005) jornalista estadunidense e especialista em biografias reconhecidas pelo jornal The New York Times.

Entre manchetes várias, desvela-se nas entranhas bibliográficas de suas pesquisas sobre *The Beatles*, esta questão do humano, do fã, o arquétipo do amor de fã, há ainda a questão do tom de voz mediado pelo discurso de Contracultura; sendo este, não só enunciado por um fenômeno da História do Rock, mas enunciado ainda hoje através da persistência e permanência de uma utopia que permeia a Beatlemania.

Nessa jornada antropológica com os Beatles, é visível das janelas redondas do Submarino Amarelo, pequenos mundos, ou seja, é esta uma utopia visível, persistente e identificada na história Yellow Submarine que pode ser encontrada cantada, na versão fílmica, em produto HQ; por uma ideia comemorativa dos cinquenta anos do seu lançamento.

Retomando a ideia do significado artístico da obra, existe uma magia nos elementos sobrepostos e extraídos a partir da natureza do olhar, conforme Barthes (1993) sobre a questão do mito que corrobora o objeto mágico, surgindo no presente, sem nenhum rastro da história que o produziu. Por vez, é neste produzir poético de um entendimento que o objeto artístico traz a simbologia dos Azuis confrontando a tripulação da embarcação e o mesmo ocorre na mente humana diante a um mito escatológico, o mito do fim do mundo que repara a atenção para um pensar borbulhante, o qual nos primeiros instantes é como o mergulho do Submarino descen-

do à natureza mais profunda com ausência de luz e na volta, sendo observado todo um oceano de conhecimento até poder ancorar novamente na superfície de um saber ou vários saberes que coadunarão com um ou mais meios a serem os determinantes de uma mensagem, discurso ou algum processo criativo artístico ou não.

Por isso, se pensar no acervo artístico d'Os Beatles como um grande conteúdo relacionado à música que muitas pessoas já subestimaram ser somente um coletivo de polêmicas; tecidas nas condições de produção da década de 1960, manifestou-se artisticamente como um pontinho de utopia capaz de candeiar/iluminar os corações de milhares de pessoas por todo o mundo. Ecoaram-se, assim, os ruídos da Guerra do Vietnã desde a década de 1960, mediada por uma crítica que observa através dos recortes escolhidos do acervo artístico d'Os Beatles, os aspectos; musical, por meio dos arranjos sugestivos, textual, em sua aproximação com a poesia, imagético, pela criação de universos performativos transitando entre sistemas vários como a literatura/poesia, vanguarda musical e o cinema ao observar a obra artística em questão, a partir dos pressupostos teóricos de Derrida (1999) que contemplam desconstruções e oposições binárias que podem ser usadas na composição e na autorreflexão em campos do saber.

Brandão (2013) revela em um importante olhar, a variação da noção de espaço, exposta no texto-catálogo, o qual é por sua vez também abrangente sem causar uma sensação exaustiva ao leitor. Isto posto, no olhar binário de pensar recai sobre a equivalência, transcriando e construindo novos significados a partir da essência e utopia que tecem o agora, considerados, estes, como transcendentais entre tempos/espaços.

Por esse olhar transcriativo, a utopia se comporta como poética no imaginário e a Beatlemania, bem como os Educadores que viajam dentro do Submarino Amarelo podem desfrutar de uma forma de linguagem/tensão apodítica, inversa, em relação à Guerra do Vietnã que foi como um espelho e uma das mais potentes destruições/devastações do homem.

Adere-se, assim, a persistência de uma utopia na contracultura, integrando-se nas manifestações pacíficas que contestam tradicionais valores, rótulos sociais e se une em vigílias contra as guerras pela díade da paz e amor.

Martin (2017) ressalta essa díade como o futuro que já havia chegado, como um grande estrondo em um movimento artístico onde a arte era a representação do "mundo pop". Considerando a utopia na distopia, a partir das canções d'Os Beatles, especialmente nas canções aqui citadas, temos que essa resistência da utopia como resiliência pode ser observada em transcriações poéticas por meio das várias abordagens, destacando aqui as relações intersemióticas, e tendo-as como uma das principais ferramentas a análise do discurso.

No legado d'Os Beatles, aquilo que a crítica aponta como movimento carregado de elementos da contracultura, enriquecido pela consciência estética com a linguagem imagética Hippie e suas contribuições multissensoriais fez da beatlemania um *locus* de prevalência da utopia em tempos de dissolução dos valores humanos pela distopia, a qual persiste com a questão do inconsciente sociocultural no imaginário coletivo.

O mundo conhece a celebre afirmação de John Lennon que tempos depois se tornou um prelúdio de Raul Seixas: "sonho que se sonha só é apenas sonho, sonho que se sonha junto é realidade.".

Eis, o desafio que é, o custo de se pensar a Educação e a Comunicação no devaneio dos sonhos como utopias a serem sonhadas por todos, não somente por tantos que sabem educar, mas se esquivam sendo humanos em distanciamentos sociais.

Pepperland e o Submarino Amarelo

Imagine todas as pessoas vivendo uma utopia, então imagine se The Beatles fosse considerado nos enlaces do cotidiano a poética de uma utopia representada por duas funções: a sobrevivência e a transcendência, vez por vez, que a poética estaria embebida de um tom de voz contracultural desde as nuanças de pós-guerras várias, mas orientada principalmente pelos desvelos do cosmo a partir da década

de 1960, eis, então, um arcabouço não puramente musical, mas humano que nasce na cultura Pop, se posiciona na História do Rock e revela o mergulho profundo ao universo mítico da espécie humana.

Nessa viagem transcendental, rumo ao "litoral das ideias", avista-se um horizonte, e no que Derrida (2004) contempla em sua teoria da desconstrução, como antífrase do mundo em que se inserem dicotomias, especialmente, e mirando aos vários movimentos culturais ou de contracultura, nos quais se podem interrogar as limitações, de forma que seja aplicável a reflexão hierárquica do pensamento metafísico ocidental.

Pensamento que, se alimentado na imaginação nessa viagem no Submarino Amarelo, como o que narra a biologia do oceano profundo, ou seja, a flora e a fauna que podem ser observadas além dos círculos e bolhas nas janelas do submarino. Por esse toque de magia, que Martin (2017) faz analogia ao sistema capitalista dominante seria como uma biologia da superfície, em Terra firme, em Pepperland, de modo que a inconsistência da civilização ocidental racional, a sociedade de rótulos sociais, à distopia instalada nos guetos, nas urbanidades; como uma utopia persistente por meio do universo pop e do discurso das artes.

Movimentando-se, utopicamente pelas lentes da emoção e da imaginação, Wulf; Baitello (2014) referenciam-se às questões do humano e o encontro mais profundo dentro de si, sendo que o voltar-se para si é apresentado por meio das intermediações criadas pela espécie humana, ou seja, respondendo às pulsões, disposições existentes na utopia proposta pelos Beatles, eis a convergência à mesma resposta dos autores ao que aludem como sobreviver e transcender.

Em Beatles (2001), a ideia de transcender e sobreviver está poeticamente talhada na tecedura de toda a obra artística Yellow Submarine, independente do seu estado físico/material: produto, objeto artístico, texto, filme, música e tantos outras invenções mágicas que permeiam a mesma ideia de mergulhar dentro de um cosmo e transcender além das primitivas possibilidades.

Para Wulf e Baitello (2014, p. 119), essas possibilidades emergem como o submarino amarelo d'Os Beatles de acordo com o olhar poético e crítico deste estudo, pois os autores narram que "na resposta às questões de sobrevivência e de transcendência, surgem intermediações nas relações essenciais do indivíduo com a natureza e com o(s) outro(s) e o homem excursiona no passado, buscando explicações e, no futuro, buscando predições".

Desse modo, esse excursionar para a viagem que chega ao fim desse mergulho do convite-leitura, ancora-se como proposta de novas reflexões a respeito do uso do hibridismo no cotidiano, sem perder o teor metodológico a ser seguido, mas propiciando alternativas simples com impactos sensíveis na persona do educador, logo na persona do aprendiz. Pois, um olhar mágico para o cosmo criativo não há de ser descartado, uma vez que, os The Beatles propuseram essencialmente este ser e estar mágico entre todos, e na jornada de ser e se reconhecer como humano pelo mundo.

Em Pepperland, não somente o lugar imaginado na história do Yellow Submarine, mas o lugar imaginado onde as ideias florescem, bem como o Novo Mundo que tem sido há uns meses manchetes dos principais jornais brasileiros, manchete esta que surgiu no ninho pandêmico COVID-19, é também um não-lugar físico e uma utopia no sentido de cada Educador reconhecer em sua base humana as próprias habilidades e as técnicas com as quais tenham melhor dinâmica para serem utilizadas, aplicando-as em mitos, objetos artísticos, recortes religiosos e claro, no encantamento do cosmo da Ciência.

Na nostalgia, o cosmo da ciência ocupa mais do que o seu lugar com propriedades científicas, ocupa-se ainda de um espaço onde se torna plausível tramar as nuanças humanas, as quais podem ser descritas como partes de uma utopia persistente como acontece no recorte artístico d'Os Beatles em apreço, identificando assim que os "[...] limites que margeiam lembranças sem estimular ou evocar uma ação presente, e sem um encontro dialético para preparação do futuro" (PLAZA, 2008, p. 6), em tempos da dissolução dos valores, em tempos de utopia na distopia.

No legado d'Os Beatles, aquilo que a crítica aponta como movimento carregado de elementos da contracultura, enriquecido pela consciência estética com a linguagem imagética do movimento *Hippie* e suas contribuições multissensoriais, fez da beatlemania um *locus* de prevalência da utopia em tempos de dissolução dos valores humanos pela distopia, a qual persiste com a questão do inconsciente sociocultural no imaginário coletivo.

Pepperland e o mundo presente, mais uma vez. Este texto espera que todos e todas tenham feito uma viagem boa a bordo do Submarino Amarelo para que seja possível observar o unívoco a partir das lentes pedagógicas, as lentes mais sensíveis da arte de Aprender e Ensinar, sem que a escola seja um cenário urbano por onde muitas pessoas passam para colecionarem angústias.

REFERÊNCIAS

BARBERO-MARTÌN, Jesús. **Dos Meios às Mediações:** Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARBERO-MARTÌN, Jesús. **A Comunicação na Educação.** Editora Contexto: São Paulo, 2014.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRANDÃO, Alberto. Luis. **Teorias do Espaço Literário.** Belo Horizonte: Perspectiva, 2013.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos.** Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

CLAEYS, Gregory. **Utopia:** a história de uma ideia. Trad. Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Desconstrução e Ética:** ecos de Jacques Derrida. RJ: PUC; SP: Loyola, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Desconstrução e Ética:** ecos de Jacques Derrida. RJ: PUC; SP: Loyola, 2004.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** Trad.: Hélder Godinho. São Paulo: Martins. Fontes, 2014.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos:** do Mito de Prometeu a Cultura Digital. Rio de Janeiro: Ediouro. 2007.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve História da humanidade. Tradução Janaina Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

LEARY, Timothy. **Flashbacks:** surfando no caos. Trad. Helio de Melo. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

MARTIN, George. **Paz, amor e Sgt. Pepper's.** Rio de Janeiro: Dumará, 2017.

MENZIES, Gavin. **O Império Perdido de Atlântida:** o maior mistério da história revelado. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2015.

MORE, Thomas. **Utopia.** Trad. Márcio Meirelles Gouvêa Junior. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

MORRISON, Bill. **Yellow Submarine.** Trad. Bruno Dorigatti. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

NAQUET-VIDAL, Pierre. **Atlântida:** Pequena História de um Mito Platônico. Editora UNESP: São Paulo, 2008.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

SPITZ, Bob. **The Beatles:** the biography, New York: Little Brown and Company, 2005.

THE BEATLES. **Antologia.** São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2001.

WULF, Christoph; BAITELLO, Norval Junior. **Emoção e imaginação:** os sentidos e as imagens em movimento. S. Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

10

jornalismo televisivo

10

Os discursos emergentes como as novas fontes do jornalismo televisivo

Melissa Cristina Brum[1]
Tacia Rocha[2]

O presente artigo traz um recorte da monografia *#Isso nem a Globo e nem o Twitter mostram: o efeito de democracia nas práticas discursivas convergentes.* Com o propósito de demonstrar o resultado da análise comparativa utilizada no *corpora* da monografia focamos então no desdobramento dos capítulos metodológicos da tese original.

Assim, iniciamos entendendo que dispositivos como jornal impresso, rádio e televisão, fizeram e ainda fazem parte de muitos lares como os primeiros meios de comunicação em larga escala. Essas mídias em massa visavam "atingir" o público acreditando num pressuposto de passividade deste. Assim, as fórmulas empregadas nas técnicas de produzir conteúdo tinham como objetivo o alcance exponencial do que Bourdieu (1997) chama de audiência. No entanto, pela falta de conexão inversa, ou seja, partindo do destinatário para o emissor, a comunicação tinha como ponto a unilateralidade.

Porém, com a democratização do acesso às tecnologias, jovens e adultos iniciaram a quebra dessa característica sendo autores de seus próprios conteúdos e movimentando opiniões acerca da maneira

[1] Graduada em Jornalismo (UNIFAMMA). E-mail: melissacristinabrum@gmail.com
[2] Mestra em Letras (UEM), professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na UNIFAMMA, integrante do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM. E-mail: tacia.rocha.f@gmail.com

de se noticiar das mídias tradicionais. A possibilidade de participar ativamente da formação de novos moldes sistematizados para o discurso constitui um dos pontos de resistência ressaltado por Foucault (1999) para a desconstrução da hierarquia discursiva.

Em especial, os avanços tecnológicos das mídias puderam oferecer suporte para que o público obtivesse maior acesso às informações, bem como avançasse de telespectador a produtor de conteúdo. O impulsionamento das redes de conexão aliadas às ferramentas eletrônicas, como os computadores e *smartphones*, aumentaram a participação desses sujeitos colaborando para uma recepção midiática crítica. Explanadas por Jenkins (2009), em seus estudos sobre convergência, essas asserções vão em direção ao pensamento adotado neste recorte da pesquisa por abordar as mudanças advindas de uma reorganização produtiva social.

Nesses novos espaços, os indivíduos encontraram estruturas fundamentais para a propagação (JENKINS, 2014) da liberdade de expressão. Pessoas que não obtinham meios para se fazerem ouvir numa sociedade viram nas plataformas *on-line* condições de veicularem seus discursos. Seguindo nesse contexto virtual, essas pessoas eram rodeadas por amigos e familiares, e o grupo de alcance se delimitava inicialmente àqueles com posicionamentos semelhantes[3], gerando identificação.

Com o desenvolvimento de uma *cibercultura* essas barreiras de proximidade foram difundidas por noções que prezam o relacionamento digital com indivíduos cada vez mais distantes. Essa mudança interferiu no comportamento e posicionamento dos sujeitos em um universo virtual, mas também refletiu suas consequências no cotidiano real de cada um. Esse então poderia ser o começo de um Contra-agendamento, movimento responsável pelo levante de novas fontes de informação para a produção de um conteúdo massivo (SILVA, 2010).

[3] Ainda que atualmente as organizações estruturais das redes propiciadas pelos algoritmos também privilegiam uma bolha de posicionamentos semelhantes, as possibilidades de deparar-se com opiniões opostas e, principalmente, debater sobre elas é maior do que a televisão devido ao fluxo de usuários e produções constantemente veiculadas. Além disso, o telespectador quando não se identifica com os ideais da emissora pode optar por não assisti-la. Enquanto que nas redes o usuário pode se identificar com a estrutura da plataforma e optar por não seguir perfis opositores, mas devido a estrutura do local, por vezes, ele ou ela irá se deparar com tais opiniões.

Com base nas proposições acima, abordamos por objetivo geral a compreensão das interfaces de atuação do quadro "Isso a Globo não mostra", exibido pela revista eletrônica Fantástico, para a renovação profissional do campo jornalístico em uma comunicação democrática integrada aos discursos dos usuários da mídia social *Twitter*. Conforme propõe a noção de "poder" (FERNANDES, 2012), os veículos de comunicação interferem substancialmente para a manutenção de saberes, exercendo poder sobre a propagação das ações culturais. Também apresentando esse ideal de poderio midiático, no Contra-agendamento temos a formulação inversa de que as agendas do cidadão são derivadas dos meios hegemônicos. Além disso, também observamos que ele atua para uma renovação profissional do campo jornalístico ao cambiar os papéis do jornalista, do público e da informação (RECUERO, 2009).

Para tanto, tomamos por objetos: a) o quadro televisivo "Isso a Globo não mostra", exibido na revista eletrônica Fantástico aos domingos à noite. Nele, observamos o posicionamento do jornalismo em grandes veículos de comunicação pela influência das novas fontes. Com uma linguagem satírica e de gênero opinativo (MAGGIONI, 2011), a produção audiovisual reúne os principais temas debatidos na mídia social Twitter durante a semana na qual o quadro é exibido; b) o segundo objeto midiático selecionado em conformidade com a pauta retratada no quadro visa explanar o ponto inicial das discussões. Trata-se do mapeamento (SILVEIRA, 2015) pelo recurso das *hashtags* na plataforma digital Twitter.

Considerando esse cenário de narrativas em meios opostos e por formatos e tratamentos distintos, suscitam-se dúvidas em referência à existência de uma narrativa democrática, impulsionada por novas práticas jornalísticas. Portanto, tomamos como problematização para a pesquisa o questionamento: o quadro televisivo, "Isso a Globo não mostra", constitui-se como uma comunicação democrática enquanto as movimentações da rede por sujeitos-usuários agregam ao jornalista uma nova ferramenta prática de produção massiva?

Formação do *corpora* e encaminhamentos analíticos

Destacamos que devido ao fluxo intenso de objetos passíveis de análise no Twitter (*hashtags* e *tweets*), tornou-se imprescindível a realização dos seguintes recortes por: a) tema; b) capital social dos usuários; c) regularidade. Sendo assim, monitorou-se durante a semana do dia 28/10/2019 à 2/11/2019 (segunda-feira a sábado) as principais *hashtags* encontradas nos *Trending Topics*. Ressaltamos que os horários escolhidos para o monitoramento (15h à 00h) se deu pelo resultado de pesquisas divulgadas pela Rock Content[4] (2018), uma instituição de reconhecimento nacional voltada à consultoria de marketing de conteúdo para outras empresas.

Segundo a empresa, os horários em que o usuário do Twitter encontra-se mais ativo é dentre o período das 09h às 12h. No entanto, deve-se considerar que por proporcionar conteúdo voltado para a produção publicitária, pode haver divergências de objetivos. Mas, para esta pesquisa, nos interessa saber sobre o tráfego da rede de forma geral, não especificando a intencionalidade destes. Por este motivo, optou-se por verificar a atuação dos usuários após os horários de pico com o propósito de avaliar os efeitos resultantes de suas movimentações. Assim, adotamos tal informação como parte do *corpora* de execução da metodologia.

Após a verificação diária das *hashtags* nos *Trending Topics* durante a semana, aguardou-se a exibição do quadro "Isso a Globo não mostra" no Fantástico no domingo à noite (03/11) para verificar a regularidade, primeiramente, das temáticas contidas entre ambos os objetos. Após a confirmação da primeira etapa de análise, nos debruçamos novamente no inspecionamento das *hashtags* no Twitter e, dessa vez, nos comentários dos usuários que utilizaram a "etiquetagem" recortada.

Pretendeu-se, nesta etapa, selecionar entre os milhares de tuítes

[4] A Rock Content também divulga em suas pesquisas o funcionamento dos algoritmos do Twitter. Ela especifica que apesar de trabalhar sob a premissa de códigos que são organizados de acordo com as preferências do usuário, a rede não pode perder sua característica de instantaneidade cronológica. Assim, além de permitir a visualização das publicações dentro do grupo de seguidores, também direciona postagens que ganharam grande repercussão.

aqueles que serão válidos para nossa análise, por isso, utilizamos o segundo critério de recorte: o capital social do usuário. Que como explanado pela autora Recuero (2009), trata-se do reconhecimento atribuído por outros usuários com base na atuação discursiva dentro da rede resultando em capitais diversificados. Tendo isto em mente e reunindo somente as *hashtags* com temática abordada no quadro, trouxemos para a análise somente um comentário por *tag,* sendo o escolhido aquele que tivesse maior número[5] de validações de terceiros (curtidas, retuítes e comentários).

Por fim, com os tuítes agrupados e em busca da regularidade discursiva, analisou-se a presença dos enunciados formulados na rede *on-line versus* a produção do quadro na Rede Globo. A análise dos tuítes foi realizada de forma a considerar os seus enunciados, por conseguinte, como o quadro apresenta um discurso verbal e imagético também avaliamos estes dois aspectos. Para isto, contou-se com o recurso da inserção de *frames* transcritos em consonância com os signos incutidos nas imagens e sua sequência enunciativa.

O intuito foi verificar a posição dos sujeitos-usuários em relação aos acontecimentos e se a emissora, por sua parte, adotaria tais posicionamentos discursivos e simbólicos de forma regular àquela produzida no Twitter. Como prevê Foucault (FERNANDES, 2012), dentro do conceito de formação discursiva aborda-se a necessidade de reconhecer os universos discursivos distintos e saber que para agrupá-los se torna imprescindível a regularidade temática e identitária. Portanto, entendemos por formação discursiva, neste trabalho, um conceito orientativo de análise que possibilita o destrinchamento de enunciados que se convergiram transformando-se em outros.

> Os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas obedecem a regras de formação que refletem as condições de existência (mas também de coexistência, manutenção, de modificação e de desaparecimento) de determinada formação discursiva. Uma formação discursiva caracteriza-se pela existência de um conjunto

[5] Neste caso, descartamos os comentários de perfis verificados por representarem pessoas públicas e que, muitas das vezes, não conquistaram seu capital social pela atuação no Twitter e, sim, por outros meios como é o caso de atores e atrizes de emissoras televisivas.

> semelhante de objetos e enunciados que os descrevem, pela possibilidade de explicitar como cada objeto do discurso tem, nela, o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que a engendram derivam de um mesmo jogo de relações. (FERNANDES, 2012, p. 27).

Sob a perspectiva de uma produção chargista do quadro, abordamos o gênero jornalístico pela intencionalidade de evidenciar o formato como uma prática discursiva para a representação dos enunciados agrupados nas redes emergentes (*twitteiros*). Bem como, em explorar o poder informativo adquirido pelos grandes meios por "alimentar-se" de outras fontes e posições para produzir conteúdos e (re)produzir a prática discursiva às mesmas. O discurso como ferramenta e exposição de lutas políticas e ideológicas não pode deixar de ser problematizado pelo intrincado jogo de (re)validação quando conveniente.

Do mesmo modo como ocorreu ao discurso encarcerado nos hospícios, é do interesse das estruturas hegemônicas sociais controlar os enunciados que se dispersam dando margem para revoltas dos subalternizados. "Nessa acepção as relações de poder se constroem e as representações de poder confrontam-se e alteram-se, mudando, consequentemente o lugar de onde vozes emitem enunciações, de onde os discursos são produzidos" (FERNANDES, 2012, p. 28). Inicia-se assim, um complexo estratagema de censura/interdição que não se exclui do campo jornalístico devido ao fato de os grupos de comunicação disputarem por audiência, e consequentemente, pela transformação das relações sociais em um capital valorativo.

Jornalismo em discurso: uma análise metodológica das regularidades presentes no quadro "Isso a Globo a não mostra" e a rede social Twitter

O programa Fantástico, denominado revista eletrônica e criado em 1973[6], ficou conhecido por retratar assuntos variados do cotidiano comum das pessoas. Adotando o slogan de "Show da Vida", ainda utilizado até o momento desta pesquisa, adquiriu desde a primeira exibição uma editoria jornalística, justamente por compor em sua equipe produtiva profissionais da área. Com um reconhe-

[6] Informações extraídas do site oficial Globo.com.

cimento nacional pela produção de matérias com denúncia sobre corrupção das mais variadas formas é visto popularmente com credibilidade pela "postura" formal.

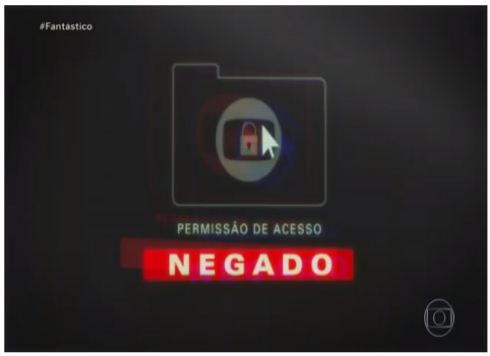
Entretanto, seu mais novo quadro intitulado "Isso a Globo não mostra", exibido pela primeira vez em 20 de janeiro de 2019, destaca-se pela característica do humor escrachado com recortes das programações internas e outros produtos veiculados em mídias como Twitter, Facebook, Instagram e entre outros. Sem data prévia para o fim, o quadro remete ao estilo de gênero jornalístico opinativo pelo tratamento dado à informação, sem isentar o posicionamento do veículo ou jornalista nos entremeios do fato.

Dentro do gênero opinativo elencamos a charge como formato representativo para a produção do "Isso a Globo não mostra". Apesar de ser comumente utilizada pelo jornalismo impresso por meio das ilustrações caricatas e satíricas, no quadro nota-se a presença de elementos do formato condizentes com a charge. Durante os menos de cinco minutos de exibição, outra similaridade com o estilo que geralmente não é muito delongado, as imagens em movimento com linguagem falada são atributos icônicos das produções que visam criticar um fato, sendo esta outra característica: a presença de um contexto real para debate.

Como explica Maggioni (2011, p. 24-25) "ele se baseia no espaço e no tempo do acontecimento, e juntamente com a caricatura, só adquire sentido no espaço jornalístico". Assim, o programa retoma nesta produção os acontecimentos semanais utilizando de forma caricata os "personagens" reais e transformando-os com edições humorísticas em produtos de avaliação do telespectador. Além disso, o quadro é composto por esquetes com a estética das produções realizadas na Internet, assim, os novos discursos são feitos por reconstruções de enunciados distintos já proliferados, e que ao se agruparem em um diferente contexto de produção, ganham novos sentidos. Nosso entendimento quanto ao gênero jornalístico charge é confirmado, portanto, tanto no modo como é produzido o quadro com o manejo dos recursos audiovisuais e narrativos, quanto em relação à definição que a própria emissora atribui ao quadro na Fi-

gura 1, em : "[...] o quadro de humor do Fantástico, veja as notícias da semana tratadas de uma forma leve [...]".

Figura 1 - Apresentação do quadro "Isso a Globo não mostra"



'Isso a Globo Não Mostra'; veja o 42º episódio

No 42º episódio do 'Isso a Globo Não Mostra', o quadro de humor do Fantástico, veja as notícias da semana tratadas de uma forma leve, além de brincadeiras com cenas exibidas na programação da Globo.

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Somado à questão do gênero charge, consideramos como a estética do quadro remete ao universo digital por simular a tela de computador entre as passagens das esquetes e inserir sonoplastia dos barulhos feitos por um teclado em uso, assim, também reforça-se a mensagem das movimentações pautadas pelo usuário *on-line* das redes. É importante destacar que este "resumo" semanal dos principais acontecimentos do momento no Brasil e no exterior não foi algo idealizado pioneiramente pela Rede Globo.

Outros veículos de jornalismo como o Nexo Digital, Veja e Estadão propõem produções com objetivos semelhantes: agrupar destaques das notícias da semana de modo resumido para a audiência. No caso do Nexo, é feita a produção de um vídeo semanal divulgado na rede Youtube com o título de "Extratos da Semana". Nele, os assuntos são mencionados entre três e cinco minutos pela presença imagética de jornalistas no ambiente da redação.

Em comparativo, ambas as produções (Nexo e Rede Globo) apre-

sentam similaridades de conteúdo temático ou modalidade enunciativa (FERNANDES, 2012) reforçando o propósito do quadro do Fantástico em apresentar as pautas diferenciando-se dos materiais já veiculados nas mídias, mesmo que estes apresentem distintos formatos (digital *versus* televisivo).

Neste sentido, também consideramos que a própria escolha do nome "Isso a Globo não mostra" faz referência às críticas suscitadas pelo público *on-line* por conteúdos que estes dizem não encontrar na programação diária da emissora. Ao longo desta análise veremos que o nome escolhido não somente diz respeito a estes apelos do telespectador, mas também fornece críticas a eles e suas produções na rede, justamente pelo formato de charge que expõe ao julgamento os padrões da Internet.

E por padrões, entraremos na discussão sobre a estrutura do Twitter, aqui trabalhado como um novo gênero visto que ao estipular 280 caracteres e predispor um comportamento dos usuários que o utilizam também se encaixa dentro de um formato discursivo. Assim, observamos que, independente do veículo, todos são responsáveis por uma pré-censura enunciativa. A diferença consiste no grau de acesso, de alcance e, portanto, de repercussão das temáticas.

Deste modo, o Twitter caracteriza-se pela simultaneidade e agilidade na produção e na proliferação de informações ao integrar temáticas abordadas por indivíduos espacialmente distantes uns dos outros, mas temporalmente aproximados pelo debate "ao vivo". É justamente por esta peculiaridade que se tornou possível o sujeito-usuário contra-agendar as pautas jornalísticas visto que o intenso movimento nas redes emergentes é do interesse da comunicação quando alcançam o domínio público e impactam nas decisões individuais e coletivas do cidadão.

Só vale a ressalva que o Twitter, apesar de possuir seus horários de tráfego intenso, é constantemente alimentado pelas produções dos usuários visto que ele fornece para esses sujeitos um local em que possam divulgar seus discursos muitas vezes movimentados por ações externas e que não são previstas. Os *Trending Topics* são constantemente alterados pela atuação dos algoritmos e, na maior

parte das vezes, o conteúdo direcionado a cada perfil de usuário será formulado de acordo com localidade e com as preferências de conteúdo registradas pelos dados de navegação.

"Isso só a gente mostra": análise comparativa das materialidades entre Twitter e o quadro do Fantástico

Para efeito de comparação, reunimos sete *hashtags* que estiveram presentes nos *Trending Topics* durante a semana em horários alternados conforme mencionamos no capítulo metodológico. As *hashtags* sofreram recortes com base na regularidade temática presente entre o quadro e o TT[7], sendo, portanto, uma seleção dentre tantas outras que foram encontradas, mas que não estabeleceram similaridade/regularidade com a produção televisiva. Deste modo, as *hashtags* analisadas nesta pesquisa serão: #1anodedesgraça; #Marielle; #BolsonaroTraidor; #BolsonaroAssassino; #Quemestavanacasa58; #toletedeesterco; #Oporteironãomentiu.

Como pode se notar todas as *hashtags* selecionadas estão vinculadas às temáticas políticas (em seu conceito estrito), na qual a discussão sobre poder é acirrada pelos benefícios que ocupar um cargo político público representa em relação à tomada de decisões relevantes para manutenção do Estado tal qual se organiza contemporaneamente. Assim, para Foucault (1999), estar a par do domínio discursivo é fundamental quando se deseja exercer controle sobre as manifestações públicas populares. Vejamos atentamente a primeira *hashtag* analisada:

[7] Abreviação popularmente utilizada para Trending Topics.

Figura 2 - *Trending Topics*: #1anodedesgraça e #1AnoDaVitoria

Fonte: Twitter (2019, destaque nosso).

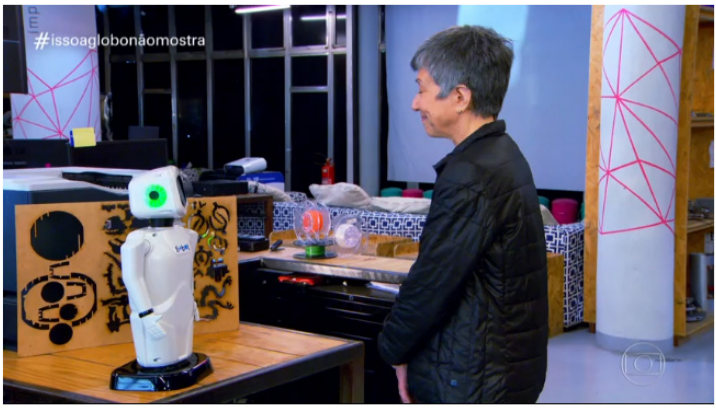
Na imagem acima inserida, observa-se a presença de duas *hashtags* por nós destacadas. Uma delas (#1anodedesgraça) é mencionada nesta pesquisa por apresentar regularidade com a temática do quadro, a outra (#1AnoDeVitoria), muito similar, mas com posicionamento ideológico contrário, não foi retratada pelo "Isso a globo não mostra". Destacamos assim, uma primeira distinção no modo como as práticas discursivas circulam nessas duas mídias:

a) no Twitter é frequente a visibilidade de TT's com posições contrárias, como um ato de disputa discursiva de grupos de usuários, numa verdadeira arena de lutas. Isso porque "[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1999, p. 10). Os sujeitos em debate lutam, portanto, para se apoderar do discurso agindo com as ações disponíveis no Twitter: tuitar, retuitar, curtir e comentar, alavancando a formação discursiva à qual se filiam;

b) já a emissora optou por estabelecer um posicionamento condizente com a primeira *hashtag* (#1anodedesgraça) ou que serve melhor aos seus propósitos críticos. É também coerente com o discurso que ela vem veiculando, ou melhor, defendendo ao longo da existência do quadro em questão, avesso e contestatório às decisões do atual governo, ou seja, um ano de desgraça. Tal escolha demonstra o que Bourdieu (1997) classifica como a censura produzida pela televisão ou na perspectiva de Foucault (1999), a interdição que ocorre principalmente nas regiões da sexualidade e da política.

Ressaltamos que durante a mesma semana do monitoramento realizado no Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro (PSL), fez uma transmissão ao vivo em sua rede social pessoal, no dia 29 de outubro de 2019, em que se mostrava exaltado perante uma matéria jornalística da TV Globo denunciando o possível envolvimento de sua família na morte da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinada em 2018. Além da resposta inserida pela emissora em seus telejornais, como o jornal O Globo, notamos em todo o episódio, no domingo (03/11), a presença de um discurso televisivo voltado para rebater as críticas de Bolsonaro. Essa posição da emissora é explicitada em *frames* do vídeo.

Figura 3 - *Frame* 1: "Isso a Globo não mostra"



'Isso a Globo Não Mostra'; veja o 42º episódio

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Neste primeiro *frame,* podemos mencionar a tentativa discursiva da Rede Globo em expor à chacota o próprio discurso do chefe de Estado, associando a imagem dele à de um robô (Quadro 1), que segundo a matéria, após dois anos de testes é capaz de falar seu nome. Ou seja, um grande avanço para a tecnologia, mas para o sentido de comparação entre o papel de uma tecnologia e a substituição do ser humano para tomadas de decisão pode ser considerada deficiente, assim como o preparo do presidente.

Quadro 1 - Transcrição de trecho que faz menção à *live* de Jair Bolsonaro

SE1
_ William Bonner: [...] exemplos de como os computadores substituíram os seres humanos em atividades que exigem tomadas de decisão. _ Repórter: Esse robozinho nasceu há dois anos e meio e já sabe dizer quem ele é. _ Robô: Vocês TV Globo, o tempo todo infernizam a minha vida, porra! Onde vocês querem chegar? Eu não sei... Vocês não têm vergonha na cara!

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

A substituição da resposta original do robô apresentado na matéria pela fala de Jair Bolsonaro é fundamental para esta percepção acerca do intuito enunciativo do discurso. Ao colocar um trecho recortado da *live* de JB em lugar ao do objeto tecnológico, a emissora ressalva a mensagem de que o presidente se equipara à inteligência limitada de um produto inacabado e que sabe, somente, repetir os mesmos enunciados programados.

Isso posto, para fazer a análise comparativa já identificamos que a emissora utilizou de uma comunicação convergente reagrupando enunciados das mídias sociais, que foram altamente movimentadas por este acontecimento (*live* do Bolsonaro), para com base na mesclagem deles e de suas produções internas, mediatizar uma mensagem de humor e ironia que desvaloriza os ataques do presidente.

Assim, consequentemente, também expõe ao telespectador a postura imagética antidemocrática do líder de Estado perante a atuação profissional de jornalistas que cumpriam seu dever ao divulgar informações de relevância pública social, atendendo aos

preceitos constitucionais do direito de imprensa e ao cidadão, o direito à informação. Veja o primeiro recorte do vídeo do Fantástico:

Figura 4 - *Frame* 2: Primeira temática do episódio "Meu filho nunca faria isso"

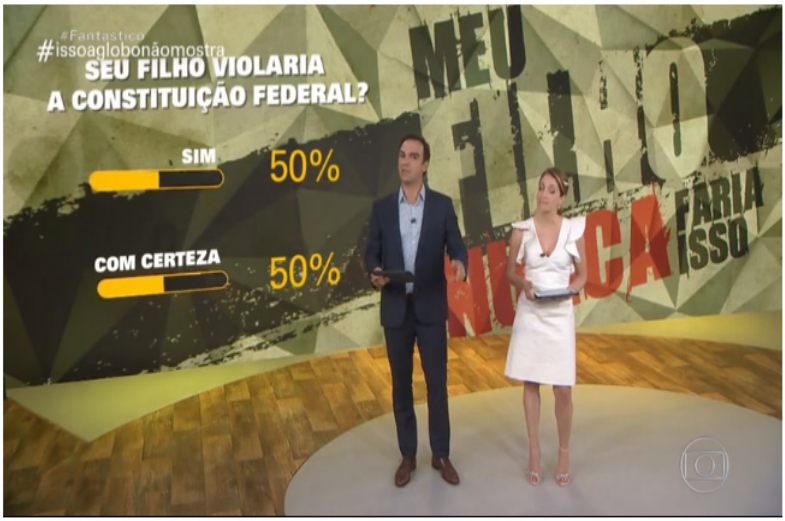
Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

A primeira temática abordada no quadro está relacionada ao TT #toletedeesterco. Durante entrevista concedida originalmente ao canal da jornalista Neda Nagle, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, defendeu a volta do Ato Institucional nº 5 caso os movimentos de esquerda se tornassem "radicais". Esta pauta movimentou os jornais e, principalmente, as mídias sociais durante o período de nosso monitoramento. Os usuários logo passaram a discutir sobre a declaração, alguns se manifestando contra o discurso de Eduardo e aproveitando para expressar insatisfação sobre o mandato de seu pai. Outros, utilizando o Twitter para explicar a intencionalidade da fala na entrevista como meio de a justificar.

O episódio do "Isso a Globo não mostra" adotou uma perspectiva crítica inserindo trechos da entrevista com recortes de outras produções. Uma delas, era uma cena do próprio Fantástico em que

os âncoras comentavam sobre uma pesquisa ao público durante o programa no quadro "Meu filho nunca faria isso":

Figura 5 - *Frame* 3: "Meu filho nunca faria isso"



'Isso a Globo Não Mostra'; veja o 42º episódio

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Como podemos compreender a partir do *frame* 3, em lugar de uma questão real, inseriram a indagação: "seu filho violaria a constituição federal?" As respostas à enquete são "sim" e "com certeza", ambas com 50% de resultados (Figura 5). Essa ironia se dirige ao filho do presidente e sua proposta inconstitucional de acordo com as leis democráticas como demonstra a sequência discursiva (SE2):

Quadro 2 - Transcrição de trecho que faz menção à declaração de Eduardo Bolsonaro sobre o AI5

SE2 _ Tadeu Schmidt: Então vamos lá! A gente fez um teste para saber se tem filho que perde completamente a noção da realidade. E aí a gente vai descobrir se o que os pais imaginam na teoria, vai acontecer na prática.

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Como demonstra o discurso do apresentador Tadeu Schmidt (SE2), a TV Globo é contrária à posição antidemocrática adotada por Eduardo Bolsonaro. Esta prática discursiva é materializada nos termos "filho que perde completamente a noção da realidade", ou seja, a declaração de Eduardo é desconexa com o regime de verdade proposto pela atual democracia. Além disso, retoma a memória discursiva sobre a posição adotada pelo jornal "O Globo", veículo do Grupo Globo, em 2013, quando publicou reconhecimento pelo erro em apoiar editorialmente ao golpe de 64. O texto foi editado e veiculado no Jornal Nacional, da TV Globo, tendo William Bonner como porta-voz do pronunciamento, cujo trecho abaixo foi destacado e negritado a seguir:

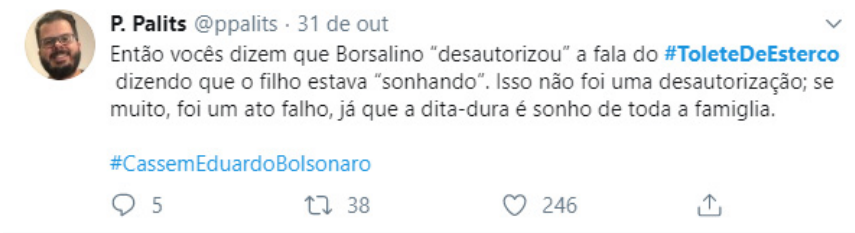
> À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. **A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma**.

Com o trecho destacado e a posição discursiva mantida pela TV Globo tanto no pronunciamento quanto em "Isso a Globo não mostra", podemos interpretar que o quadro é uma espécie de retratação editorial com o Brasil, seguindo os preceitos por ela reforçados: reconhece, à luz da história, que foi um erro apoiar editorialmente o golpe de 64 e que a democracia "só pode ser salva por si mesma", sendo ela "um valor absoluto". Quem são os "pais que imaginavam que na teoria" o filho seria um antidemocrata? Podemos dizer que tanto os telespectadores que apoiam esta prática discursiva quanto aqueles usuários que se valem das mídias sociais para exprimir seus enunciados, nesse regime de verdade, como mostra o TT #toletedeesterco.

Nesse sentido, levando em conta os movimentos de discussão do Twitter, elencamos o comentário de maior validação social (ex-

cluindo-se aqueles de perfis verificados) por outros usuários como base para tracejar, em específico, uma linearidade entre o enunciado no programa e suas formações discursivas nas produções "originais" dos usuários. Como pode-se notar na figura abaixo, as críticas direcionadas ao Eduardo Bolsonaro também abarcaram sua família e ao contrário do que se preza na linguagem televisiva, o Twitter não adere censuras contra palavras de baixo calão (Figura 6).

Figura 6 - Tuíte #ToletedeEsterco



Fonte: Twitter (2019).

O tuíte acima possui, de certa maneira, similaridade com a questão proposta pelo Fantástico, pois o que o "pai só imaginava na teoria, na verdade, também acontece na prática". Desse modo, o usuário ao usar a expressão "ato falho" retoma o saber psicanalítico freudiano que Bolsonaro "deixou escapar" seu desejo mais íntimo. Assim, quando diz que o presidente apelidado de "Borsalino" não desautorizou o enunciado do filho, entende-se que este enuncia o que toda família sonha que aconteça - a ditadura militar. Ele termina seu texto apelando por meio da *hashtag* "#CassemEduardoBolsonaro", o deputado mais votado do Rio de Janeiro.

Por conseguinte, para evidenciar o percurso que os enunciados realizaram, a *hashtag* #ToleteDeEsterco surgiu após um outro tuíte, desta vez do político Ciro Gomes, em que se referia a Eduardo como "tolete de esterco" pela entrevista dada (Figura 6). Mesmo após a produção do quadro, e o que seria o fim da instantaneidade e novidade do assunto, os debates *on-line* não cessaram. Ao contrário,

com a exibição do Fantástico, novos discursos surgiram propiciando discussões ainda mais acirradas pelo lado não retratado no "Isso a Globo não mostra". Como é o caso do perfil @OlavoOpressor, criado em homenagem a Olavo de Carvalho por seus apoiadores, que tuitou em 11 de novembro de 2019:

> Na famosa declaração do Eduardo Bolsonaro sobre o AI-5, tudo o que ele fez foi apontar a uma possibilidade histórica e expressar sua esperança de que ela não se realize. Os analfabetos funcionais que superlotam o Congresso entenderam isso como um apelo ao retorno do AI-5.

Por estar diretamente ligado e dependente ao contexto e historicidade social para significação, o enunciado discursivo constituído no quadro poderia não surtir o mesmo efeito caso adiasse sua veiculação para outro momento. Esta produção participativa e pautada inicialmente pelas redes emergentes na Internet, considera, de fato, os posicionamentos ideológicos dos sujeitos-usuários.

Na figura 6, analisa-se que além do recorte posicional ser semelhante ao do Fantástico, ele também se baseia em outros discursos para produzir o próprio enunciado quando menciona "então vocês dizem", referindo-se a outras discussões anteriores à sua. Não é do interesse desta pesquisa destrinchar lexicalmente as palavras e frases para análise, mas evidenciar no agrupamento das escolhas finais dos indivíduos, o enunciado surtido, ao invés de tantas outras opções.

No quadro chargista, a esquete se encerra com a frase afirmativa "Meu filho faria isso", retomando a questão utilizada logo no início para demonstrar um sentido de insensatez por parte das ocasiões suscitadas pelo filho do presidente. Além de ganhar credibilidade com uma audiência que compartilha da mesma opinião, a emissora também dá e toma parte do capital social dos usuários que anteriormente já foram responsáveis por aquela informação de outro modo (RECUERO, 2009).

Dando continuidade ao desdobramento temático do quadro, a próxima representação trabalhada pela Rede Globo une as pautas discutidas pelas *hashtags* #Marielle; #BolsonaroAssassino; #Que-

mestavanacasa58; #Oporteironaomentiu; #BolsonaroTraidor. Neste trecho, tem-se a representação de todas as problemáticas e escândalos envolvendo o governo atual por meio de uma cena do mundo animal em que hienas e leões se confrontam.

Figura 7 - *Frame* 4: Segunda temática do quadro "Isso a Globo não mostra"

'Isso a Globo Não Mostra'; veja o 42° episódio

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

O quadro, contudo, mantém intertexto com vídeo publicado pelo próprio presidente em suas mídias sociais e apagado após horas da publicação devido a grande repercussão, em parte, negativa pela atitude de JB. Nele, mostra-se a representação de Jair Bolsonaro como um leão cercado por hienas que pretendem atacá-lo, para estas hienas foram inseridos nomes por meio de edição em que se referia aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), partidos políticos e veículos de comunicação.

Fica-se entendido pela escolha de imagem que o programa teve como objetivo mencionar as publicações do presidente na conta pessoal do Twitter envolvendo os animais e os supracitados "atacantes". Apesar desta *tag* não constar nos *Trending Topics* da semana em questão monitorada, atribui-se esse fato ao próprio comporta-

mento dos usuários e suas manifestações sobre o assunto. O programa, por sua vez, utilizou esta referência para incutir outras temáticas que simbolizam o "ataque" ao presidente, como o assassinato de Marielle Franco, as manchas de óleo no litoral nordestino, as ofensas a figuras políticas públicas internacionais e entre outros.

Refletimos que assim, o "Isso a Globo não mostra" se utilizou não de um comentário comum para fundamentar sua matéria audiovisual, mas de uma pauta iniciada por uma figura pública com o intuito de escrachar o discurso desta e adotar novo sentido ao tirar o caráter de "vítima" para "causadora de problemáticas". Novamente, adotando uma mensagem irônica e humorística para atenuar o peso de sua imparcialidade, o que com o auxílio do formato charge e da "responsabilidade" do Contra-agendamento midiático digital é eficiente para criticar e "assoprar" ao mesmo tempo.

Quadro 3 -Transcrição de trecho que insere vídeo sobre leão e hienas

SE3 _ Faustão: O mundo é das hienas. Solta aí! - É o único animal da natureza que desafia o leão. _ Cê tá brincando, olha aí bicho! _Quem será que ganha essa briga? _ A hiena quer dizer que não tem medo de leão, é isso? _ Não, ela não tem medo do leão... _ Ih, o leão se mandou, olha lá... _ Eles vão pra cima e a hiena acaba ganhando a presa no final das contas...

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Ao fim da esquete, o desfecho se dá com o leão sendo afugentado pela hiena, um momento com discurso simbólico fundamental para a interpretação do posicionamento ideológico da emissora. Visto que a Rede Globo também foi representada no vídeo de Bolsonaro como sendo uma das fontes de ameaça ao presidente, inserir um trecho em que a dita "ameaça" afugenta o animal de poder enuncia um discurso de não intimidação por parte da rede televisiva global.

Por último, e com o discurso mais direto pelo critério de resposta às ofensas recebidas na transmissão ao vivo do líder de governo e

mencionadas na figura 3 (*frame* robô), o quadro humorístico obteve como recurso a repetição das falas de Bolsonaro em que ele menciona o nome "TV Globo". Esta, por sua vez, contabilizou o número de vezes em que foi citada por ele, explorando sua imagem de nervosismo para enunciar uma simbologia satírica da obsessão do governante em responsabilizar as ações da emissora como a causadora de todos os seus infortúnios.

Figura 8 - *Frame* 5: Terceira temática do quadro "Isso a Globo não mostra"

'Isso a Globo Não Mostra'; veja o 42° episódio

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Terminando com um trecho da gravação de telenovela em que a atriz diz "Caramba, ele está obcecado mesmo" para complementar o sentido adotado na contagem e se eximir de qualquer responsabilidade perante suas ações de jornalismo investigativo que suscitaram a reação de Jair Bolsonaro. Em relação ao Twitter, analisamos a *hashtag* #BolsonaroTraidor (Figura 9):

Figura 9 - Tuíte sobre #BolsonaroTraidor

Fonte: Globo.com/Fantástico (2019).

Pela Figura 9, destaca-se a junção de duas das *hashtags* abordadas em regularidade com o quadro "Isso a Globo não mostra". Nela, repara-se a presença de elementos como "O Bozo", apelido depreciativo dado ao político durante a campanha presidencial pelos opositores de sua carreira e que permanece vivo nos enunciados de quem se opõe ao governo Bolsonaro circulando no Twitter.

A usuária utiliza de tal nomenclatura para em sequência afirmar que ele "chorou, se vitimizou, tirou os óculos, colocou novamente" enfatizando a falta de argumentos do presidente e seu comportamento mal visto por ela pelo despreparo e descontrole em responder aos cidadãos publicamente. Tal apelido posiciona uma rede de signos aproveitada pelo Fantástico para justamente ironizar criticamente a atuação de Bolsonaro. Além disso, pela constante repetição de temáticas envolvendo o acima referido incute a mensagem de que a emissora não pretende deixar de produzir suas matérias jornalísticas em benefício deste.

Como mencionamos no início deste capítulo, consideramos a produção da Globo mais do que uma tentativa em explorar conver-

gentemente as novas tendências de conteúdo e abarcar uma cultura participativa dos cidadãos comuns como produtores de informação. Mas, também, em se caracterizar como uma resposta nacionalmente divulgada para aqueles que criticam sua atuação e editoria evidenciando com produções escrachadas os formatos usuais das redes *on-line* como Twitter para incitar um discurso de inferioridade.

O "Isso a Globo não mostra" é representativo aos movimentos emergentes contra hegemônicos, mas, apesar de formular um novo padrão produtivo e com fontes distintas, pelo menos no que tange a televisão e jornalismo, como Bourdieu (1997) destaca, continuam sendo fatos-ônibus e que não contribuem integralmente para uma democracia comunicativa, pois tem como base a exaltação da forma que visa estarrecer o telespectador. Intuito que se confronta com a charge, pois esta última, apesar de também ter o formato como fundamental para sua existência se constitui dessa forma pela junção do modelo à mensagem. Assim, a charge acaba sendo evidenciada pela historicidade do efeito comunicativo crítico.

Considerações finais

Exposto isto, com o propósito de delinear a pesquisa, indagamos se o quadro televisivo se constitui como uma comunicação democrática enquanto as movimentações da rede por sujeitos-usuários agregam ao jornalista uma nova ferramenta prática de produção massiva? Ao que concluímos, com base na análise realizada de modo comparativo, que não se pode considerar o quadro "Isso a Globo não mostra" como uma comunicação democrática, apesar dos discursos presentes no Twitter contribuírem sim para uma nova atuação jornalística. O quadro defende a democracia em frente aos acontecimentos de ameaça contra a comunicação, no entanto, não abre espaço para o discurso contraditório por não objetivar expor enunciados que defenda a censura.

Apesar de explorar vozes com posições ideológicas, por vezes, retratadas na mídia tradicional como "rebeldes" e "desvalorizadas",

pelo o entendimento de uma produção democrática é necessária à existência de discursos com diferentes posicionamentos. Eles estão presentes no Twitter, mas não são retratados no quadro. Entretanto, consideramos que pela escolha do formato, nome do quadro e pautas, a emissora tinha como objetivo de comunicação usufruir das demandas *on-line* para criar um conteúdo informativo com características que atendessem a esse público conectado.

Por último, também notamos a presença de uma prática discursiva que tende expor à crítica os próprios formatos e discussões das mídias sociais. Aliando o nome "Isso a Globo não mostra" ao gênero opinativo chargista, que ironiza os enunciados dispersos pelas *hashtags,* têm-se em exposição, e ao escrutínio dos telespectadores, o que seriam esses conteúdos aos quais o público clama que a emissora de televisão Rede Globo insira em sua grade de programações. Sendo que na maior parte das vezes, o nome adotado ao quadro, é utilizado como ataque à televisão por seu posicionamento.

Mesmo com uma comunicação que ainda não pode ser considerada de todo democrática, evidenciar a consciência de produções marginalizadas que movimentam as pautas da população torna-se um grande avanço num país que politicamente tem-se combatido a prática jornalística por ser fundamental à manutenção dos direitos democráticos dos cidadãos comuns e da expressão máxima de suas ideologias.

REFERÊNCIAS

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem organizações Globo. **Globo**, 2019. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/2798447/. Acesso em: 17 nov. 2019.

BOURDIEU. Pierre. **Sobre a televisão.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997, p. 15-129.

FERNANDES, Claudemar Alves. Discurso e sujeito em Michel Foucault.

Intermeios, São Paulo, 2012, p. 13-97.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 5-79.

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. **Critérios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

ISSO a Globo não mostra. **Globo**, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/quadros/isso-a-globo-nao-mostra/noticia/2019/11/03/isso-a-globo-nao-mostra-veja-o-42o-episodio.ghtml. Acesso em: 13 nov. 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed, São Paulo: Editora Aleph, 2009, p. 7- 428.

JENKINS, Henry. **Cultura da Conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável**.** , São Paulo: Editora Aleph, 2014, p. 23- 373.

MAGGIONI, Fabiano. **A charge jornalística:** estratégias de imagem em enunciações de humor icônico. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011, p. 23-109.

MEMORIAL Globo. **Globo**, 2020. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/historia/. Acesso em: 28 jul. 2020.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das "Redes que importam": Redes Sociais e Capital Social no Twitter. **Líbero,** São Paulo, vol. 12, n. 24, 2009, p. 81-94.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. *In:* SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2:** a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, p. 1- 15.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. *In:* LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro: 2010, 3. ed., p. 84-104.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 211f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2015. p. 17- 210.

VÍDEO no perfil do presidente compara Bolsonaro a leão atacado. **Band Jornalismo**, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Rd0H4x4MblM. Acesso em: 17 nov. 2019.

11

educomunicação

11

A Educomunicação como proposta pedagógica para as Escolas Militares: permeando sobre as interfaces mídia e educação

Renata Mariely dos Santos[1]

O que é Educomunicação?

Segundo Ismar de Oliveira Soares, professor do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, a Educomunicação é um campo já não entendido somente como uma área voltada à compreensão dos efeitos da mídia sobre os usuários. "É um campo que inaugura um novo paradigma discursivo transverso, estruturando-se, pois, de um modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social" (SOARES, 1999, p. 65).

A nova área de reflexão sobre este binômio comunicação e educação é entendida como um desenvolvimento de ações voltadas para o estudo e a compreensão do lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação midiatizada, a democratização dialógica e a modificação do modo de

[1] Policial Militar. Possui Licenciatura em Pedagogia. Graduanda em Direito (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR). Pós- Gaduação em Direito Militar.

percepção que ela propicia, promovendo, em decorrência, o papel do trabalho criador, o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais. É justamente esta essência de desenvolvimento que embasa o trabalho diário das escolas em seus processos de formação.

De acordo com Soares (2000, p. 23), "a área é constituída pelas reflexões em torno da relação entre os polos vivos do processo de comunicação, assim como, no campo pedagógico, pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios". Segundo o autor, ao longo do tempo, o mundo assistiu à implantação de vários projetos de educação para os meios, priorizando uma reformulação de gestão da comunicação na escola. Entendendo, então, que a própria Educação é tomada como um espaço de comunicação na cultura que emerge da *Era da informação* ou *Era das Novas Tecnologias*, na qual a educação é obrigada a rever-se em seus paradigmas, a área da ciência da Educomunicação se faz importante para dar aporte uma reflexão maior: os paradigmas discursivos e de intervenção de uma gestão da comunicação eficiente nas unidades do saber. De acordo com ele, nesta leitura, é proposto um conceito e também uma proposta de prática da gestão comunicativa, que se caracteriza em um conjunto de procedimentos para garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos, das ferramentas de mídia e o exercício pleno da comunicação dialógica entre as pessoas que constituem a comunidade.

Dessa forma, o que importa não é somente assegurar a qualidade para os produtos da indústria cultural (como manifestações e críticas). A grande proposição é buscar formas de intervir nas matrizes de elaboração de programas e de produtos, por meio de produções geradas no espaço educativo. Ele utiliza os conceitos de Educação de Mário Kaplún, autor argentino, naturalizado uruguaio e que faz parte da Escola Latino-Americana de Comunicação, para justificá-la. Kaplún foi o primeiro teórico a usar o termo Educomunicação em 1987, para designar uma metodologia de Educação para a Comunicação baseada em análise das mensagens, e não dos meios; em

desenvolvimento de oficinas e não em mera exposição de conteúdos e a decodificação da ideologia das mensagens. Para isso, ele trabalhava três pontos: a cumplicidade entre o emissor e o receptor, a decodificação do código e a compreensão do funcionamento do sistema. Em 1998, Kaplún substitui o termo por Comunicação Educativa e os estudos da construção do campo da Educomunicação ampliam seus sentidos. Para o pesquisador uruguaio, existem três modelos básicos de educação que ocorrem simultaneamente nos tempos atuais:

1) A Educação que enfatiza conteúdo. Corresponde à educação tradicional, baseada na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração à outra, do professor ao aluno, da elite "instruída" às massas ignorantes. Neste modelo, utiliza-se uma educação bancária, que segundo Paulo Freire (1979, p. 65), é a educação na qual "o educador é sujeito e os educadores são objetos pacientes, ouvintes". Trata-se de um modelo autoritário, onde o protagonismo é dado ao emissor, a quem cabe iniciar o processo, definir seus conteúdos e objetivos e determinar o seu fim.

2) A Educação que põe ênfase nos efeitos. Corresponde à chamada "engenharia do comportamento" e consiste essencialmente em moldar a conduta das pessoas com objetivos previamente estabelecidos. Se no primeiro caso o importante era o saber, aqui, acentua-se o fazer. O verbo fundamental neste processo é persuadir. Busca-se persuadir o educando (receptor) para que mude de comportamento.

3) A Educação que põe ênfase no processo. A organização e planejamento de gestão se preocupam com a interação dialética entre as pessoas e sua realidade, e as consequências positivas advindas do aspecto dialógico nos espaços de socialização. Todos são sujeitos do processo, sendo emissores e receptores ao mesmo tempo. É um modelo de interação social, onde todos participam com igual oportunidade de conhecimento e acesso aos meios de comunicação. É esta última que os defensores da Educomunicação definem como o modelo educacional a ser trabalhado. Como prevê oportunidade de conhecimento e acesso aos meios, à apropriação de seus mecanismos de funcionamento e a prática de produção para estes meios se torna imprescindível.

Tanto a Comunicação quanto a Educação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação, demarcados no imaginário social como espaços independentes e cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo. Com a educomunicação, entende-se a fusão destes campos, no âmbito da identificação de aspectos como: a educação para os meios, a gestão da comunicação na escola, as mediações tecnológicas, as manifestações estéticas e subjetivas da estética da arte e as reflexões epistemológicas que, inclusive, embasam diretrizes como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – que traz duas competências muito específicas nestes campos de interfaces: a competência 04 (Comunicação) e a competência 06 (Cultura Digital) e que podem ajudar no fomento de projetos envolvendo as novas tecnologias e a ampliação dos ecossistemas comunicacionais.

Propor um debate sobre as formas de organização dos sistemas comunicativos dentro de um espaço de socialização, como a escola, nos faz refletir sobre os aspectos organizacionais que facilitam este processo. Mais ainda, nos chama à reflexão sobre como a comunicação e seus projetos de novas tecnologias podem ser determinantes para auxiliar os alunos dos Colégios Militares, que possuem um formato estrutural de gestão específico. Chamamos isso de Gestão da Comunicação nos espaços educativos, uma das áreas que orbitam em torno da ciência da Educomunicação. Na perspectiva deste campo sistematizado no final dos anos 90 na Universidade de São Paulo - USP, estes espaços abertos e democráticos de diálogos e troca de saber e pensar denominam-se Ecossistemas Comunicacionais. Os indivíduos vivem em agências múltiplas de socialização, portanto, as referências de construção do saber e pensar, também são múltiplos. Cada indivíduo vive em um ecossistema de comunicação diferente. Por isso, a gestão da comunicação é necessária, para que haja um processo rico de inter-relação e construção democrática do saber. Uma interface de subjetividades.

A educomunicação é um campo integrador, interdiscursivo, aberto, democrático no que tange às ampliações de formatos de gestão de conceitos e leituras de mundo. Podemos dizer que não se trata apenas de educar usando a comunicação como instrumento, mas que ela própria se converte no eixo principal dos processos educativos. Podemos afirmar que essas novas tecnologias podem enriquecer o ato pedagógico, favorecendo uma efetiva interatividade entre os agentes do processo educativo.

O que deve ficar claro é que o mais importante não é, exatamente, a tecnologia em si, mas, a filosofia da educação empregada para ensiná-la diante desta conexão com os campos diversos da comunicação. Ela reúne a intencionalidade de dinamizar os processos pedagógicos por meios do uso em sala de aula de propostas Educomunicativas, como a produção de rádio, jornal, podcast, blog, redes sociais, fotografia, audiovisual e etc. Estas ferramentas estão operacionalizando sentidos, já que muitas delas fazem parte do cotidiano dos alunos e professores, gestores e comunidade escolar, durante seus processos de aquisição de dados informacionais e construção subjetiva.

O que se pretende com este artigo é refletir como a comunicação (em suas múltiplas dimensões) caracteriza-se como bem social de intervenção educativa, cultural e significante, no processo de diálogo entre os sujeitos e o saber, nos espaços das Escolas Militares; ou seja, como podem contribuir para a ampliação das reflexões e da dinamização dos processos de ensino - aprendizagem.

As possíveis contribuições da Educomunicação para as Escolas Militares

O que vimos anteriormente é uma explanação que permeia sobre o papel da comunicação nos espaços escolares, o uso das ferramentas de mídia para dinamização e modernização do sistema de ensino. Isso é perceptível na contemporaneidade, já que os alunos, hoje, são muito midiáticos, já nascem com acesso e estímulo ao uso do celular, observam audiovisuais e jogos, e, em consequência, crescem sendo produtores de mídia quando fazem fotos, víde-

os, e outras formas de produção involuntária. Desta forma, estão se apropriando do processo comunicacional para transmitir sentidos. A Educomunicação é uma área de ciência que estuda este fenômeno e que busca apresentar às escolas e professores, caminhos em sua gestão ou prática docente, que instigue a ampliação dos conhecimentos através, também, da produção de mídia.

É muito importante quando os alunos conseguem produzir um jornalzinho envolvendo os temas da disciplina de Língua Portuguesa; ou uma pesquisa imagética, no computador e na internet, envolvendo o geoprocesssamento – recurso usado na geografia e outras ciências -; ou uma apresentação de trabalhos e debates de pesquisas sobre história ou outra área envolvendo a produção de podcast ou audiovisual; ou a criação de blogs informacionais ou trabalham fotografia para análises documentais. São muitas as variedades possíveis de uso da comunicação nos espaços escolares. O Colégio Militar, valorosa instituição, com princípios de amor à pátria, disciplina, respeito ao próximo, que busca a modernização dos sistemas educativos, a formação de sujeitos que possam contribuir com a comunidade através do conhecimento adquirido, tornou-se, nos últimos anos, objeto de desejo de muitos municípios e estados que articulam a instalação em suas comunidades.

A proposta deste artigo é valorizar estes espaços educativos e transformação humana tão importante para a educação de crianças e jovens, que sonham com progressos acadêmicos e profissionais. O tema deste artigo vem ao encontro desta missão pautada e envereda pela perspectiva da modernização dos sistemas de ensino, que ocorrem em razão das novas tecnologias, das novas normativas e diretrizes, como a BNCC, que vão ocorrendo como propostas para melhorias e ampliações de caminhos para a transformação educacional.

A Educomunicação pode ser um importante instrumento para auxiliar na compreensão dos processos formadores, já que dinamizam a prática pedagógica. Quando os alunos estão trabalhando um tema específico de ciências e utilizam a produção audiovisual para contar os dados do conteúdo programático, esta operacionalização instrumental, roteirização, estética da arte, produção, anima os alu-

nos, dinamizando as relações entre os professores, alunos, gestão na escola. Ou seja, a mediação tecnológica também contribui com o aumento de interesse sobre determinada temática. Desta forma, outras produções de comunicação, como o jornal, o fanzine, a fotografia, o blog, o podcast, o audiovisual, entre outras formas, auxiliam na ampliação e dinamização informacional.

Os aportes teóricos que auxiliam na compreensão

O referencial teórico para embasar este artigo é constituído, inicialmente, por autores que analisam e discutem questões sobre os espaços de debates e construções acerca da intersecção comunicação/educação, a educomunicação, e suas relações com os processos de formação dos professores. Nessa perspectiva, a contribuição de autores como Kaplún (1994, 1999), Soares (2000), Vygotsky (1991), Baccega (2004), Citelli (2000), Libâneo (1998) tornam-se fundamentais, pois trazem luz para entender questões e formular perspectivas reflexivas sobre a realidade situacional da educação frente aos novos discursos educativos, muito pautados pelo viés das novas tecnologias, que passaram a se constituir na nova sociedade educativa. Libâneo (1998, p. 57), por exemplo, reconhece que a prática educativa não se reduz à escola e destaca a influência pedagógica dos meios de comunicação ao afirmar que "está se acentuando o poder pedagógico dos meios de comunicação: televisão, rádio, revistas, imprensa escrita e quadrinhos".

A escola pode aproveitar a riqueza da televisão, não apenas para reproduzir seus conteúdos, mas para explorar as informações veiculadas, promover discussões acerca de variados temas, ampliar o coeficiente comunicativo em sala de aula e ainda, ensinar os alunos a lerem criticamente suas mensagens. Para compreender essa evolução seguida de todas as dificuldades relativas à aprendizagem, seja como alunos ou como professores, é necessário começar por situar essas atividades no contexto social em que são geradas. Kaplún (1994) nos possibilita refletir sobre a educação permeada pelas metodologias dinâmicas, inter-relacionadas com a ampliação dialógica

e as novas tecnologias, especialmente, o uso do rádio como ferramenta educativa. O artigo também paira pela a literatura do psicólogo e linguista russo Lev Vygotsky, que também permeia pela educação pautada na ampliação do coeficiente comunicacional. Ele aprofunda o conceito de aprendizagem como processo social, enquanto o sujeito aprende na interação com o outro.

A partir destas reflexões que pairam sobre a comunicação enquanto essência de democratização dialógica, emancipação de sujeitos e de processos de transformação dos cenários educativos, a pesquisa emerge nas reflexões que dão aporte a teoria da Educomunicação, uma área do conhecimento, construída na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA – USP) e que há mais de 20 anos se perpetua como alternativa para compreensão dos efeitos da interface comunicação e educação na perspectiva da gestão da comunicação na escola (e/ou outros espaços de troca de saber), na educação para os meios (ampliação da leitura e consciência crítica frente aos meios de comunicação), na mediação tecnológica (o uso das ferramentas da comunicação, e suas produções, dentro dos espaços educacionais, visando à modernização das metodologias educativas, mas, também, a dinamização do processo de aprendizagem e a ampliação de ecossistemas comunicacionais abertos dentro destes espaços).

Portanto, espera-se que esta reflexão, seja possível estabelecer análises para a construção de um caminho de proposição sobre o papel das novas tecnologias e da comunicação em sala de aula e nos planos pedagógicos dos Colégios Militares, assim como outras instituições que também pensam a importância da modernização dos sistemas de ensino. Este norte é possível quando se explicita a historicidade dos estudos sobre interfaces comunicação e educação, e suas conexões com âmbito da gestão, usufruindo, como aporte referencial, autores que tratam destes campos de intersecções e da área de ciência da Educomunicação, que tem como um de seus pilares epistemológicos, a gestão da comunicação na escola.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação: apontamentos para discussão. **Comunicação, mídia e consumo,** São Paulo, v. 1, n. 2, p. 119-138, 2004.

CITELLI, Adilson Odair. **Comunicação e Educação. A linguagem em movimento**. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2000. 260p.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio:** el guión – la realización. México, Editorial Cromocolor, 1994.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. *In:* **Revista Comunicação & Educação.** São Paulo: Moderna/ ECA/USP, jan./abr. de 1999, p.68-75.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTIN-BARBERO, Jésus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro/UFRJ, 1997.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da Informação ou da Comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SOARES, Ismar. Comunicação/educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato,** Brasília, ano 1, n. 1, p. 19-74., jan./mar., 1999.

SOARES, Ismar Oliveira. Educomunicação: Um Campo de Mediações. *In:* **Revista Comunicação & Educação**, n. 19, São Paulo: Editora Moderna, 2000.

SOARES, Ismar Oliveira. Educação a Distância como Prática Educomunicativa: emoção e envolvimento na formação continuada de professores da rede pública. **Revista USP**, n.55, p. 56-69, São Paulo, setembro/novembro 2002.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In:* VIGOTSKY, Lev Semenovich *et al.* **Psicologia e Pedagogia I**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

12

jornalismo televisivo

12

Arte e Educação: expressão corporal como ferramenta para consolidação de ecossistema comunicacional

Tiago Silvio Dedoné [1]

Desde a Idade Antiga, quando o homem começou a reconhecer e usufruir os elementos verbais e não-verbais da comunicação para conseguir sobreviver no cenário social onde estavam inseridos e conquistar seus anseios e manifestar suas leituras subjetivas, a expressão corporal tornou-se elemento essencial e poderoso. Foi um processo de criação e decodificação que os atores de um ambiente social passaram a entender como códigos. As expressões físicas, quase que como danças, serviam para atestar emoção, desejos, indagação, reprovação; serviam como linguagem expressiva para posicionar os seus manifestos. Criou-se, desde então, a concepção do Estímulo-Resposta, que deu, com o passar do tempo, todo o norte da compreensão da expressão humana, o que faz entender a relação existente entre o movimento humano e todo o movimento de elementos do meio ambiente, onde um sujeito esteja inserido.

1 Professor no Colégio ECEL (Educação Básica – Ensino). Jornalista e Licenciatura em Pedagogia, Letras – Português. Mestrando em Formação de Gestores Educacionais. E-mail: tiagoassessor@hotmail.com.

Entende-se a vida como uma incessante interação dos atores- indivíduos com os elementos existenciais dos seus cenários de atuação, de vivência como: outros atores (pessoas), os objetos, a natureza, os animais, etc. E a comunicação, a interface desses elementos, acontece por meio de estímulos, pelos quais as pessoas se manifestam com o mundo e da mesma forma, o mundo com elas. Os sons, os odores, as formas, o tato, paladares, tudo isso são elementos frutos de estímulos. As formas dos elementos existenciais se manifestarem e transmitirem estímulos variam e são diferentes, pois dependem da natureza de cada um: como o trovão, num período de anúncio de tempestade; a chuva, que se manifesta, também com múltiplos sons, o cachorro latindo ao pedir comida; o próprio indivíduo que manifesta seus desejos e anseios usando estímulos diversos. O cotidiano é uma completa manifestação de estímulos e respostas.

O indivíduo capta e responde estímulos através dos sentidos: pele, nariz, olhos, boca, ouvidos. Numa sala de aula, por exemplo, o professor precisa usar, quase sempre, diversos recursos para conseguir atingir a todo o conjunto de alunos, que são diferentes e tem formas diferentes de absorver informações. Há alunos que são mais visuais, aqueles que aprendem vendo o que o professor escreve no quadro e assim copiando em seu caderno; há outros alunos que são mais auditivos, que necessitam apenas ouvir o que o professor está falando para conseguir absorver. Assim como o estímulo do sol que se manifesta produzindo claridade e calor e o ser humano capta a claridade pela visão e o calor pelo tato, apresenta aí, também, a resposta. Como toda ação provoca uma reação, um estímulo também provoca uma resposta. Como o calor por exemplo, (estímulo), pode causar reações como queimaduras (resposta) na pele de uma pessoa ou evaporar (resposta) águas de rios e ainda secar (resposta) uma plantação. O latido (estímulo) de um cachorro pode fazer alguém gritar (resposta) ou um gato correr (resposta). Se numa partida de futebol alguém faz um gol (estímulo) o seu time comemora (resposta).

O que pode-se atestar é que os estímulos são reais instrumentos de interação com o mundo. E aí, neste ponto, levantam-se questionamentos importantes que precisam ser avaliados e refletidos -

principalmente pelos professores -, quando o debate permeia pelo campo das interações: Dentro de uma instituição educacional, que estímulos estão se manifestando na interação entre professores, entre alunos e entre alunos-professores? Quais as respostas resultam destes estímulos? Um estímulo negativo na comunidade escolar é a falta de respeito às diferenças individuais na expressão do movimento corporal. É possível observar e analisar, por exemplo, alunos que se sentem excluídos nas aulas de educação física, e não remetem esforços para participar da aula, porque em algum determinado momento do seu processo de interação, foram desestimulados com risadas, piadinhas ou comentários maldosos vindos dos colegas. Cabe ao professor não permitir esse tipo de comportamento para que os alunos não se excluam das aulas.

O movimento e os sentidos que lhe dão aporte: conectando saberes

Diante dos estímulos propostos pelo mundo e do desejo de realizá-lo, o movimento se caracteriza como uma importante resposta. Desta forma, o movimento corporal ocorre sob o aporte de algumas concepções que lhe dão base processual, entre elas: a sensação, a cognição, a percepção, entre outros. Este é um processo de integração entre o corpo, a sensibilidade e a afetividade. E isso se manifesta muito fortemente dentro dos ambientes de socialização como a Escola, por exemplo.

Ao compreender e decodificar os estímulos do meio ambiente pelos nossos sentidos, sentimos e acentuamos então variadas sensações, que significam o contato com o mundo antes de tomar consciência do mesmo. Tudo isso, para nos apontar a necessidade de entender que nosso estado de natureza físico e emocional resulta numa Cultura Corporal que, na verdade, são os elementos dos conteúdos da educação física – os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas. Esta Cultura Corporal é processo de intersecção construído pelo homem em seu percurso através dos tempos.

Na sociedade primitiva, quando os códigos verbais (linguagem

verbal) ainda não eram desenvolvidos, a mímica pode ter sido um importante recurso do movimento corporal, para expressar sensações, sentimentos, indagações. Talvez por isso, até hoje muitos gestos substituem a fala na comunicação entre as pessoas, como por exemplo, um movimentar a cabeça para responder um "sim" ou "não". Como não existiam as facilidades da vida moderna que conhecemos hoje, os homens da pré-história dependiam diretamente do seu corpo para poder sobreviver. Era o alto conhecimento do corpo, o constante desafio dos limites, aliado ao forte sentimento e desejo de sobrevivência que ditava o desenvolvimento das linguagens não verbais. Para sobreviver, e com o intuito de buscar melhores condições de vida, o homem primitivo realizava longas caminhadas, caçava, pescava, construía sua própria moradia e utensílios domésticos, lutava para se defender de animais ferozes; com isso, ele veio aprimorando os seus movimentos corporais.

Neste enfoque a educação motora tem como objetivo ampliar as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas e expressões corporais, desenvolvendo assim, também o movimento humano, que de acordo com Freire (1992): "Mais do que simples deslocamento do corpo no espaço, ele objetiva-se a desenvolver áreas como a coordenação motora dos grandes e pequenos músculos, equilíbrio, velocidade, agilidade, ritmo, assim como também, correr, saltar, pular, rastejar, arremessar".

Usando os recursos do corpo ao saltar, correr, subir em árvores, levantar, defender-se, atacar, transportar, o homem primitivo aprendeu a desenvolver habilidades como andar sobre as pedras, colher frutos, tomar banho nos rios, acentuando assim, um espírito de unidade. O homem percebeu ainda uma naturalidade rítmica existente na natureza e se adaptou a ela. Essa identificação com as regularidades rítmicas da natureza acoplaram-se no processo de compreensão organizacional deste indivíduo e foram caracterizadas como qualidades humanas: as estações do ano, o período de caça, temporada de determinadas frutas, etc. De acordo com esta leitura, uma base da organização social da nossa consciência fez com que nosso corpo se adaptasse a compreensão rítmica da temporalidade da natureza.

O papel da dança nos ambientes de socialização: um mecanismo de diálogo não verbal

Na contextualização social dos indivíduos primórdios, a dança tinha um papel mediador importante. Ela fazia parte de todos os acontecimentos da sociedade, ora representando manifestações populares, culturais e festivas, ora representando um papel facilitador místico. Ou seja, a dança era sempre presente nos nascimentos, nos funerais, no início e término das colheitas e nas homenagens de caráter místico (religioso), que se prestavam aos elementos da natureza, como o sol, o fogo, a chuva e a terra, considerados para eles seres supremos. O uso da dança nestes momentos era uma constância que ajudava a celebrar e festejar. Às vezes, a dança era acompanhada de alguns apetrechos como, por exemplo, pinturas e tatuagens pelo corpo, que expressava emoção e sentimentos, seja de felicidade, desgosto ou culpa (BREGOLATO, 2006, p. 67).

Com o tempo, os movimentos vão adquirindo novos significados. Eles passam a fazer uso da representatividade da vida nos tempos modernos. No mundo contemporâneo, voltado às novas tecnologias, as pessoas estão mais robotizadas, Tubino (1992) e a escola como parte deste mais pós-moderno prioriza a racionalização, deixando de desenvolver a sensibilidade, que faz parte de um mundo voltado à espontaneidade, criatividade, liberdade. Na perspectiva da área da Educação Física, o movimento corporal é um espaço rico para criação e aprendizagem. É nas mãos do profissional da Educação Física que está todo o norte técnico para melhor explorar os potenciais de cada indivíduo. Um dos grandes instrumentos pedagógicos que podem ampliar o desenvolvimento do aluno e criar caminhos para que ele passe a ter ampliado o movimento corporal é a dança, considerada uma expressão representativa de diversos aspectos na vida do homem. Já para alguns autores, o conceito de dança só poderá ser descrito e compreendido pela experiência estética que envolve a dança, ou seja, o próprio ato de dançar, experimentando as suas múltiplas formas, e dando significados de expressão humana profundos.

Para alguns autores, um dos maiores desafios para inserir a dança

dentro do programa curricular é a falta de tempo, que devido à existência de disciplinas consideradas mais importantes, acabam minimizando a amplitude das ações pedagógicas que contemple com mais ênfase a dança ou outras manifestações de artes físicas dentro da disciplina de educação física. Pensando nisso, o professor responsável por esta disciplina seria o grande responsável pela inserção da dança na vida escolar das crianças, alternativas que facilitem o processo de anexação, não apenas como estudo de conteúdos epistemológicos específicos da área de artes associada com atividades físicas, como, também, representação de uma manifestação artística. A dança, assim como é proposta pela área da Arte, tem como propósito o desenvolvimento integrado do aluno. Ainda, neste contexto, "a Educação Física desenvolvida de forma consciente, respeita as diferenças [...], ou seja, as individualidades de cada um e não dicotomiza o ser humano, não separando o corpo físico do mental, entendo que ambos funcionam de modo integral" (PINHEIRO, 2000, p. 32).

No que tange ao aspecto do cenário contemporâneo, é possível perceber um olhar mais apurado voltado à dança e a sua inclusão no espaço escolar, bem como os múltiplos benefícios que isso poderia propiciar. Entretanto, é perceptível um intenso descaso sofrido pela dança na rede de ensino brasileira. A dança desenvolvida como espécie curricular na escola não deve pretender formar dançarinos ou bailarinos, mas deve tentar propiciar ao aluno um contato mais afirmativo e intimista com a livre expressão através do movimento. Neste sentido, a prática pedagógica da dança deve ser condizente com a realidade da comunidade escolar e deve preparar os alunos a se exercitarem de acordo com suas necessidades e, dessa forma, ampliar aspectos como a destreza, a agilidade e a autonomia.

O educador precisa proporcionar situações que permitam desenvolver as habilidades de acordo com a fase evolutiva de cada turma. O papel do educador ao ensinar a dança, não é ordenar ao aluno dizendo o que ele vai coreografar, mas deve ajudar o aluno, através de instruções sobre seu corpo e seu meio artístico, ele pode mostrar aos alunos como controlar o movimento do corpo a fim de que ele responda às suas necessidades expressivas dando a ele

os princípios da forma artística que vão auxiliá-los na composição e no julgamento de seus esforços artísticos. Na aplicação programática da dança no ensino fundamental e médio, o aluno vai aprimorar-se principalmente em consciência e equilíbrio corporal, coordenação, orientação espaço-temporal, criatividade, ritmo, espírito grupal, autoestima, aprimoramento físico e mental. Sendo assim, pode-se ressaltar que não se trata apenas de inserir mais uma atividade curricular, mas sim de algo que, ao agradar os estudantes, propicie maiores reflexos diretos e indiretos no seu desenvolvimento como seres humanos e cidadãos.

A dança como ferramenta pedagógica: instigando metodologias

É de extrema importância que o educador se organize, planeje uma pasta diversa de possibilidades artísticas, redirecionando a ótica da aplicação de artes dentro do cenário educativo. Obras de arte, fotografias e vídeos de balé clássico e contemporâneo, danças de rua como: o street dance, hip-hop, capoeira, entre outras, levantando concepções históricas de cada arte e suas intervenções dentro da construção ou afirmação social de cada comunidade, possibilitando, assim, um enriquecimento profundo e um despertar democrático para o papel da dança. A sistematização das atividades também é de grande valia, por isso, o educador precisa construir seus planos de aula sob o aporte contínuo de referenciais bibliográficos e exemplos.

Na prática, as aulas de dança precisam iniciar com alongamentos, passando para o aquecimento e terminando com a realização de passos que expressem determinada mensagem, previamente combinada entre o educador e o aluno. Conhecer bem seus alunos ajuda na proposição de aulas que convergem os campos de interesses deles. Mas, também há outros fatores que evidenciam o interesse. Marzinek e Feres Neto (2007) destacam duas formas de motivação: extrínseca e intrínseca. A motivação extrínseca, segundo eles, seriam os fatores externos que levam os jovens à prática da atividade física, como, por exemplo, influência de colegas, dos pais, do círculo

social externo no qual ele está inserido, e do professor. Já a motivação intrínseca seriam os fatores internos, como o prazer, satisfação, força de vontade em realizar atividades físicas, como a dança. A necessidade de romper paradigmas.

Erroneamente, para muitos, a Educação Física e as Artes, são consideradas momentos de descontração. Acredita-se que, ao associar a prática dessas disciplinas a conteúdos de interesse dos alunos e temas contemporâneos de sua rotina diária (saúde, alimentação, bem- estar, meio ambiente, sociedade, atualidades, relacionamento, consciência sobre seu corpo e suas necessidades), certamente, haveria uma maior participação e interesse dos mesmos pelas atividades ministradas. Segundo as autoras, de acordo com as suas pesquisas, a dança faz parte do imaginário, do aspecto cultural e do campo de interesses dos alunos. Os jovens dançam no intervalo, dançam nas festas, dançam em frente à televisão, dançam em atividades artísticas, dançam para se sentirem inseridos no meio social onde estão inseridos, dançam para mostrar seu estado de espírito.

Por outro lado, existem alguns preconceitos que minimizam as possibilidades de democratização das proposições de certos tipos de danças: muitos rapazes não se sentem a vontade com alguns tipos de dança ou movimentos exclusivos de alguns tipos de danças, como o ballet, por exemplo, devido ao preconceito, ao machismo. Esse "tabu" pode ser quebrado pelo professor, dependendo da maneira como se ensina, a forma como é apresentada a dança. É do educador a tarefa de mostrar que a dança educacional pode ter movimentos mais livres de fora que o aluno fique mais a vontade para se movimentar como se sente melhor; a parte conceitual é favorável para resolver este problema.

Dentro da comunidade escolar, a dança deve ser direcionada ao cotidiano e ao universo da criança. As alternativas inspiradoras para as aulas podem variar, de acordo com o projeto pedagógico da escola, do plano de aula do educador e os interesses da turma. Os movimentos de animais e os fenômenos da natureza são alternativas interessantes, já que fazem parte do mundo infantil e despertam a curiosidade das crianças. O que não se pode perder de vista é esti-

mular sua imaginação e associar de forma efetiva com os aspectos pedagógicos da interface arte-dança-atividade física.

Dessa forma, a criança irá desenvolver sua capacidade intelectual e física, além de ser um instrumento de socialização e interação com o outro, e de ampliar, portanto, suas habilidades sociais. Além disso, ao selecionar os conteúdos de dança que pretende desenvolver com seus alunos, o professor precisa considerar o contexto social e cultural, ou seja, o repertório de dança dos alunos, seus conhecimentos e suas escolhas de ritmos e estilos. Para se efetivar o trabalho com a dança na escola, há que se considerar algumas questões: como a de gênero, as de necessidades especiais motoras e as de religião, como o caso de algumas religiões que desaprovam a dança.

Com essa reflexão, compreende-se que não adianta apenas aplicar a dança como parte das aulas ministradas; é importante, também, que o professor tenha uma análise de conjuntura do perfil da turma, dos alunos, para que a dança venha de encontro às suas necessidades e aspirações, surtindo assim, os efeitos desejados. Nada impede que, com o passar das aulas e, por isso, melhor interação de uns com outros, o plano de aulas seja alterado e adaptado, desde que esteja de acordo com o projeto político-pedagógico da instituição e do plano de aula dos educadores. Toda criança precisa de experiências de comunicação criativa e interpretativa por meio de movimentos, e a experiência da dança integrada à exposição de conteúdos sobre a cultura, somado, ainda, às experiências de aprendizagem, oferecem opções para esse tipo de expressão. Os movimentos, motivados pela emoção, podem transmitir expressões explícitas e diretas de sentimentos reprimidos.

De acordo com as reflexões dos autores, é possível adquirir autoconceito, autorrealização e autoconfiança através da experiência de movimentos que ofereçam a oportunidade de: mover-se; aprender por meio de movimentos; conhecer o próprio limite do corpo; aplicar criatividades através do movimento; aprender modelos rítmicos; conhecer as concepções históricas e sociais de diversas modalidades de dança e suas intersecções com realidades sociais e

culturais; aprender padrões básicos de dança e combinar atividades de movimentos com a música, a arte, a ciência, a matemática e a linguagem artística; entender a linguagem do corpo. Experiências sensório-motoras e percepto-motoras permitirão à criança uma melhor capacidade de lidar com material simbólico e conceitual.

Observa-se pelo trabalho diário na escola que a criança já é um ser pleno de ritmo; ela é variável apenas na expressividade, o que fica bastante evidente quando possibilita-se ao aluno a liberdade e a possibilidade dele manifestar seus interesses artísticos, de dança, por exemplo. Desta forma, pela dança, eleva-se o objetivo do aluno de aumentar da melhor forma possível suas potencialidades, respeitada nas suas capacidades físicas, emocionais, morais, intelectuais e estéticas. É possível observar, dentro de uma comunidade escolar, que em planos de aula propiciados com intuito de apresentar a livre dança, o aluno encontra prazer, felicidade e êxito não só naquele ambiente educativo, mas por toda a sua concepção e ambientes sociais. O domínio final do movimento é a fonte da qual devem brotar a perfeição e a compreensão daquela parte da vida interior do homem de onde se originam o movimento e a ação (LABAN, 1978).

Faz parte do desenvolvimento da criança, a prática da dança. É inerente ao seu processo de conhecer o mundo rítmico e sonoro, desde os primeiros dias de vida. É exatamente por isso que, além de "bonitinho" é importante também quando a criança começa a bater palmas ou gesticular ao ouvir uma música. "Quando agita as mãos, quando bate palmas, inicia o processo já de cunho social". O corpo da criança é amplamente ativo no espaço que ocupa, ele dialoga, comunica-se com os corpos ao redor, interage com eles, na perspectiva dos sentidos, dos discursos. A prática da dança, além de consolidar o potencial expressivo, torna a criança consciente de suas ações, limites e atitudes corporais: desenvolve habilidades psicomotoras, favorece a formação de conceitos e solução de problemas, estimula a interação social, organiza o gesto e movimentação cotidianos, desenvolve a orientação tempo- espaço, preserva e estimula o potencial criativo-imaginário.

O aluno do Ensino Fundamental precisa de experiências que

possibilitem o desenvolvimento de sua criatividade e interpretatividade, atividades que favoreçam a sensação de alegria, de autonomia, que possibilitem o mesmo a canalizar o seu humor, seu temperamento, através da liberdade de movimento, livre expressão, e desenvolvimento de outras dimensões contidas no inconsciente (VERDERI, 2009). De acordo com Achcar (1998), a prática da dança na vida das crianças é fundamental, tanto para sua formação artística quanto para sua integração social. Tudo porque a dança desenvolve os estímulos: *Tátil* – sentir os movimentos e seus benefícios para seu corpo; *Visual* – ver os movimentos e transformá-los em atos; *Auditivo* – ouvir a música e dominar o seu ritmo; *Afetivo* – emoções e sentimentos transpostos na coreografia; *Cognitivo* – raciocínio, ritmo, coordenação; *Motor* – Esquema corporal. As ações propostas visam o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e flexibilidade; visam o desenvolvimento da socialização e integração; visam à autonomia e a ampliação de conhecimentos.

Outros aspectos, também são destacados e trabalhados, tais como: criatividade, musicalidade, socialização e os diversos conhecimentos que orbitam em torno da dança em si. Segundo diversos autores, na educação, a dança deve estar voltada para o desenvolvimento global da criança e do adolescente. Uma criança que na pré-escola teve a oportunidade de participar de aulas de dança, certamente, terá mais facilidade para ser alfabetizada, por exemplo.

De acordo com o professor e filósofo suíço Jean Piaget, um dos maiores teóricos do campo do desenvolvimento infantil, acreditava-se que a realidade das crianças é vivida e interpretada por meio das sensações físicas e não do pensamento. A dança promove a atenção, o equilíbrio, a coordenação motora, a flexibilidade, o ritmo e a consciência do espaço. Já Ribeiro (2005), enfatiza a obediência dos horários das aulas, dos ensaios, o zelo pelo uniforme, pelos acessórios e materiais, o acompanhamento da coreografia e dos ensinamentos. Segundo ele, o fator mais significativo no aprendizado da dança é a disciplina. Também destaca os múltiplos benefícios físicos que a dança proporciona. Por exemplo, *Benefício emocional:* A dança é uma forma de expressão que ajuda a criança a explorar os seus sentimen-

tos, além de adquirir maior autoconfiança; *Benefício social:* A dança é uma experiência comum que promove a tolerância e apreço pelos outros; *Benefício cultural:* Dançar fomenta o interesse em outras culturas. Ao estudar formas de dança que se originam em outros países a criança adquire compreensão histórica de outros povos.

De acordo com o portal, três aspectos são destacados como alternativas a serem explorados em uma aula de dança com os alunos: 1) *Elementos e energia:* Elementos que envolvem o corpo no tempo e no espaço, na qual as crianças aprendem a usar esses elementos para expressar-se artisticamente; 2) *Anatomia e alinhamento:* O corpo é o instrumento da dança que deve ser mantido em perfeita sintonia. Portanto, aprende-se a organizar e alinhar o corpo a fim de que possa mover-se de maneira eficiente e saudável; 3) *Movimento criativo:* As crianças aprendem a fazer escolhas de movimento estético para coreografar com forma, estrutura e significado. Há ainda muitos trabalhos sobre os efeitos da dança no desenvolvimento das inteligências múltiplas da criança. Gadner (1987) identificou sete inteligências: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestética, interpessoal e intrapessoal.

Arte – Educação: Entendendo este conceito pelo viés da Educomunicação

É antigo o debate sobre a interface comunicação, educação, tecnologias e cultura como forma mediadora do conhecimento, dentro de um cenário de comunidade escolar. Muitas pesquisas, propiciadas por diversas escolas teóricas ao longo das últimas décadas dão conta deste debate de intersecção. O autor Walter Benjamin (1982) foi, talvez, o primeiro a discutir o nascimento do novo *sensorium* que se construía no intervalo entre as novas condições de produção e as transformações culturais promovidas pelas novas tecnologias da comunicação e informação.

Essa nova ótica que inter-relaciona estes campos permite uma aproximação com tudo aquilo que até então estava distante da grande massa – a arte, por exemplo. Esse *sensorium* propicia

o rompimento e o distanciamento que até então existia entre a população de massa e a elite, esta última era considerada a produtora, organizadora da cultura. Através das novas tecnologias e da afirmação desta nova ótica produtora, onde todos passam a ter o acesso ao processo de produção e disseminação de arte, criou-se uma energia que perpassa os novos mecanismos de apreensão do mundo "pela mediação de conectar-se ou desconectar-se dos aparelhos, sempre com destaque para a televisão" (BACCEGA, 2000, p. 10), que pode ser detectada nas empatias cognitivas e expressivas, desenvolvidas, principalmente, pelos jovens.

De acordo com Martín-Barbero (1998, p. 58) "frente à língua e ao território, as (linguagens) eletrônicas, audiovisuais, musicais, ultrapassam essa limitação, produzindo comunidades hermenêuticas que respondem a novos modos de perceber e narrar a identidade". Identidades que possuem a capacidade de amalgamar e fazer conviver ingredientes de universos culturais diversos. Instaura-se, desta forma, um ecossistema tão vital quanto o ambiental: o ecossistema comunicativo.

Na concepção da Biologia, a noção de ecossistema inclui tanto fatores bióticos (vivos: animais, plantas, bactéria entre outros) quanto abióticos (ambiente físico) inter-relacionados dinamicamente. Ou seja, pode-se entender como o conjunto dos relacionamentos mútuos entre os seres vivos e o meio ambiente. No ecossistema, acontecem trocas e ele está em contínuo dinamismo; não é determinado por seu tamanho, mas por sua estrutura e seus padrões de organização.

As obras de Jésus Martín-Barbero (2000), são intensas no campo das reflexões epistemológicas que casam esta inter-relação comunicação-educação-cultura. Foi ele quem articulou o conceito de ecossistema comunicativo, compreendendo o dinâmico uso estratégico das tecnologias e meios de comunicação, além de acentuar os aspectos de configurações constituídos pelo conjunto de linguagens, representações e narrativas que penetram na vida cotidiana de modo transversal.

Um dos autores mais conhecidos do campo da inter-relação citada acima é o brasileiro Adilson Citelli. Ele é enfático ao assegurar que, diante das experiências culturais descentradas (formas de so-

cialização, de dispositivos de identificação, de cultura) e onde "nada acontece na esfera pública sem que exista uma mediação de alguma mídia, de alguma forma de trânsito internacional", é preciso "[...] assegurar a base democrática aos cidadãos" (CITELLI, 2000, p. 246).

Esta é a razão pela qual, para Martín-Barbero (2000), é vital que a escola absorva a ideia de que é preciso incorporar um trabalho sério que contemple o novo *sensorium* e os media, além de evitar que se aprofunde o fosso entre a sensibilidade e a cultura dos professores e dos alunos. Por esse caminho, a escola prioriza a interação com os novos campos de experiência surgidos da reorganização dos saberes, dos fluxos de informação, das redes de intercâmbio, além de interatuar com os novos modos de representação e de ações cidadãs, que interligam o local com o mundial. Dessa forma, deve, portanto, assumir o trabalho com o ecossistema comunicativo como a dimensão estratégica da cultura.

O principal desafio é saber como inserir na escola um ecossistema comunicativo que contemple ao mesmo tempo: experiências culturais heterogêneas, o entorno das novas tecnologias da informação e da comunicação, além de configurar o espaço educacional como um lugar onde o processo de aprendizagem conserve seu encanto. (MARTÍN-BARBEIRO, 1996). De acordo com as reflexões de alguns autores, uma postura crítica aos meios de comunicação só será eficiente quando inserida em um projeto educativo cultural mais amplo.

Ismar de Oliveira Soares (1999), professor da Universidade de São Paulo (USP), e um dos maiores pesquisadores do campo da intersecção comunicação-educação-cultura em todo o mundo, desenvolve o conceito de ecossistema comunicativo de modo mais abrangente. De acordo com suas reflexões, ele estabelece bases sólidas para a inter-relação comunicação e educação, a qual chama de Educomunicação, que trabalha

> a partir de um substrato comum que é a ação comunicativa no espaço educativo, ou seja, a comunicação interpessoal, grupal, organizacional e massiva promovida com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos através da atividade educativa e formativa (SOARES, 1999, p.).

Soares discute e expõe o conceito na perspectiva da gestão comunicativa: compreende "a organização do ambiente, a disponibilidade dos recursos, o modus faciendi dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de educação comunicacional" (SOARES, 2002b, p. 125). Através deste viés, falar em ecossistema comunicativo destaca a busca pela descentralização de vozes, a dialogicidade, a interação entre atores sociais que almejam ser ativos dentro dos cenários onde estão inseridos. As relações devem buscar equilíbrio e harmonia em ambientes onde convivem diferentes atores. Não é apenas no mundo tecnológico que atua o ecossistema comunicativo, mas em todas as esferas e a comunicação.

A teoria emergente da educomunicação nos remete a análise de que assim como existe a necessidade de uma relação equilibrada entre homens e natureza, é necessária também a criação de ecossistemas comunicativos verdadeiros, abertos e democráticos nos espaços educativos, que cuidem da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação.

Segundo o autor, o conceito de Educomunicação está intrinsecamente ligado ao de ecossistema comunicativo, já que a primeira é representada pelo conjunto de ações que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes promovam e ampliem as relações de comunicação entre as pessoas que compõem a comunidade educativa. Sendo assim, o ponto principal de ação da teoria da Educomunicação são os ecossistemas comunicativos, que, para o autor, devem conter fluxos comunicativos positivos.

Considerações Finais

Nas reflexões pontuadas constatamos que a educação se faz comunicação, e comunicação se faz educação (e, isso, numa perspectiva de análise das tensões e benefícios desta intersecção). Ou seja, as manifestações de arte e cultura, como elementos para o desenvolvimento dos alunos são necessárias dentro do contexto escolar e carecem de uma compreensão dos educadores, das diferentes disciplinas, espe-

cialmente Artes e Educação Física, para que o sucesso seja uma constante. Dentro desta interação não é difícil perceber o poder atrativo das manifestações de arte, entre as quais a dança, que é visivelmente presente na escola e nos meios de comunicação. Por meio da produção artística atrelada à prática pedagógica e à comunicação acentuam-se as possibilidades de uma educação transformadora.

É necessário entender que a arte não tem que ser vista apenas por uma concepção estética vanguardista, e a comunicação um mero instrumento de manipulação de massas. Ambas podem e devem convergir, de forma ampla, democrática e produtiva.

A autônoma produção artística, embora atrelada a uma experiência por vezes individual, é caminho que conduz à percepção do outro. A "experiência" direcionada pelo "fazer" é fator instigante e importante ao sucesso de um processo educacional, consolida a busca da construção de conhecimento e formação de um sujeito crítico e criativo num cenário de ampla coletividade. A dança não é giz e nem quadro negro. Ela é um recurso físico, comunicativo, sensório-motor, social, que abre uma visão de educação para quem o faz. Por ela, observa-se a realidade comunicacional do corpo e as linguagens múltiplas.

Partindo da proposta de educomunicação, efetiva-se então, um processo educacional dialógico, que constrói o conhecimento, a partir da criação, produção e reflexão dos temas pautados pelos educadores ou pelos próprios educandos/comunidade. Fazendo com que alunos, na concepção pedagógica das disciplinas envolvidas – principalmente: Educação Física e Artes - participem do processo de busca da autonomia e do autodesenvolvimento, estimulando a percepção do ser humano como construtor do conhecimento, e não somente como reprodutor dos conteúdos depositados por outros.

Quem participa de uma produção de arte, desde o processo de produção à apresentação, além de se informar, se transforma e forma os que estão a sua volta, tornando-se todos os envolvido na prática, verdadeiros mediadores culturais. Autores diversos atestam que a participação artística propicia reconhecimento no grupo social, aumenta a autoestima, projeta novas visões de mundo, da realidade e de perspectivas para o futuro. A prática da dança na

escola, assim como de qualquer outra arte, com o objetivo de gerar cidadania está plenamente relacionada a direitos, conquistas, engajamento e participação; ou seja, de autoconhecimento e de alternativa para que o aluno se expresse da forma mais ativa e interessante possível. É nesse sentido de engajamento, por exemplo, que o Teatro do Oprimido - uma versão de produção teatral que relaciona a Dança e o Teatro, como fonte de expressão física, social e espiritual do corpo se faz alternativa rica dentro dos espaços diversos de socialização, como a escola, por exemplo.

Para o autor Augusto Boal, que trata da questão de interface do teatro com a Dança, por meio da manifestação da arte, o indivíduo se faz ator social dentro do cenário onde está inserido. Ele afirma que se pode fazer uma sociedade composta por "cidadãos solidários". Sua reflexão autoral é importante para se pensar a arte como meio de transformação social. Para o autor, "o teatro, por exemplo, é um meio privilegiado para descobrirmos quem somos ao criarmos imagens do nosso desejo: somos nosso desejo, ou nada somos" (BOAL, 2003, p. 89). O Teatro do Oprimido, que envolve estas múltiplas facetas das artes, promove também a criatividade e a capacidade de refletir e propor alternativas para problemáticas do cotidiano através da oportunidade ao oprimido, ou seja, aquele "despossuído do direito de falar, do direito de ter a sua personalidade, do direito de ser". O Teatro do Oprimido, através da prática de jogos, exercícios e técnicas teatrais, estimular a discussão e a problematização de questões do cotidiano, com o objetivo de fornecer uma maior reflexão das relações de poder, através da exploração de histórias entre opressor e oprimido.

Assim, deve-se trabalhar a arte-educação para fortalecer o coletivo, conscientizando-o em relação à importância de cada indivíduo para a formação do grupo e destacando manifestações físicas e culturais, como manifestações sociais e de emancipação. Deseja-se que teorias que tratam desta vertente comunicacional e artística seja uma proposta cada vez mais disseminada nos projetos político pedagógicos das escolas. Desta forma, seja possível atingir os objetivos pretendidos de uma educação libertadora, já que aos alunos se dão os estímulos de participação, diversão, autoconhecimento, sociali-

zação, expressão, conhecimento de suas realidades e potencialidades, tornando-os, assim, sujeitos ativos e protagonistas.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Dalal. **Balé uma arte.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

ALVES, Luciana Mendonça; SIQUEIRA, Débora Fraga Lodi; ARAÚJO, Maria do Carmo Mangelli Ferreira. Introdução à dislexia do desenvolvimento. *In:* ALVES, Luciana Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida. **Dislexia- Novos temas, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

BACCEGA, Maria Aparecida. Novas tecnologias, novas sensibilidades. **Revista Comunicação & Educação**, n.18. São Paulo: Segmento, 2000. p. 7-14.

BACCEGA, Maria Aparecida. Linguagens da Comunicação. *In:* SOARES, Ismar de Oliveira (org.). **Caminhos da Educomunicação.** São Paulo: Editora Salesiana, 2001. p.53-62.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos** III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In:* ADORNO, Theodor *et al.* **Teoria da Cultura de Massa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Organização da edição brasileira: Willi Bolle, colaboração na edição brasileira Olgária Matos. Tradução do alemão Irene Aron. Tradução do francês Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BOAL, Augusto. **Técnicas latino americanas de teatro popular (uma revolução copernicana ao contrário)**. Coimbra: Centelha, 1997.

BOAL, Augusto. **O Teatro como arte marcial.** Rio de Janeiro: Garamond. 2003.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura corporal da dança**. São Paulo: Ícone, 2006.

CITELLI, Adílson. **Os sentidos em movimento:** linguagem, comunicação e educação. Tese (Livre-docência) - ECA/USP, São Paulo, 1998.

CITELLI, Adílson. **Comunicação e Educação:** A linguagem em movimento. São Paulo: SENAC, 2000.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARDNER, Howard E. **The mind's new science.** New York, Basic Books Inc., 1987.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento.** 5.ed. Edição organizada por Lisa Ullmann [tradu- ção: Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Sílvia Mourão Netto]. São Paulo: Summus, 1978.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. Heredando el Futuro. Pensar la Educación desde la Comunicación. *In:* **Nómadas.** Boggotá, septiembre de 1996, n.5, p.10-22.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. Cidade Virtual: Novos Cenários da Comunicação. **Revista Comunicação & Educação,** n. 11. São Paulo: Moderna, 1998, p.53-67.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. Retos culturales de la comunicación a la educación. Elementos para una reflexión que está por comenzar. **Revista Reflexiones Académicas.** n. 12 p.45-57, Santiago: Universidad Diego Portales, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martín. **La educación desde la comunicación.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MARZINEK, Adriano; FERES NETO, Alfredo. Motivação de Adolescentes nas Aulas de Educação Física. **Revista Digital Lecturas:** Educación Física y Deportes, Buenos Aires, Año 1, n. 105, 2007.

PINHEIRO, Daisy Ribeiro Venancio. **O perfil do personal trainer na perspectiva de um treinamento físico orientado para saúde, estética e esporte**. 2000. 84f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade Humana) – Universidade Castelo Branco, Riode Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3145&acordo= . Acesso em: 01 out. 2020.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal:** aplicações na hipermídia. 3.ed. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

SOARES, Ismar. Comunicação/educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato:** Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação. Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 19-74., jan./mar., 1999.

SOARES, Ismar. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação. Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 05-74, jan./ mar. 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. *In:* **Comunicação & Educação.** São Paulo: ECA/USP-Editora Segmento, v.7, n.19, 2000. p. 12-24.

SOARES, Ismar de Oliveira; COSTA, Maria Cristina Castilho. Planejando os projetos de comunicação. *In:* BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão dos processos comunicacionais.** São Paulo: Atlas, 2002a. p. 157-179.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia:** introdução à administração educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

VERDERI, Érica. **Dança na escola**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

VERDERI, Érica. **Dança na escola:** uma abordagem pedagógica**.** São Paulo: Phorte, 2009.

ORGS.

Tiago Silvio Dedoné

Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); Mestrando em Teoria Literária, pelo Centro Universitário Campos Andrade (UNIANDRADE). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciaturas em Pedagogia; Letras – Português; História. Pesquisador membro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação – ABPEducom. Membro do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade - NEETS, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

Claudia Talochinski Cordeiro

Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná UTFPR; Membro do Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada (GRUPLA); Membro do Núcleo de pesquisa em Educação do Campo (NUPECAMP). É Professora do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Paraná (SEED). Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Contestado. Atualmente lecionando na modalidade EJA Educação de Jovens e Adultos na instituição CEEBJA Paulo Leminski e no ensino regular da Escola Estadual Professora Irmã Antonia Bortoleto Bianchini. Experiência em letras com ênfase em linguagens.

AUTORES

Autores

Alana Rodrigues Froes Dias > Policial Militar. Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP).

Anita da Conceição Duarte Xavier > Mestranda em Ensino de Física (MNPEF-UFPE-CAA), Graduada em Licenciatura Plena em Ciência com Habilitação em Matemática (FAINTVISA), com especialização em Ensino de matemática pela UPE e experiência profissional nos ensinos de Matemática e Física. E-mail: anitacdx@hotmail.com.

Arlindo Alisson da Silva Mourão > Policial Militar. Bacharel em Direito (Faculdade Dom Bosco).

Avanir Mastey > Professor - Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Colégio Estadual Sagrada Família), foi professor das Faculdades São Basílio, Faculdade Vicentina e Faculdades I. Espíritas. Possui Graduação em Licenciatura em Filosofia e História pela Universidade São Francisco (1998). Especialista em História e Filosofia da Ciência e Mestre em Educação pela UFPR (2010). Doutorando em Educação pela UFPR. Foi duas vezes Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Campo Largo, período de 01/2013 até 31/032016 e 01/112016 até 31/12 2016. Conselheiro Suplente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, período 06/2014 até 06/2020. http://lattes.cnpq.br/1302115202832044.

Caio Vitor Marques Miranda > Professor de Literatura nos Colégios de Londrina e professor colaborador no curso de Letras Espanhol da Universidade Estadual do Paraná -UNESPAR. Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: caiomiranda91@hotmail.com.

Claudia Talochinski Cordeiro > Mestranda em estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná. Pós-graduada pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Contestado. É Professora do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Paraná (SEED). Membro do grupo de pesquisas em Linguagens (GRUPLA). Membro do Grupo de pesquisas em Educação do Campo pela Universidade Tuiti. Atualmente lecionando na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) na instituição CEEBJA Paulo Leminski e no ensino regular da Escola Estadual Professora Irma Antonia Bortoleto Bianchini. Experiência em letras com ênfase em linguagens. http://lattes.cnpq.br/1502154910526669.

Cláudia Vanessa Bergamini > Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018), professora adjunta de Teoria Literária na UFAC - Universidade Federal do Acre. E-mail: claudia.berg@hotmail.com.

Éder Luiz Ferreira > Policial Militar. Possui Licenciatura e Bacharelado em Educação Física (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Pós-Graduação em Direito Militar (Faculdade UNINA).

Jader Aparecido Camilo > Policial Militar. Superior Tecnólogo em Processos Gerenciais (Sociedade Educacional de Santa Catarina – UNISOCIESC). Pós – Graduação em Segurança Pública (Faculdade São Braz).

José de Arimathéia C. Custódio > Comunicador social/jornalista e professor universitário. É Doutor em Estudos de Linguagem, Especialista em Metodologia da Ação Docente, e em História Social e Ensino de História, entre outras. Atuou no Laboratório de Tecnologia Educacional da Universidade Estadual de Londrina por seis anos (2006-2012), tendo inclusive sido diretor, de outubro de 2009 a abril de 2011. E-mail: jotacustodio@uol.com.br.

Kátia Calligaris Rodrigues > Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática-PPGECM/CAA/UFPE, atua na linha de pesquisa "Currículo e Formação de Professores para o Ensino de Ciências e Matemática". Docente do Núcleo de Formação Docente, atua na formação de professores de Física, Química e Matemática do Centro Acadêmico do Agreste. Pós-doutorado desenvolvido junto ao Núcleo de Excelência em Nanofotônica e Biofotônica do Laboratório de Optoeletrônica e Fotônica do Departamento de Física da UFPE. Doutora em Engenharia Biomédica pela Universidade do Vale do Paraíba com ênfase na biópsia óptica de estenose aórtica. Mestra em Ciências pela Universidade de São Paulo com estudo de caracterização cristalina e magnética de ferrofluidos. Bacharel e Licenciada em Física pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: kalligaris@gmail.com.

Kelly Paganardi Bomfim > Policial Militar. Possui Licenciatura em Educação Física (Universidade Federal do Paraná – UFPR). Pós-Graduação em Direito Militar (Faculdade São Braz).

Ludmila Martins Naves > Mestra em Letras MLET/PUC-GOIÁS. No momento, em transição para o Doutoramento na área de Comunicação e construindo o Coolab Beatles junto ao Fã Clube Revolution - Brasil. E-mail: okidokimartins@gmail.com.

Maria Teresa Lopes > Pós-doutorado em semiótica pela Université Sorbonne, Paris 1 (em andamento). Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Sanduíche na Université Sorbonne, Paris 1. Pesquisadora nas áreas de Formação do Olhar, Semiótica e Sociologia aplicadas as discussões sobre a mulher, a moda e o design. Docente no Mestrado Nacional Profissional de Ensino

de Física - Polo Caruaru e Adjunta na Universidade Federal de Pernambuco Campus do Agreste - UFPE/CAA. Atualmente é líder do Grupo de Estudos em Formação do olhar - GEFol e Coordena o Laboratório de Formação do Olhar - LabFol. E-mail: teresa.lopes@ufpe.br.

Melissa Cristina Brum > Graduada em Jornalismo (UNIFAMMA). E-mail: melissacristinabrum@gmail.com.

Renata Mariely dos Santos > Policial Militar. Possui Licenciatura em Pedagogia. Graduanda em Direito (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR). Pós- Gaduação em Direito Militar.

Tacia Rocha > Mestra em Letras (UEM), professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na UNIFAMMA, integrante do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM. E-mail: tacia.rocha.f@gmail.com.

Tiago Silvio Dedoné > Professor no Colégio ECEL (Educação Básica – Ensino. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciatura em Pedagogia, Letras – Português, História e outras; Pós –Graduação em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Novas Tecnologias Aplicadas à Educação, Metodologia do Ensino de Artes, Metodologia do Ensino de História e Geografia, MBA Executivo em Marketing, e outras. Mestrando em Formação de Gestores Educacionais. Mestrando em Teoria Literária. E-mail: tiagoassessor@hotmail.com. http://lattes.cnpq.br/2182145370502420.

SYNTAGMA